



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

LAILA DIANA DOS SANTOS

**Discurso jornalístico sobre as enchentes do RS: dramatização,
silenciamentos e polifonia controlada**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Laila Diana dos Santos

3. Título do trabalho

Discurso jornalístico sobre as enchentes no RS: deamatização, silenciamentos e polifonia controlada

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Angela Teixeira De Moraes**, Coordenadora de Pós-Graduação, em 26/06/2026, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laila Diana Dos Santos, Discente**, em 28/06/2026, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6271782** e o código CRC **2987A748**.

LAILA DIANA DOS SANTOS

**Discurso jornalístico sobre as enchentes do RS: dramatização,
silenciamentos e polifonia controlada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania

Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania

Orientadora: Professor(a) Dr.(a) Ângela Teixeira de Moraes

Santos, Laila Diana dos

Discurso jornalístico sobre as enchentes do RS: [Manuscrito]: dramatização, silenciamentos e polifonia controlada / Laila Diana dos Santos. - 2026.

146 f.:

Orientadora: Prof(a). Dra. Ângela Teixeira de Moraes

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2026.

Anexo.

Bibliografia.

Inclui: siglas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Meio Ambiente. 2. Jornalismo. 3. Análise do Discurso. 4. Tragédias Climáticas. 5. Comunicação Ambiental.
I. Moraes, Ângela Teixeira de, orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 37/2026 da sessão de Defesa de Dissertação de **Laila Diana dos Santos**, que confere o título de Mestra em Comunicação, na área de concentração em Comunicação, Cultura e Cidadania.

Aos vinte e seis dias de junho de dois mil e vinte e seis, a partir das nove horas, na sala 06 da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “ **Comunicação e tragédias climáticas: discurso nas notícias sobre as enchentes gaúchas** ”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Ângela Teixeira de Moraes (PPGCOM/FIC/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Magno Luiz Medeiros da Silva (PPGCOM/FIC/UFG), avaliador titular interno; e Professora Doutora Solange Maria Franco (FIC/UFG), avaliadora titular externa. Durante a arguição os membros da banca fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **APROVADA** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Ângela Teixeira de Moraes, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e seis dias de junho de dois mil e vinte e seis.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Discurso jornalístico sobre as enchentes no RS: dramatização, silenciamentos e polifonia controlada



Documento assinado eletronicamente por **Angela Teixeira De Moraes, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 26/06/2026, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Solange Maria Franco, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2026, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 26/06/2026, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6236689** e o código CRC **D1B87EC1**.

RESUMO

O estudo propõe analisar os discursos jornalísticos produzidos durante as tragédias climáticas ocorridas no Rio Grande do Sul, a partir de matérias publicadas pelos jornais on-line Folha de S.Paulo e O Sul, no período de 5 a 10 de maio de 2024. A pesquisa busca compreender de que maneira as narrativas jornalísticas construídas nos primeiros dias após a decretação de calamidade pública pelo governo federal mobilizam sentidos acerca da crise ambiental, da responsabilidade socioambiental e das demandas globais por desenvolvimento sustentável. Parte-se da hipótese de que o jornalismo tem papel preponderante ao contribuir com a discussão ambiental e, de forma concomitante, fazer valer o direito dos cidadãos de acessar os recursos do meio ambiente para a continuidade das futuras gerações. Como fundamentação teórica, o estudo articula discussões sobre comunicação e meio ambiente, desinformação ambiental, direito ao meio ambiente e comunicação em desastres, considerando ainda o papel social do jornalismo na mediação de acontecimentos de interesse público. Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem qualitativa e utiliza a Análise do Discurso de linha francesa como método de procedimento, com base especialmente nos dispositivos analíticos da produção de sentidos, da polifonia e do silenciamento. O *corpus* é composto por matérias jornalísticas selecionadas dos dois veículos no recorte temporal definido, considerando enunciados relacionados à cobertura das enchentes e seus desdobramentos sociais e ambientais. Os resultados apontam um discurso jornalístico característico em situações de tragédia: polifonia controlada, silenciamento de dimensões estruturais e políticas e produção de sentidos dramáticos. Espera-se, com a pesquisa, contribuir para os estudos em comunicação e cidadania ao evidenciar como os discursos jornalísticos participam da construção simbólica das tragédias climáticas e das discussões contemporâneas sobre desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: meio ambiente; jornalismo; análise do discurso; tragédias climáticas; comunicação ambiental.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of journalistic discourses produced during the climate-related tragedies in Rio Grande do Sul, based on articles published by the online newspapers **Folha de S.Paulo** and **O Sul** between May 5 and May 10, 2024. The research seeks to understand how the journalistic narratives constructed in the immediate aftermath of the federal government's declaration of a state of public calamity shape meanings regarding the environmental crisis, socio-environmental responsibility, and global demands for sustainable development. It is premised on the hypothesis that journalism plays a pivotal role in contributing to environmental discourse while simultaneously upholding citizens' rights to access environmental resources for the sake of future generations. Theoretically, the study integrates discussions on communication and the environment, environmental disinformation, the right to a healthy environment, and disaster communication, while also considering the social role of journalism in mediating events of public interest. Methodologically, the research adopts a qualitative approach and employs French-school Discourse Analysis, drawing specifically on analytical concepts such as meaning production, polyphony, and silencing. The corpus consists of selected news articles from both outlets within the defined timeframe, focusing on statements related to the coverage of the floods and their social and environmental consequences. The results reveal a journalistic discourse characteristic of tragedy situations: controlled polyphony, the silencing of structural and political dimensions, and the generation of dramatic narratives. This research aims to contribute to the field of communication and citizenship studies by highlighting how journalistic discourses shape the symbolic construction of climate tragedies and contemporary debates on sustainable development.

Keywords: environment; journalism; discourse analysis; climate tragedies; environmental communication.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 -	Ilustração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)	50
Figura 2 -	Foto utilizada para ilustrar matéria no jornal O Sul	77
Figura 3 -	Foto utilizada para ilustrar matéria no jornal Folha de S. Paulo	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Resultados pesquisa NetLab sobre desinformação nas enchentes RS	34
Quadro 2 -	Ação em casos de tempestades, incêndios florestais, deslizamentos de encostas, tornados, ciclones, inundações e enchentes	38
Quadro 3 -	Levantamento de material jornalístico para análise	70
Quadro 4 -	Matérias de 5 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	72
Quadro 5 -	Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias de 5 de maio de 2024	77
Quadro 6 -	Matérias de 6 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	78
Quadro 7 -	Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias de 6 de maio de 2024	82
Quadro 8 -	Matérias de 6 e 7 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	82
Quadro 9 -	Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias de 6 e 7 de maio de 2024	84
Quadro 10 -	Matérias de 7 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	85
Quadro 11 -	Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias de 7 de maio de 2024	87
Quadro 12 -	Matérias de 8 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	88
Quadro 13 -	Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias de 8 de maio de 2024	91
Quadro 14 -	Matérias de 8 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	91
Quadro 15 -	Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias de 8 de maio de 2024	94
Quadro 16 -	Matérias de 9 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	95
Quadro 17 -	Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias de 9 de maio de 2024	98
Quadro 18 -	Matérias de 10 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	98
Quadro 19 -	Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias de 10 de maio de 2024	101

LISTA DE SIGLAS

AD Análise do Discurso

CF Constituição Federal

ESG originada do termo em inglês *Environmental, Social and Governance* (Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Governança)

RS Rio Grande do Sul

ONU Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	COMUNICAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DIREITOS DO CIDADÃO.....	18
2.1	COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....	18
2.2	DESINFORMAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....	31
2.3	SUSTENTABILIDADE E DIREITO AO MEIO AMBIENTE.....	42
2.3.1	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030	49
2.3.2	Desenvolvimento Sustentável	50
2.3.3	Sustentabilidade	51
2.3.4	ESG	53
2.3.5	Constituição Federal de 1988	56
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	62
3.1	A ANÁLISE DO DISCURSO.....	63
3.2	CORPUS DA PESQUISA.....	69
4	CRISE CLIMÁTICA: INFORMAÇÃO X CONSCIENTIZAÇÃO.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	107
	ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

Conforme o estudo *World Population Prospects* ("Perspectivas da população mundial", em tradução livre), divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial, em 2024, contabilizou 8,2 bilhões de pessoas. Desse modo, são mais de 8 bilhões de habitantes no planeta Terra, consumindo e produzindo.

Reduzir as atividades desses habitantes a apenas dois verbos simplifica a amplitude das ações humanas, mas o fato é que esses atos de “consumir” e “produzir” demandam diversos processos que desembocam em um grande impacto ao meio ambiente. A alimentação, por exemplo, necessidade básica humana, se torna enorme diante da demanda mundial: como produzir alimentos para mais de 8 bilhões de pessoas, localizadas nos mais diferentes cantos do planeta, sem degradar ainda mais florestas, áreas verdes e reservas ambientais? A alimentação é apenas um dos exemplos de atividades processuais, que necessitam de recursos ambientais e que causam impacto, em diferentes escalas. Ao mesmo tempo, são indispensáveis para a sobrevivência da população mundial.

A humanidade deste século convive com problemas ambientais que evoluem em uma velocidade sem precedentes e coloca em risco a subsistência de vida de bilhões de pessoas. As demandas, sejam elas básicas, econômicas, sociais ou governamentais tem levado à destruição do planeta.

A comunidade internacional, por meio dos movimentos de conscientização e demanda aos governos, tem concordado em combater a mudança do clima e a degradação ambiental, e em construir um caminho para o crescimento sustentável. Brasil (2023) cita que “a luta de todos os países contra o aquecimento global, que provoca as fortes mudanças climáticas, destina-se a evitar que o nível de aquecimento chegue a 2°C além de seu nível pré-industrial”.

Conforme Morrone (2024, p.52), “não há mais dúvidas das consequências climáticas provocadas pela ação humana. E aqui não são responsáveis apenas as pessoas, com seus padrões de consumo e atos individuais, mas também as empresas”.

O termo sustentabilidade é recente. Ele nasceu junto com a ideia de que a humanidade deveria desenvolver-se assegurando o bem-estar das populações e, ao mesmo tempo, que esse crescimento não causasse impacto nas futuras gerações. Para isso, começava a discussão sobre as fontes de energia renováveis, aproveitamento dos solos em detrimento do desmatamento, preservação dos recursos naturais, conscientização sobre consumo e outros¹.

1. Conceito de sustentabilidade, baseado nas perspectivas do site: <https://www.lassu.usp.br/sustentabilidade/conceituacao/>. [Acesso em 3 de janeiro de 2025].

Consumo consciente, redução de resíduos, aproveitamento de recursos naturais, preservação das florestas e atenção às mudanças climáticas são algumas das frentes de defesa da sustentabilidade, que tem como proposta rever o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade.

Se por um lado essas discussões alcançaram a preocupação de cientistas e pesquisadores, por outro, felizmente e, graças à comunicação, chegaram também ao conhecimento popular. De acordo com Morrone (2024, p.19), “a geleira se desmanchando no ártico deixou de ser a imagem clássica do desequilíbrio climático. As mudanças climáticas foram parar na boca do povo, estão na vida de todos nós”.

Assim, os meios de comunicação contribuem para levar informações do meio ambiente aos cidadãos, ao tempo que podem esclarecer de que forma a sociedade tem chances de contribuir com a sustentabilidade, com o desenvolvimento sustentável - avaliando, de forma crítica, a lógica do capitalismo - e com a preservação de recursos para as gerações futuras, já que é um direito do cidadão. O artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A legislação deixa claro que, além do Poder Público, a coletividade deve agir com consciência, tendo noção de que, quando uma pessoa protege o meio ambiente, ela está protegendo todo o ecossistema brasileiro.

Além dos cidadãos, pessoas jurídicas com negócios de natureza capitalista, passaram a levantar a bandeira verde, apresentando, aos consumidores, as intenções voltadas para o respeito ao meio ambiente. O debate ambiental ganhou diferentes púlpitos.

São várias as iniciativas para que as gestões das nações e a sociedade tenham consciência dos processos de degradação a que o mundo está submetido, devido às altas demandas pela alimentação, consumo, bem-estar e sobrevivência, conforme os exemplos citados a seguir:

Entre os acordos e processos internacionais, destacam-se a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris sobre o Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica e seu Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, e a Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África, além de acordos sobre direitos humanos e outros assuntos sociais (Brasil, 2023).

De nada adiantaria todos esses movimentos sem o conhecimento das populações. A comunicação tem papel importante ao levar informações mostrando que o meio ambiente possui impacto direto na economia e na sociedade.

O papel dos meios de comunicação na circulação de dados jornalísticos vai além do mero repasse de informações sobre acontecimentos diários. Na concepção de Sousa (2008), o jornalismo é uma representação discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias. Nesse caso, os discursos podem ser considerados como construções sociais, não individual do ponto de vista da autonomia absoluta das ideias, e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social. A comunicação, desse modo, tem ligação com o fortalecimento dos direitos e deveres dos cidadãos, já que abarca a amplitude da existência humana, considerando inclusive sua relação com o meio onde vive.

Na visão de Campos (2012), é papel dos meios de comunicação contribuir com a sustentabilidade.

[...] operador dos meios de comunicação e todas as pessoas com poder de persuasão, nos mais diferentes púlpitos, podem e devem contribuir com uma informação ambiental correta, visando não apenas informar, mas transformar. Concordamos, naturalmente, que todos somos responsáveis pela preservação da vida humana no planeta, mas acreditamos que essa responsabilidade social é ainda maior para os comunicadores. Portanto, não podemos, nós que lidamos com a comunicação, ignorar o debate ambiental. Precisamos estar preparados, no meio acadêmico, na utilização dos gêneros jornalísticos, na condução de entrevistas, na produção de reportagens, em textos assinados, ou até na produção de pautas, para discutir as questões relacionadas com essa área. As pessoas esperam que expliquemos o significado exato da terminologia ambiental... (Campos, 2012, p. 7).

A forma de escalar temáticas é uma das expertises dos meios de comunicação, contribuindo com a cidadania ao levar informações, ao fomentar a formação da opinião pública e ainda, ao fornecer subsídios para que os cidadãos tenham consciência das suas atitudes. Esse papel ganha ainda mais relevância em tempos de tragédias climáticas e acontecimentos ambientais que impactam o dia a dia das pessoas e das futuras gerações.

A comunicação circulada em tempos de tragédias climáticas cumpre papel de destaque ao promover a repercussão de informações, mobilizando diversos agentes para ações de apoio, de compreensão, de mobilização e de gestão, a exemplo da descrição a seguir:

A imprensa atua como um dos personagens principais nos episódios de catástrofes naturais, pois ajuda a propagar informações à população e amenizar um período difícil na vida das vítimas de uma tragédia e daqueles que se solidarizam com a situação. O papel da mídia antes, durante e após um desastre é essencial para garantir a segurança e a integridade das pessoas, bem como o atendimento e assistência necessários aos afetados. O maior inimigo deste complexo sistema é, ironicamente, a falta de comunicação (Zenatti; Sousa, 2010, p. 11).

Ao mesmo tempo em que os canais de comunicação jornalísticos contribuem para repercutir a temática dos desastres ambientais quando da ocorrência destes, é primordial que o

dueto comunicação e meio ambiente se amplie para o escopo da preservação de recursos, da prevenção de tragédias e da atuação consciente da sociedade e da gestão.

Conforme levantamento do projeto MeCCO (*Media and Climate Change Observatory*)², uma iniciativa multiuniversitária sediada na Universidade do Colorado, que reúne pesquisadores de 15 instituições, apesar de 2023 ter sido marcado por recordes de temperatura e de concentração de dióxido de carbono, a cobertura da imprensa sobre as mudanças climáticas e o aquecimento global vem diminuindo globalmente desde 2021, quando atingiu seu pico. O monitoramento do MeCCO compara anualmente a variação da cobertura considerando sempre os mesmos veículos noticiosos, cuja lista inclui as agências internacionais de notícias e as principais corporações de notícias dos 59 países monitorados.

Se por um lado a comunicação tem papel de apoiar a cidadania em relação à divulgação dos temas afetos ao meio ambiente, por outro, a falta da comunicação adequada e feita por canais oficiais, pode levar à desinformação, gerada a partir de falsas notícias, da deficiência nas comunicações e no desencontro de dados e índices.

Em 2022, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima da ONU (IPCC)³ reconheceu que a desinformação sobre o meio ambiente e o descrédito que, cada vez mais, tem sido dado à ciência em relação às questões ambientais são fatores que contribuíram para percepções errôneas sobre o consenso científico, assim como para incertezas, ignorância dos riscos e da urgência e para a discórdia.

A ausência de fontes confiáveis faz com que os cidadãos fiquem à deriva dos desencontros de dados. Com isso, na busca por orientações, acabam por recorrer aos “achismos” dos mais próximos e, na atualidade, se perdem nas *fake news*.

Vale ressaltar ainda que, por meio da comunicação, como aliada na busca pela conscientização, é possível ampliar a “voz” do meio ambiente. Os diferentes canais de comunicação podem, potencialmente, levar informações e dados que corroboram na formação da opinião pública, no engajamento, na conscientização e na mobilização.

Tendo em vista essas reflexões, o presente estudo pretende investigar o discurso sobre sustentabilidade em conteúdos jornalísticos. Para o objetivo desse trabalho, foram considerados

² Especial MediaTalks de Baku a Belém. Disponível: [https://mediatalks.uol.com.br/2024/11/27/destaques-e-licoesda-cop29-rumo-a-cop30-em-belem/?utm_source=NEWSLETTER] Acesso em 20 de dezembro de 2024.

³ Relatório IPCC disponível em: chromeextension://efaidnbmninnibpcapjcgclcfndmkaj/https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_Chapter14.pdf

os seguintes termos para o levantamento das informações: comunicação e meio ambiente; desinformação e meio ambiente; sustentabilidade e direto ao meio ambiente e ainda, comunicação em desastres.

Diante de tragédias climáticas, como a do Rio Grande do Sul, que teve o auge das enchentes em maio de 2024, de que forma as notícias veiculadas, além de repassar informações gerais à população, abordam a sustentabilidade e a conscientização sobre o meio ambiente? Esse é o questionamento motivador dessa pesquisa. Ao mesmo tempo em que a comunicação tem seu papel fundamental de informar e conscientizar sobre o momento de catástrofe, será que durante as tragédias climáticas ela também ressalta a sustentabilidade nessas comunicações, destacando causas, consequências, atitudes deliberativas e ações em prol de mudanças reversivas?

Por meio de uma análise comparativa dos discursos jornalísticos em matérias divulgadas durante as tragédias climáticas no RS, esse trabalho se propõe a verificar de que forma a imprensa aborda a temática sustentabilidade durante o momento de instabilidade e clamor social. Para a seleção das notícias, foram delimitados dois jornais brasileiros, sendo que um possui abrangência nacional (Folha de São Paulo) e, o outro, é regional (O Sul), especificamente da parte do país em que o desastre climático aconteceu.

O periódico brasileiro Folha de São Paulo ocupou, durante vários anos, a posição de jornal com maior circulação no Brasil. Atualmente, é o segundo maior jornal do Brasil em distribuição/circulação, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC)⁴, ficando atrás apenas do carioca O Globo. Também está disponível na versão on-line e via aplicativo, com matérias gratuitas e outras restritas a assinantes. As pautas da Folha de São Paulo abrangem o Brasil e o mundo.

O jornal O Sul, por sua vez, com mais de 20 anos no mercado, é digital e editado em Porto Alegre, controlado pela Rede Pampa de Comunicação. O canal se intitula como apresentador dos fatos mais importantes do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo, com independência editorial. Por ser 100% digital e gratuito, o jornal está disponível como fonte de informação de diferentes segmentos de leitores, e pode ser acessado via aplicativo (disponível gratuitamente nas lojas de aplicativos dos sistemas operacionais Android e iOS/Apple) ou por meio do portal O.Sul.com.br, sem cadastro e sem login⁵.

⁴ <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-1o-semester-impresso-cai-77-e-digital-tem-alta-timida/>

⁵ <https://www.redepampa.com.br/jornal-o-sul/>

Os dois jornais foram selecionados para permitirem que o estudo tenha duas visões diferentes acerca das notícias veiculadas sobre as enchentes no RS, sendo uma perspectiva nacional e outra mais regional. Além disso, a ideia é avaliar as notícias divulgadas por esses canais nos primeiros dias após a declaração do governo sobre o estado de calamidade pública nas cidades gaúchas, portanto, no período de 5 a 10 de maio de 2024.

A comunicação sobre os desastres no RS, por exemplo, é tema de outras pesquisas, inclusive divulgadas na plataforma Observatório de Comunicação Pública (OBCOMP)⁶. Um dos estudos avalia o impacto do desastre climático de maio de 2024 nas eleições municipais de Porto Alegre (RS), que ocorreram naquele mesmo ano. O estudo avalia a abordagem do acontecimento climático nas propagandas eleitorais e na cobertura jornalística, verificando como os candidatos falam sobre a crise climática e as chuvas na região sulista.

Para fins da presente pesquisa, são objetivos específicos:

- a) verificar de que forma a imprensa aborda a temática sustentabilidade durante tragédias climáticas;
- b) discutir os conceitos de sustentabilidade, a relação comunicação e meio ambiente, e comunicação e (des)informação;
- c) explicitar como o Brasil tem lidado com a questão da sustentabilidade em leis, acordo e pactos.

Por meio do estudo sobre o discurso da sustentabilidade nas notícias divulgadas sobre as enchentes do RS, parte-se da hipótese de que o jornalismo tem papel preponderante ao contribuir com a discussão ambiental e, de forma concomitante, fazer valer o direito dos cidadãos de acessar os recursos do meio ambiente para a continuidade das futuras gerações.

A presente pesquisa é um esforço na tentativa de reforçar o papel do jornalismo na formação da opinião pública e do fortalecimento dos direitos dos cidadãos. Portanto, o objetivo é compreender o discurso da mídia sobre sustentabilidade e verificar como as informações sobre o impacto ambiental se relacionam com as demandas globais de preservação ambiental e de colaboração para uma sociedade mais sustentável.

No capítulo 2, o estudo apresenta reflexões e o resgate dos conceitos a respeito do meio ambiente e da forma como a comunicação contribui para apoiar o direito do cidadão de acesso às informações. O capítulo também traz informações sobre a desinformação e de que forma ela impacta o direito às informações.

⁶ Plataforma Observatório de Comunicação Pública (OBCOMP). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/obcomp/br/estudo-avalia-impacto-do-desastre-climatico-de-maio-nas-eleicoes-municipais-em-porto-alegre>. [Acesso em 14 de janeiro de 2025].

Diante desse referencial teórico, a pesquisa segue para os procedimentos metodológicos que vão nortear o estudo. Nessa parte, o leitor encontra as informações sobre a análise do discurso, uma metodologia qualitativa recorrente de análise de textos nos projetos de pesquisa em comunicação. Ela servirá de base para o *corpus* da pesquisa, que é descrito também no capítulo 3, explicitando o recorte a ser analisado.

Na sequência, a pesquisa segue para o capítulo das discussões e análises dos dados com base no *corpus*, formado pelas matérias sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em maio de 2024. No capítulo 4, é possível verificar trechos das matérias, chamados de formações discursivas e as análises aplicadas, levando em conta os dispositivos analíticos da Análise do Discurso selecionados para este estudo.

Por fim, o trabalho segue para as considerações finais, com comentários sobre os achados nas discussões e de que forma eles apoiam no entendimento da relação entre comunicação, meio ambiente e os direitos do cidadão.

2 COMUNICAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DIREITOS DO CIDADÃO

Tendo em vista o problema de pesquisa apresentado, o referencial teórico deste trabalho apresentará conceitos voltados para o entendimento da ligação entre comunicação e meio

ambiente, comunicação em desastres, desinformação e meio ambiente e sustentabilidade e direito ao meio ambiente. O objetivo é apresentar discussões de autores a respeito das concepções sobre essas categorias, fortalecendo o entendimento sobre os temas do estudo.

2.1 Comunicação e meio ambiente

A comunicação é inerente à existência humana. De formas rudimentares até as mais tecnológicas, o ser humano buscou recursos para relacionar, repassar aprendizados, compartilhar ideias e fazer registros. A prática jornalística, como dispositivo comunicacional, por sua vez, tem se tornado uma das principais instituições sociais a fazer circular discursos e informações de ordem diversa, tornando-se elemento-chave na construção da opinião pública.

Desse modo, o jornalismo captura as vivências da sociedade, acompanhando as mudanças e transformações. Nesse sentido, pode-se argumentar que suas raízes mais remotas também estão na comunicação primitiva, quando os seres humanos começaram a transmitir informações, contar histórias e preservar memórias para as gerações futuras, ainda que de forma simbólica, garantindo assim, a continuidade cultural. De forma multidisciplinar, inúmeras são as teorias que foram engendradas na tentativa de explicar o processo de comunicação humana e o fazer jornalístico. Conforme Campos (2012, p. 15), “o que se observa, de fato, é que a maioria das teorias tradicionais não dá conta de explicar, satisfatoriamente, o processo comunicacional porque fundamentalmente, não existe uma comunicação direta entre emissor e receptor. O que existe é a intercomunicação de sistemas”.

Isso significa que o campo da comunicação é interdisciplinar, marcado pela possibilidade de tomar como objeto os mais variados fenômenos sociais. Nele, todo e qualquer fato humano é problematizável sob o enfoque da interação/comunicação, uma vez que o fenômeno comunicacional atravessa todas as atividades humanas e sociais (Braga, 2011).

De acordo com essa visão de Braga (2011), o mundo é uma inesgotável fonte de assuntos e acontecimentos que podem se tornar pautas para o jornalismo. A todo instante, o mundo é fonte de informações que podem ser veiculadas pelos canais de comunicação.

O jornalismo é objeto de estudo e debate, especialmente no que diz respeito à sua principal produção - a notícia, e seu papel fundamental na construção da sociedade e no exercício do direito à informação.

Os vários segmentos de público que integram o sistema social recebem de modo diferenciado a mensagem comunicativa. Cada pessoa entende de um modo. Mas todos concordam que o ser humano tem necessidade de se manter informado sobre os

fenômenos do mundo. Em certa medida, a satisfação dessa necessidade lhe assegura o sentimento de pertencimento, de inserção, de participação social, cidadã, cultural etc. (Campos, 2012. p. 75).

Bucci (2019, p.19) destaca que “o papel da imprensa deve ser o de informar sobre os acontecimentos, auxiliando o cidadão a ajustar suas expectativas em relação ao futuro. Desde o processo de comercialização e profissionalização dos jornais no século XIX, a ideia da notícia como “fato puro” ou “espelho da realidade” tem permeado a ideologia profissional do jornalista”.

Graças a essa concepção, o jornalismo conquistou a confiança do público e o legitimou, levando os leitores a aceitarem as informações veiculadas como representações precisas da realidade. No entanto, essa confiança, que durante muito tempo foi quase inquestionável, começou a ser abalada com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação.

A produção das notícias como produção do verdadeiro segue um mandatário a respeito do que realmente acontece ou aconteceu, caracterizando o jornalismo como uma atividade apoiada integralmente pela norma da veracidade, de forma que “não há notícia sobre a qual não se imponha legitimamente uma obrigação de veracidade; aliás, só é notícia um ato verbal que comporte uma pretensão de ser verdadeiro” (Gomes, 2009, p. 11).

Ao contrário dessa concepção, o que se tem, desde tempos atrás, é um olhar mais crítico sobre a “produção da verdade”. Um dos conceitos sobre a verdade vem das reflexões de Hannah Arendt. Alemã, de origem judia, e lutando no século XX contra o antissemitismo, a autora fortaleceu a noção da verdade fatural e contextualizou-a na esfera política. No papel de jornalista para retratar os acontecimentos contra os judeus, ela refletia sobre como a busca das informações é importante dentro do campo do jornalismo para a compreensão da produção de notícias.

Em *Verdade e Política*, Arendt (2009) explica a diferença entre fato e opinião. Para ela, fatos informam opiniões. Opiniões podem diferir amplamente e, ainda assim, serem legítimas à verdade. Para Arendt (2009), a liberdade de expressão é farsa, a não ser que a informação fatural seja garantida. Ela acrescenta ainda que uma informação fatural só adquire implicações políticas ao ser colocada em um contexto interpretativo (Arendt, 2009, p. 248).

Desse modo, agir e mentir são interligados e estão no âmbito da imaginação. Enquanto a mentira é definida pela negação deliberada da verdade dos fatos, a ação é a faculdade de mudar os fatos. E, portanto, pode ser com várias finalidades.

A falsidade deliberada trata com fatos contingentes; ou seja, com coisas que não trazem em si nenhuma verdade inerente, nenhuma necessidade de ser como são. A

veracidade dos fatos nunca é forçosamente verdadeira. Os historiadores sabem como é vulnerável a textura de fatos na qual passamos nossa vida cotidiana; está sempre em perigo de ser perfurada por mentiras comuns, ou ser esvaquiada pela mentira organizada de grupos, classes ou nações, ser negada e distorcida, muitas vezes, encoberta cuidadosamente por camadas de falsidade, ou ser simplesmente deixada cair no esquecimento. Os fatos necessitam de testemunho para serem lembrados e de testemunhas de confiança para se estabelecerem, para que possam ganhar um abrigo seguro no domínio dos assuntos humanos. Disto decorre que nenhuma afirmação factual pode estar além da dúvida – tão segura e protegida contra ataques como, por exemplo, a afirmação de que dois e dois são quatro (Arendt, 2017, p.16)

Sabe-se que, pela deontologia da profissão, o jornalismo não pode se afastar da busca pela verdade, porém, seguindo a visão “racionalista” de Arendt (2017), entende-se que é justamente pelo debate (racionalmente/objetivamente/factualmente orientado) que a verdade dos fatos pode aflorar na cena pública de forma mais razoável, constituindo assim a própria essência da vida política.

Michel Foucault afirmou que a verdade é deste e não de outro mundo. O que ele destaca com essa afirmação é que a verdade está intrinsecamente relacionada às articulações entre poder e saber numa dada sociedade. Para Foucault (1986),

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (p. 12)

Além da busca pela verdade e das discussões sobre ética jornalística, os critérios de adoção de determinado tema como pauta dentro de um canal de comunicação foram motivação para o desenvolvimento de teorias, que tentam explicar o fenômeno de construção das notícias. Percebe-se que o jornalismo, enquanto área meio das demais, além de ter suas próprias perspectivas, convive com as que são inerentes aos demais saberes. Como forma de explicar ou criar regras do jornalismo, surgiram estudos como, por exemplo, a Teoria do *Gatekeeper* (“porteiro”) e a Teoria do *Newsmaking*, que falam sobre seleção de assuntos e processos de construção das notícias.

Por meio do estudo sobre *gatekeeper*, surge uma explicação de como funciona o fluxo de aceitação de pautas para um canal de comunicação, procurando entender quem é o responsável por “abrir ou fechar a porta” para determinando assunto que é apresentado. Dessa forma, o entendimento é que um fato só vira notícia se conseguir passar por uma espécie de portão (*gate*) e quem determina isso é um ‘porteiro’ (no caso, o *gatekeeper*).

O *gatekeeper*, dessa forma, é um importante ator na construção da notícia. Por meio da avaliação do valor-notícia de determinando tema, ele vai permitir que a mensagem seja difundida. A figura desse “selecionador de temas” também pode ser entendida como a figura de alguém que exerce um poder de controle das informações e da sociedade, já que define os fatos que serão eleitos para serem levados ao conhecimento público e quais ficarão no anonimato, sem divulgação.

Além dessa visão sobre o “selecionador de temas”, outro estudo busca identificar os pontos relevantes na construção de notícias: a teoria do *newsmaking*. Segundo Wolf (2005), a pesquisa do *newsmaking* explica o processo de produção das informações nos meios de comunicação como fenômenos de interesse social, unindo características da cultura profissional dos jornalistas e sua organização de trabalho. Segundo essa perspectiva, são esses pontos que vão indicar se um tema é noticiável ou não, se merece espaço nos canais e deve ganhar repercussão. Porém, não basta a escolha pessoal do jornalista. O estudo do *newsmaking* avalia a posição do profissional dentro do campo da atuação. Na visão de Pena (2005, p.128), “embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo”.

Assim, entende-se que o jornalista segue a rotina dos veículos de comunicação em que atuam e que precisam colocar ordem no tempo e no espaço previsto. Os canais de comunicação possuem determinadas práticas unificadas para a rotina de produção de conteúdos e a teoria do *newsmaking* avalia de que forma os profissionais atuam mediante essas regras, como o espaço disponível nos jornais, os critérios de noticiabilidade, a divisão das tarefas, dentre outros.

Juntamente com a busca pela “verdade”, com os critérios de aceitação de pautas e o processo de produção de notícias, outras variantes interferem e influenciam o fazer jornalístico. Neste estudo, esses pontos serão apresentados para apoiar no entendimento sobre como o jornalismo funciona e assim, facilitar a compreensão de que forma ele se liga a outras áreas de conhecimento.

Conforme Moraes (2013), a produção da notícia é um processo que começa a partir de um acontecimento. O fato existe enquanto fenômeno físico, mas é a subjetividade que dá significado ao que aconteceu e assim, isso é materializado na forma de discurso pela objetividade. Diante dessa perspectiva, “as notícias são o produto discursivo do jornalismo em sua relação com os acontecimentos. Por ser, portanto, um discurso sobre a realidade, o jornalismo adota critérios que vão orientar os profissionais a elegerem fatos dignos de se transformarem em notícias” (Moraes, 2013, p. 85).

Os critérios de noticiabilidade, ou valores-notícia, como também é denominado, defendem as características de um determinado tema para que ele se torne uma notícia e entre na lista das divulgações dos jornalistas. A fim de definir esse gênero jornalístico para o escopo desse estudo, tem-se que notícia “é tornar público um fato (que implica em algum gênero de ação), através de uma informação (onde se relata a ação em termos compreensíveis)” (Sodré, Ferrari, 1986, p.17).

Conforme esses autores, algo só será notícia se for anunciado, e o anúncio dependerá do interesse que ele possa vir a despertar. E continuam: “o fato deve ser recente, e o anúncio do fato, imediato. Este é um dos principais elementos de distinção entre a notícia e outras modalidades de informações” (Sodré, Ferrari, 1986, p. 18). Acidentes, mortes, corrupção, assaltos são alguns dos temas que estampam as capas de jornais. Não foge à regra a ocorrência de eventos adversos extremos, que se transformam em desastres.

De acordo com Benetti (2007, p. 110), “a notícia é um dos eixos norteadores dos ‘consensos’ e parâmetros sociais de normalidade e anormalidade. Ao lidar essencialmente com o que é inesperado, incomum ou perigoso, o jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado”.

Além do impacto pela ocorrência do evento, o jornalismo se baseia em outros critérios para avaliar se uma notícia é passível ou não de ser divulgada. De acordo com Wolf (1987), “os valores-notícia de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento” (Traquina, 2005, p. 75). Para ele, são como os óculos do jornalista. Eles também podem ser subdivididos em substantivos (avaliação direta do acontecimento em si) ou contextuais (relativo ao contexto de produção da notícia).

Entre os valores-notícia de seleção com critérios substantivos estão: a morte; a notoriedade; a proximidade; a relevância; a novidade (primeira ou última vez); o tempo; a notabilidade (possuir um aspecto manifesto); o inesperado; o conflito (físico ou simbólico, mas para o autor, o físico agrega mais noticiabilidade); a infração (violação); e o escândalo. Os valores-notícia de seleção com critérios contextuais agregam: a disponibilidade (facilidade de cobertura); o equilíbrio (quantidade de notícias sobre o assunto); a visualidade (quantidade de imagens); a concorrência (exclusividade do assunto); e o dia noticioso (relaciona-se aos outros acontecimentos importantes do dia).

Já os valores-notícia de construção “são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser omitido,

o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (Traquina, 2005, p. 75). Eles indicam o que deve ser realçado e priorizados. São eles: a simplificação (reduzir a complexidade do acontecimento); a amplificação (possibilidade de a notícia ser notada); a relevância (dar sentido junto ao leitor); a personalização (fornecer personagens ao acontecimento); a dramatização (destaque os aspectos mais críticos) e a consonância (junção da notícia com a narrativa).

Para Charaudeau (2006), os critérios de noticiabilidade podem ser internos ou externos. Os externos são os acidentes e os acontecimentos que formam a vida social, como a rotina política e os rituais, por exemplo. Já os internos são os controlados pelo jornalismo e também estão ligados à busca por audiência mediante os acontecimentos que saem da rotina.

Moraes (2013) reforça que, em relação aos valores-notícia, um não exclui o outro, mas sim, se somam. Portanto, quanto mais características de noticiabilidade o acontecimento reunir, maior a chance de ele se tornar uma notícia.

Depois de selecionar o valor-notícia, o jornalista também recorre às fontes, que são as pessoas/informações com saberes específicos para relatar, comentar ou explicar determinado assunto mediante solicitação/busca do profissional para a composição do texto. Para Moraes (2013, p. 88), “assim como o jornalista, as fontes apresentam sua visão sobre determinado acontecimento, e seus discursos são fruto de uma relação dialógica com a cultura e a história”.

Ao lado da escolha da notícia e das fontes, a rotina produtiva também dita as regras na produção das notícias. São as diretrizes do canal de comunicação que vão orientar como os profissionais devem desenvolver suas atividades, a fim de que sejam estipulados parâmetros de datas, horários, condições e entregas.

Desse modo, cada meio de comunicação possui uma linha editorial, com orientações sobre o que publicar, quando, de que forma. Conforme Melo (2003, p.75), “a linha editorial direciona a empresa jornalística “acerca do que publicar em cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo uns e ainda omitindo diversos”.

Diante das diferentes considerações sobre o fazer jornalístico, vale ressaltar que o papel do jornalismo, enquanto prática de promoção da cidadania é invariável, ou seja, continuar horando o dever de levar informações, devidamente apuradas, a fim de apoiar os cidadãos na concepção das ideias e visões. Isso vale para os diferentes segmentos de notícias, de política a cotidiano.

Para Benetti (2007), o jornalismo é um modo de conhecimento, assim, além de construir um conhecimento próprio sobre os acontecimentos, que vai apoiar na formação da opinião

pública a partir de uma determinada perspectiva, ele também reproduz aprendizados de outros campos e cria formatos de transmitir conhecimento.

No que tange à comunicação sobre o meio ambiente, a regra não é diferente. Para Campos (2012, p. 18), “os meios de comunicação também devem estar atentos ao seu compromisso ético com as atuais e as futuras gerações, bem dentro daquilo que se define como “sustentabilidade”.

Com base nisso, é importante ressaltar que a apuração adequada dos dados não é um benefício dado pelos veículos de comunicação aos leitores, mas sim, um “dever legalmente reconhecido, correspondendo ao direito que todo receptor tem de ser bem-informado” (Campos, 2012, p. 18).

De acordo com De Lima *et al.* (2015), a comunicação ambiental nasce a partir da pluralidade do campo de saber da comunicação e da necessidade explicitada pelo meio ambiente de ampliar a disseminação das informações.

Do encontro de duas áreas de conhecimento abrangentes (meio ambiente e comunicação), porém com fundamentos específicos, nasce o termo “comunicação ambiental”, no qual se articulam questões dos dois campos, em prol de uma comunicação mais qualificada a respeito dos problemas socioambientais. Tal conceito integra interesses e preocupações que convergem para o esclarecimento e, mais que isso, para o empoderamento dos cidadãos para intervir na realidade de forma mais consciente e/ou responsável (De Lima *et al.*, 2015, p. 80).

Ao tentar conceituar a comunicação ambiental, tem-se a ideia de que ela é uma simples associação de dois termos. Assim, ela passa a ser percebida como qualquer tipo de comunicação que aborde aspectos ambientais.

No entanto, para De Lima *et al.* (2015), as atividades relacionadas à comunicação ambiental demandam da utilização dos fundamentos comunicacionais em favor da cidadania planetária, que estimule ações em prol do desenvolvimento sustentável.

A construção de uma cidadania planetária tem ainda um longo caminho a percorrer no interior da globalização capitalista. [...] A cidadania planetária deverá ter como foco a superação da desigualdade, a eliminação das sangrentas diferenças econômicas e a integração da diversidade cultural da humanidade e a eliminação das diferenças econômicas. [...] Não se pode falar em cidadania planetária ou global sem uma efetiva cidadania na esfera local e nacional. Uma cidadania planetária é por essência uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena não apenas nos direitos sociais, políticos, culturais e institucionais, mas também econômico-financeiros (Gadotti, 1998, p. 5-6).

A ideia de cidadania planetária, trazida por De Lima *et al.* (2015), requer que este estudo recorra, antes da continuidade, ao conceito de cidadania. Para Cortina (2005), a cidadania é

vista uma síntese de justiça e pertença. A autora defende que a realidade da cidadania, o fato de um cidadão saber e se sentir cidadão de uma comunidade, é um dos fatores que motiva o sujeito a trabalhar por ela. Nessa visão, o conceito de cidadania abarcaria duas considerações: a primeira de uma sociedade justa, para que seus cidadãos encontrem nela a legitimidade; e a segunda, com teor subjetivo, relativa aos laços de pertença, que não são escolhidos, mas fazem parte da identidade dos cidadãos de determinado local.

Abordando essa visão de Cortina (2005, p. 30), o conceito de cidadania, habitualmente ligado à dimensão política, extrapola as com concepções, enfatizando, por exemplo, que “a cidadania, como toda propriedade humana, é o resultado de uma prática, a aquisição de um processo que começa com a educação formal (escola) e informal (família, amigos, meios de comunicação, ambiente social)”. Além disso, a autora destaca que a nacionalidade não se refere a um ideal nacionalista ideológico de cunho político, e sim, ao sentimento de compartilhar tradições de uma cultura, à solidariedade, sendo, portanto, uma força emocional que une o grupo numa identidade comum.

Diante dessa visão, a junção da comunicação com a promoção da cidadania pressupõe um fazer jornalístico com propósito, portanto, fora do plano da desinformação e aliado às investigações e informações coesas. Desse modo, a comunicação pode atuar de forma responsável na produção, atenta às “três fases relacionadas aos problemas socioambientais: a prevenção (o que fazer para evitar os problemas), a mitigação (para reduzi-los ou remediá-los) e a adaptação (relacionada ao que pode ser feito depois que o problema não pode mais ser evitado nem remediado)”, conforme De Lima *et al.* (2015, p. 82).

O pleno exercício da cidadania em relação ao meio ambiente demanda que as pessoas tenham acesso à informação de qualidade, com dados e direcionamentos sobre atitudes sustentáveis, amparando o cidadão no agir. Girardi *et al.* (2011, p. 112-113) ressalta de que forma a comunicação pode agir para o desenvolvimento da cidadania:

[...] permite aos cidadãos terem acesso às informações que esclarecem questões fundamentais para a tomada de decisões referentes à esfera pública, além da participação mais ativa da sociedade. Esse direito à informação refere-se não apenas ao direito de ser informado, mas também ao direito de informar, de expressar interesses e opiniões.

Assim, ao falar de meio ambiente, os meios de comunicação ampliam a expressão de desenvolvimento sustentável que vai além do crescimento econômico, uma vez que abarca também provimento de justiça, conforme visão a seguir:

Quando refletimos sobre esses dados, vemos o importante papel que têm os comunicadores e a mídia de levantarem um debate amplo e aprofundado sobre tais questões, discutindo com os setores competentes a formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e a defesa da vida. É neste sentido que devemos examinar os fundamentos da “sustentabilidade” proposta em determinados projetos (Campos, 2012, p. 20).

Na perspectiva do autor, comunicar corretamente sobre o meio ambiente, ressaltando o valor da vida, o que, muitas vezes, recomenda uma cobertura continuada e sóbria, deve prevalecer em detrimento, por exemplo, da abordagem sensacionalista, que visa altos índices de audiência.

Levando em conta a ideia de que o meio ambiente é resguardado pela legislação como direito do cidadão, a comunicação, enquanto elemento da discursividade humana, é importante ferramenta para levar conhecimento e promover conscientização tanto sobre os direitos quanto a respeito da responsabilidade dos cidadãos. Estes, devem contribuir com a preservação e manutenção dos “acervos ambientais” para as gerações futuras.

Os diferentes canais de comunicação devem, potencialmente, levar informações e dados que corroboram na formação da opinião pública, no engajamento, na conscientização e na mobilização. Exemplo disso são as divulgações de grandes eventos climáticos. A cobertura sobre tragédias existe desde o início da imprensa como forma de atrair a atenção dos públicos e de repercutir assuntos relevantes, como os desastres, por exemplo.

De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil, o desastre é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais. A origem pode ser natural (fenômenos ou desequilíbrios da natureza), humana (ações ou omissões do homem) ou mista (ações ou omissões humanas contribuem para intensificar ou agravar os desastres naturais). O desastre configura-se como tal devido à incapacidade de resposta do homem, independente dos esforços aplicados, ao dano que causa a uma comunidade e extensão dele.

Com base nesse conceito, há justificativas para a recorrência de eventos climáticos, e, a partir dessas ocorrências, a disseminação dessas informações na sociedade, já que envolvem perdas:

As manifestações extremas do clima sempre existiram. As fortes chuvas, vendavais, tornados e a seca, nas últimas décadas, tornaram-se mais constantes, consequência que, segundo cientistas, é causada pelas mudanças climáticas. Os especialistas confirmam o aumento de temperaturas, a intensidade ou a escassez de chuvas e a maior frequência de desastres naturais. Estas alterações somadas ao crescimento populacional e à ação do homem resultam na maior ocorrência de perdas materiais e, principalmente, humanas (Zenatti; Sousa, 2010, p. 29)

Na visão de alguns autores, a discussão sobre a relevância desse tipo de notícias não é algo recente, conforme trecho a seguir:

Entre os anos 60 e 70, jornalistas já discutiam a participação da mídia na cobertura de desastres ao questionar a hierarquização da notícia, sobre o que era realmente importante para a sociedade e o nível de impacto. [...] Questionava-se então o comportamento da imprensa ao noticiar um assassinato ou um grande desastre natural com o mesmo ou menor interesse (Zenatti; Sousa, 2010, p. 21).

Assim, as tragédias e desastres entram na lista daqueles temas que devem ganhar repercussão, uma vez que causam impactos em diferentes escalas. Além de o jornalismo atuar a partir dos valores-notícia, também é preciso refletir sobre o seu papel ao atuar para reduzir o sofrimento humano, deslocamentos e prejuízos econômicos. Essa constatação sobre a responsabilidade dos jornalistas foi marcada ao longo do tempo em encontros e consensos.

Em *Media Coverage of Disasters: The Same Old Story*⁷, Scanlon; Alldred (1981), criaram, em 1981, uma espécie de *check-list* para atuação da mídia – muito parecido com o atual – quando da ocorrência de uma crise.

Os 21 passos:

- 1º) A imprensa ficará sabendo do evento ocorrido;
- 2º) A imprensa irá atrás de mais informações;
- 3º) A imprensa usará informações de seu arquivo para complementar a história;
- 4º) A imprensa enviará repórteres para o local do ocorrido;
- 5º) Todos os recursos de equipe serão mobilizados para cobertura de um grande evento;
- 6º) A imprensa utilizará todo seu aparato técnico e ingenuidade;
- 7º) Conforme as informações tornam-se disponíveis, serão reportadas;
- 8º) A informação irá se espalhar pelos diferentes veículos;
- 9º) A imprensa tentará espremer a notícia em uma estrutura lógica: óbitos, desabrigados, custos;
- 10º) A imprensa exigirá uma coletiva para gravar declarações oficiais e dar forma e estrutura à notícia;
- 11º) Esta estrutura geral não irá assegurar que diferentes veículos nacionais montem sua matéria conforme interesses particulares;
- 12º) O local de ocorrência do evento ajudará a determinar o significado global da notícia;

⁷ A Cobertura da Mídia em Desastres: A Mesma Velha Estória, tradução livre.

13º) A imprensa irá persuadir pessoas a agirem de um modo que atenda às normas da notícia;

14º) O jornalista que possui conhecimento geral e não específico sobre o assunto, terá problemas em lidar com assuntos técnicos.

15º) Cada mídia, televisão, rádio e imprensa, atuará de maneira diferente;

16º) Apesar das diferenças, veículos da imprensa estrangeira tendem a se apoiar mutuamente, frequentemente provocando antagonismos com a mídia local;

17º) A imprensa fará exigências e cobranças quanto à comunicação, transporte e outros recursos locais que podem ter sido afetados com o evento;

18º) A imprensa irá operar em círculos, focando no sensacionalismo, para preencher períodos de menos espetáculos;

19º) Em um desastre de grandes proporções, quase todos os repórteres irão dividir as informações que possuem;

20º) A imprensa – independente do modo que utilizaram para obter informação – não irá publicá-la se decidir que pode ser prejudicial;

21º) A imprensa também irá cooperar com pedidos oficiais de que algumas informações não sejam divulgadas.

Os autores ressaltam que este documento está incompleto, pois precisariam ser consideradas as ações pré-desastre. De qualquer modo, ele aborda pontos importantes para o cumprimento da cobertura.

Na visão de Zenatti; Sousa (2010), na ocorrência de um desastre, a mídia deve atuar como um “ator da comunicação, pois parte de uma determinada cultura e possui uma motivação, além do óbvio interesse público e obrigação social de informar. A compreensão do cenário e do meio no qual está inserido é primordial na disseminação das informações corretas”.

Devido à ocorrência de tragédias entre os anos 60 e 90, as Nações Unidas promoveram, em 1994, um evento para registrar a importância da cobertura da imprensa diante desses acontecimentos de grande impacto:

O órgão promoveu a Conferência Mundial sobre Redução de Desastres Naturais, em Yokohama, no Japão. O encontro – considerado o maior do mundo relacionado à discussão sobre desastres, o qual reuniu 5 mil participantes e delegações de 148 países – foi [...] o primeiro das Nações Unidas com a presença da República da África do Sul. Com base nestas informações, cabe ponderar, modestamente, o início do processo da comunicação humana e a história da imprensa, para melhor entender a importância desta participação na cobertura de desastres (Zenatti; Sousa, 2010, p. 23).

O fato é que, além da cobertura, a imprensa deve zelar pela repercussão de dados precisos e fontes seguras de informação. Assim, "não há notícia sobre a qual não se imponha legitimamente uma obrigação de veracidade; aliás, só é notícia um ato verbal que comporte uma pretensão de ser verdadeiro" (Gomes, 2009, p. 11).

No jornalismo, o imperativo da veracidade dos fatos, que incide sobre a produção das notícias como produção do verdadeiro, do que realmente acontece ou aconteceu, caracteriza o fazer jornalístico como uma atividade apoiada integralmente pela norma da veracidade.

Assim, ao mesmo tempo em que o jornalismo age na repercussão dos desastres ambientais, vale ressaltar ainda que, por meio da comunicação, como aliada na busca pela conscientização, é possível ampliar a “voz” do meio ambiente.

Organizações e jornalistas ambientais estão cada vez mais empenhados em pautas sobre as questões ambientais que vão além das editorias específicas. Na edição especial do MediaTalks⁸ sobre a Conferência das Partes (COP29), que aconteceu em Baku, no Azerbaijão, em novembro de 2024, uma das reportagens apresenta um guia desenvolvido por uma organização de jornalismo ambiental para apoiar jornalistas sobre como fazer a cobertura climática. Longe de querer impor regras, a iniciativa é um zelo por parte do *Covering Climate Now* (CCNow) para aumentar o espaço de divulgação e engajamento sobre o meio ambiente que, cada vez mais, demanda relevância e conhecimento por parte da sociedade.

A missão da organização tem sido tocar os tambores para que a imprensa aumente o espaço para pautas relacionadas ao clima, indo além das editorias de ciência ou meio ambiente e incluindo o tema em matérias sobre outros assuntos. Um dos treinamentos recentes promovidos pela CCNow abordou os três pilares recomendados para que a cobertura engaje o público: Humanizar, ‘Localizar’, Solucionar. [...] Na visão da CCNow, o modelo dos 3 pilares contribui para combater a desinformação e o negacionismo, engaja o público, fortalece a confiança e inspira ação (MediaTalks, Especial, nov. 2024, p. 54).

A estratégia de comunicação defendida pelo CCNow indica três caminhos para que os jornalistas noticiem informações sobre pautas ambientais. Apesar da orientação ser sobre a cobertura durante o evento da Organização das Nações Unidas (ONU), não se restringe a essas divulgações. Pelo contrário, serve de norteador para as iniciativas de comunicação e meio ambiente, fortalecendo as ações em prol da conscientização.

O primeiro ponto defendido é que as comunicações devem ser humanizadas: “a mudança climática não está relacionada apenas a dados científicos e números, mas ao impacto

⁸ MediaTalks: boletim informativo do site de notícias Media Talks, parceiro de conteúdo UOL. O canal compartilha notícias globais, pesquisas e ideias sobre o presente e o futuro do jornalismo e das mídias digitais.

real na vida das pessoas. Dar voz aos indivíduos e às comunidades afetadas [...] torna a crise climática mais tangível e próxima da realidade” (MediaTalks, 2024, p. 24).

O segundo pilar para a cobertura climática é localizar o incidente, a fim de criar proximidade. “Embora a mudança climática seja um fenômeno global, suas consequências se manifestam localmente. Mostrar como ela afeta comunidades específicas [...] torna a questão mais urgente e relevante” (MediaTalks, 2024, p. 24).

Por fim, o CCNow indica o caminho de “solucionar”, no sentido de apresentar ao leitor as alternativas e ações que podem contribuir com a proteção e preservação ambiental. “Significa investigar e apresentar as diversas iniciativas e ações para combater um problema relacionado à crise climática, em diferentes níveis (político, social, tecnológico e comunitário)” (MediaTalks, 2024, p. 24).

Ao utilizar artimanhas para a cobertura de temas ambientais, além de contribuir com o repasse adequado de orientações e conscientização, a comunicação reforça o direito do cidadão ao meio ambiente e ao conhecimento sobre esse benefício respaldado pela legislação.

Se por um lado há o interesse de jornalistas e pesquisadores em produzir conteúdo de qualidade sobre as demandas e situações ambientais, por outro, também há pesquisas sobre como a sociedade recebe e assimila esses materiais.

Um recente relatório do Instituto Reuters⁹, aponta que o Brasil se destaca na preocupação com a mudança climática. Em contrapartida, existe uma espécie de “inércia na percepção global”. O estudo avaliou o consumo de notícias e atitudes em relação às mudanças climáticas no Brasil, França, Alemanha, Índia, Japão, Paquistão, Reino Unido e Estados Unidos, via entrevista conduzidas pelo Instituto Ipsos em novembro de 2024.

De forma global, o estudo mostrou que apenas metade dos entrevistados acompanha notícia sobre o clima. A mídia é a principal fonte onde as pessoas buscam informações sobre mudanças climáticas – à frente de documentários, mídias sociais e comunicação interpessoal. O estudo aponta que as notícias sobre o clima são mais consumidas via televisão (31%) e sites ou aplicativos de notícias on-line (24%).

O estudo aponta que o nível de confiança na imprensa é motivo de preocupação: apenas 50% disseram confiar nas informações da mídia sobre as mudanças climáticas. Os cientistas são a fonte mais confiável de informações sobre o tema, com 74% de credibilidade.

⁹ Relatório do Instituto Reuters:

https://mediatalks.uol.com.br/wpcontent/uploads/2026/02/Ejaz_et_al_climate_change_and_news_audiences.pdf

De forma paralela, a desinformação sobre a crise do clima é uma realidade. No caso da pesquisa do Instituto Reuters, 25% dos entrevistados relataram que informações falsas ou enganosas sobre o clima foram vistas em diferentes canais. Além disso, a desinformação climática foi associada a uma variedade de fontes diferentes, com políticos e partidos políticos (12%), governo (11%), celebridades (10%) e ativistas (10%).

2.2 Desinformação e meio ambiente

Nas ocasiões em que tragédias climáticas são registradas, os meios de comunicação jornalísticos pautam informações aos públicos, assegurando a repercussão dos dados, a divulgação da causa, a mobilização social para apoio às vítimas e, em casos mais graves, as orientações sobre desocupação de áreas, alertas de segurança e demandas em prol da saúde das populações.

Tendo em vista essas ações e iniciativas do jornalismo, pode-se dizer que a falta desse trabalho leva à desinformação. Para que se fale em exercício da cidadania, é preciso fomentar a sociedade com informações corretas sobre as demandas e necessidades ambientais, e não somente o alarmismo e os desastres. De acordo com De Lima *et al.* (2015), para o enfrentamento das crises socioambientais, é necessária uma comunicação focada nos princípios socioambientais, que supere o simplismo de ver o meio ambiente apenas como um espaço para pautas.

O jornalismo, enquanto prestador de serviços para o claro exercício da cidadania, tem importante papel na formação da opinião pública. Os *gatekeepers*¹⁰ informativos que escolhem e validam as notícias são jornalistas e editores, cuja conduta se orienta por princípios éticos e deontológicos específicos, oferecendo aos cidadãos informação fidedigna essencial para a tomada de decisões informadas em contexto democrático (Lewandowsky et al., 2017). O novo ecossistema midiático on-line permite a emergência de novos protagonistas no processo de *gatekeeping* que passa a ser cada vez mais caracterizado por uma dinâmica de desintermediação. Se, por um lado, estas dinâmicas permitem a um número crescente de indivíduos e grupos alcançarem visibilidade, voz e poder de agência, bem como, ultrapassar contextos de relativo “isolamento” ou “quarentena social” por outros meios; por outro lado,

¹⁰ Acredita-se que os fatos só viram notícia se passassem por uma espécie de portão (*gate*) e quem determina isso é um ‘porteiro’ (*gatekeeper*). O *gatekeeper* transforma-se em importante ator no processo de escolha de difusão das mensagens, ao determinar, mediante os valores- notícias, quais eventos passarão pela seleção.

significa que muitos conteúdos, que são agora acessíveis, podem ser consumidos como informação sem conter nela o mesmo grau de confiança e veracidade de outrora.

No entanto, a chamada era da pós-verdade reclassifica esse papel, já que, conforme Bucci (2019), nessa era, fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais em formar a opinião pública.

[...] o termo “pós-verdade” foi declarado “a palavra do ano” pelo Dicionário Oxford. Em inglês, “*post-truth*” é um adjetivo que “qualifica um ambiente em que os fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais em formar a opinião pública”. Também, segundo o Dicionário Oxford, hoje é muito mais fácil, para um agente político e para as pessoas em geral, manipular dados conforme sua vontade (Bucci, 2019, p. 13, grifos do autor).

Na visão de D’Ancona (2018), pós-verdade não é a mesma coisa que mentira. As mentiras, as manipulações e as falsidades enfaticamente não são o mesmo que a pós-verdade. A novidade não é a desonestidade, mas a resposta do público a isso, conforme esclarecido no excerto abaixo:

A intensidade do drama, em vez da exatidão, é o que importa. Para os telespectadores, a realidade e o entretenimento se tornaram coextensivos. Essa é a característica que define o mundo da pós-verdade. A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê (D’Ancona, 2018, p.57).

Com isso, também é limitador definir pós-verdade apenas como *fake news*, afinal, o assunto está muito mais ligado ao âmbito social, de forma geral, do que somente ao jornalismo. No entanto, pode-se dizer que, juntamente com o colapso da confiança (crise da democracia), o mundo vive a “revolução digital” por meio da democratização das informações (D’Ancona, 2018).

A queda na qualidade das notícias não deve ser atribuída exclusivamente a falhas no campo profissional do jornalismo. O fato é que o ambiente digital permite o convívio na rede de infinitos meios produtores de conteúdos pseudonoticiosos. Notícias falsas e comunicação distorcida circulam sem regulação nas grandes plataformas agregadoras.

O crescente recurso às *fake news* por parte de determinados atores políticos, a facilitação que a tecnologia oferece do ponto de vista de divulgação e alcance deste tipo de conteúdo são questões que levantam preocupações quanto aos efeitos destas dinâmicas nas democracias atuais. A democracia depende de públicos bem-informados: se as pessoas estão ou são mal-informadas, as decisões que tomam podem ter consequências adversas; da mesma forma,

quando uma sociedade é ou está mal-informada, as suas decisões sociais coletivas podem ter efeitos nefastos (Lewandowsky et al., 2017).

Conforme Barbosa (2019), a confiança está sendo minada nas redes sociais, com novas crenças e novos valores que contestam o método científico e desafiam consensos há tempos estabelecidos. E essa visão cabe também para as produções jornalísticas. As redes sociais promovem uma falsa sensação de empoderamento, o que gera a pluralidade dos pontos de vista, porém, sem conversar com a construção do mundo comum.

A crescente disseminação de *fake news* e a influência das redes sociais e dos algoritmos digitais têm colocado a credibilidade em dúvida. O aumento das informações falsas compromete a confiança do público nos veículos tradicionais, gerando um ambiente de ceticismo generalizado. Esses acontecimentos colocam em prova a capacidade do jornalismo de cumprir sua função crítica de informar com precisão, ao mesmo tempo em que interferem no debate democrático. Portanto, enquanto a confiança na mídia tradicional ainda pode existir em alguns segmentos, ela está sendo seriamente contestada e corroída pelas novas dinâmicas informativas da era digital.

De acordo com Figueira; Santos (2020), a *fake news* atua em dois planos básicos: no bombardeio a médio prazo, constante e intermitente, por meio de blocos monolíticos de pensamento (os estereótipos), de fácil absorção e nenhuma reflexão; e na ação pontual em momentos decisivos, via massacre volumoso de posts nas redes sociais digitais.

Existem duas perspectivas sobre as notícias falsas: uma definição mais estreita considera apenas as notícias que podem ser desmentidas através da verificação dos factos. Várias empresas de media de referência (como o Washington Post ou o New York Times) têm desenvolvido uma panóplia de mecanismos e aplicações informáticas destinados a assinalar incorreções grosseiras nas declarações dos políticos, designadamente do presidente norte-americano, Donald Trump. Uma definição mais alargada inclui a tentativa deliberada de desinformar e distorcer as notícias, apresentando versões parciais ou incorretas de molde a aumentar o descontentamento, o ressentimento e a polarização. Estas práticas, sintetizadas numa palavra inglesa para a qual não existe uma boa tradução em português – *to slant* – introduzem variações na qualidade das notícias, e estão sujeitas a diversas intensidades morais (podem ser motivadas por razões comerciais, como atrair audiências particulares, aumentar os cliques e rentabilizar os produtos; ou políticas, como promover ideologias e candidatos populistas que baseiam a sua comunicação em mensagens satíricas, de medo ou intimidação). (Figueira; Santos, 2020, p.26).

Ao comprometer a veracidade das informações por práticas como a disseminação de *fake news* e a seleção tendenciosa de fatos, que são moldados para reforçar interesses específicos, a autenticidade das intenções comunicativas é enfraquecida pela crescente mercantilização da informação, na qual as notícias são tratadas como meros produtos e as

audiências como consumidores a serem manipulados, distorcendo o propósito original da comunicação como um meio para o entendimento mútuo.

O que se percebe na sociedade é uma mudança de regime de verdade. Ao falar sobre as mudanças ocorridas na modernidade, Giddens (1991) chama a atenção para o processo de desencaixe das relações sociais. Diferentemente das sociedades tradicionais, em que o contato ocorria face a face, nesse novo contexto as relações se dão à distância e com atores que, muitas vezes, são desconhecidos. Assim, o autor aponta uma reconfiguração da vida diária, pautada em outra concepção de tempo e espaço.

Conforme Sacramento; Paiva (2020), a atualidade convive com uma mudança de um regime de verdade baseado na confiança nas instituições para um modelo regulado pelos dogmas, pela intimidade, pela experiência pessoal. Nesse contexto, a experiência tem legitimado o conhecimento sobre a verdade.

É intensamente valorizado um outro tipo de autoridade: a autoridade experiencial. Ela enfatiza o caráter testemunhal – eu vivi, eu sei – e produz na primeira pessoa (naquele que viu, viveu, sentiu) da experiência e da narrativa de um determinado acontecimento a origem da verdade ou um documento de que o narrado realmente existiu. A experiência evoca uma presença participativa, um contato sensível com o mundo a ser compreendido, uma relação de afinidade emocional, uma concretude de percepção. (Sacramento; Paiva, 2020, p. 86).

Desse modo, a pós-verdade também é cognitiva, pois muda (afeta) as relações humanas, para além das concepções do jornalismo. Na visão de Dunker (2017), a pós-verdade apresenta uma noção de verdade que mina a chance de vínculo com o outro, pois diminui a experiência do diálogo.

A pós-verdade transfere a autoridade da ciência ou do jornalismo sério para a produção e as opiniões criando certos efeitos. A dificuldade em abordar o problema da ciência em toda a sua complexidade exige a cobertura de uma área muito extensa com preceitos simples e abrangentes. Aliás, nada mais tentador do que pular os dados técnicos, os detalhes e as incertezas de um problema real com uma boa opinião de conjunto, ainda mais se ela for sancionada pela “razão universal”, que limpa o terreno e nos dispensa de considerar certos ângulos adicionais e excessivos na matéria. Assim vamos comprando a ideia de que existem coisas científicas e coisas “opinativas” ou digamos “políticas” (Dunker, 2017, p. 19)

De acordo com Santos (2024)¹¹, todas essas visões, de diferentes autores, mostram que a pós-verdade também é sinônimo de queda na confiança, mediante o advento de novos valores,

¹¹ Anais do workshop promovido pelo Grupo de Pesquisas em Tecnologias e Computação Aplicada à Informação e Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás: chromeextension://efaidnbmninnbpcajpcgclclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1197/o/Proceedings_3rd_WMIDS_.pdf

trazidos pelas mídias digitais, que acabam desembocando no modo como as pessoas entendem como verdade aquilo que foi engendrado como *fake news*. Estas, emulam um tipo de notícia, sem ser uma notícia. Portanto, não é apenas um contraponto entre falso e verdadeiro.

Essa situação, em um cenário de tragédia climática, gera desinformação, seguida de polarizações e, por conseguinte, queda da democracia e crise nos modelos tradicionais de aferição da verdade. Desse modo, a sociedade passa a questionar não a verdade como relevante, mas sim o modo como é possível saber se algo é verdadeiro ou não.

Exemplo disso está registrado no relatório “Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático”, divulgado pelo Laboratório de Estudos da Internet e de Redes Sociais (NetLab)¹². O documento apresenta um breve relato sobre a tragédia no estado gaúcho e explicita, por meio de dados, de que forma a desinformação tornou o cenário ainda mais caótico.

O documento apresenta o contexto dos acontecimentos, descrevendo que as fortes chuvas no Rio Grande do Sul tiveram início em 27 de abril e ganharam força em 29 de abril de 2024. O grande volume de água atingiu mais de 400 cidades, principalmente nas regiões do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari e na região metropolitana de Porto Alegre. Esse foi o maior desastre climático da história do RS. A tragédia também é a quarta a atingir o estado em menos de um ano. Ainda assim, poucos recursos foram destinados à prevenção e preparação para esses eventos extremos. Tanto o governo do estado, quanto a prefeitura de Porto Alegre haviam reduzido seus gastos com defesa civil nos últimos anos. Dos 34 parlamentares gaúchos, apenas um destinou emenda para prevenção de desastres em 2024.

O relatório cita que, além da desinformação, os golpes também proliferaram, ratificando os conceitos da pós-verdade apresentados acima.

Mesmo diante do estado de calamidade pública, reportagens investigativas e iniciativas de checagem de fatos têm apontado para a ampla circulação de conteúdos desinformativos. Tais conteúdos atrapalham trabalhos de assistência à população atingida pelas enchentes e são utilizados por personalidades que buscam lucrar com a tragédia, bem como obter engajamento ou apoio político.

¹² Relatório “Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/enchentes-norio-grande-do-sul-uma-an%C3%A1lise-da-desinforma%C3%A7%C3%A3o-multiplataforma-sobre-o-desastre-clim%C3%A1ti>

Ao influenciar a política nacional por meio da disseminação on-line, a desinformação climática se tornou um dos principais motores da tragédia. Fraudes similares ocorreram em outras tragédias e o ponto-chave é a falta de regras para o ambiente on-line. Plataformas são corresponsáveis pela falta de transparência, já que quando solicitadas a remover anúncios suspeitos, o fazem sem revelar às autoridades os dados dos responsáveis pela veiculação. Além disso, há também o papel das empresas internacionais que permitem o registro de sites anônimos que são utilizados como plataformas para fraudes.

O relatório, cujo objetivo foi analisar a desinformação envolvendo a emergência climática no Rio Grande do Sul em publicações nas redes sociais, bem como fraudes e golpes em anúncios do Meta Ads, contou com o seguinte método de análise: (a) mapeamento qualitativo de influenciadores e narrativas de desinformação multiplataforma; (b) raspagem e análise manual de anúncios sensíveis e não-sensíveis no Meta Ads.

Os principais resultados do relatório estão listados no quadro a seguir:

Quadro 1: resultados da pesquisa NetLab sobre desinformação nas enchentes do RS

Quem?	Como?	Onde?
Diante da tragédia, influenciadores, sites e políticos de extrema direita utilizaram a comoção gerada para se autopromover e espalhar desinformação, com o intuito de atacar e desacreditar o governo. Também chama atenção as ações de alguns grupos de mídia que disseminam o negacionismo climático ao promoverem arrecadações e organizarem doações.	As narrativas difundidas buscam: (1) afirmar que a resposta governamental tem sido insuficiente; (2) negar a relação entre os eventos e as mudanças climáticas; (3) inserir a tragédia nas pautas morais e em teorias da conspiração; (4) inflar o papel de seus aliados na resposta à crise; e (5) se beneficiar da tragédia através de autopromoção, pedidos de doação e fraudes. Os principais influenciadores costumam difundir essas narrativas por meio de suas mídias sociais, com o potencial de compartilhamento por perfis menores. Vídeos e imagens da tragédia são veiculados junto a declarações de críticas ao governo,	A atuação desses grupos e indivíduos é multiplataforma, com conteúdos de uma rede sendo reproduzidos em outras. As narrativas se interligam entre as plataformas, construindo uma campanha orquestrada que atinge vários públicos. Os principais influenciadores são beneficiados por essa orquestração multiplataforma, que garante a amplificação de suas mensagens para um público maior. Estratégias de desinformação e fraudes também ocorreram por meio de conteúdo pago nos anúncios do Meta Ads, amplificando ainda mais o impacto negativo dessas narrativas.

	negacionismo ou conspiracionismo.	
--	---	--

Fonte: NetLab, adaptado pela autora

Os pesquisadores do NetLab também reuniram as principais narrativas da desinformação sobre a catástrofe climática que resultou nas enchentes no Rio Grande do Sul, e que circularam em diferentes plataformas monitoradas, de 27 de abril a 10 de maio de 2024:

1. Lula não está comprometido com as vítimas das enchentes: ataques à atuação de Lula durante a catástrofe foram destaque nos conteúdos de desinformação. Houve acusações de que o presidente não enviou os recursos para tragédias que prometeu ao Rio Grande do Sul em 2023.
2. Marina atribui injustamente a culpa da tragédia a Bolsonaro: em entrevista, a ministra Marina Silva disse que houve um “apagão” nas políticas ambientais durante o governo Bolsonaro. A declaração a tornou alvo de ataques e mobilizou a defesa do ex-presidente.
3. Starlink é a única internet que está ajudando nos resgates: publicações desinformativas afirmam que a Starlink - empresa de internet via satélite do bilionário Elon Musk - seria a única a funcionar durante a tragédia;
4. Show da Madonna recebeu recursos que deveriam ir para o RS: muitas publicações fizeram correlações entre o show da Madonna no Rio de Janeiro, em 4 de maio, e a tragédia gaúcha. Algumas destas publicações afirmam falsamente que o evento no Rio teria recebido investimentos públicos federais que poderiam ter sido destinados às vítimas das chuvas. Outras publicações dizem que o presidente Lula e a primeira-dama, Janja, teriam comparecido ao show. No entanto, afirmação foi desmentida;
5. Governo está impedindo que doações cheguem às vítimas: relatos de que órgãos federais estariam agindo para impedir o socorro no estado aparecem entre as narrativas. Segundo algumas das *fakes news* disseminadas, a Polícia Rodoviária Federal estaria exigindo nota fiscal para deixar as doações passarem, enquanto o Exército não teria disponibilizado aeronaves. A Anvisa também é apontada como responsável pela retenção de medicamentos;
6. As chuvas são um castigo de Deus: narrativas negacionistas alegam que o desastre é apenas uma consequência da ação divina. Usuários cristãos argumentaram que o Rio Grande do Sul possui grande número de seguidores de religiões de matriz africana, e por isso, Deus estaria punindo o estado. As afirmações partem do princípio de que o ser

humano não influencia o clima, afinal, outros desastres já ocorreram na região. A única solução seria clamar a Deus;

7. A tragédia foi planejada por globalistas: em menor escala, conteúdos conspiracionista alegam que culpar as ações humanas sobre o clima é um pretexto do governo e da mídia para ocultar a verdade: que o desastre foi planejado e visa submeter a população e o agronegócio ao controle de grandes grupos mundiais. Conspirações alegam que as chuvas estão sendo causadas propositalmente pelas antenas Haarp, um projeto norte-americano que estuda fenômenos físicos. Eduardo Leite é acusado de ser globalista e participar do plano, que seria comandado pelo fundador do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab.
8. Figuras de direita estão ajudando mais que o governo: publicações destacam ações e declarações de parlamentares da direita em apoio ao Sul.

Além das narrativas desinformativas, o relatório da NetLab analisou as publicações de influenciadores, que agiram nas redes sociais com informações inverídicas. Por fim, o documento apresenta mais uma das modalidades características da pós-verdade, que é a indução pela emoção. Por meio de anúncios fraudulentos, a sociedade foi, mais uma vez, levada à onda de enganação diante da tragédia climática.

Para a finalidade do estudo “Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático”, foi apresentado um conceito de anúncios fraudulentos:

- são os conteúdos pagos e impulsionados que utilizam técnicas de engenharia social e se propõe a provocar danos patrimoniais e morais. A partir disso, foram identificados 351 anúncios fraudulentos associados às enchentes de algum modo, seja nos conteúdos das imagens e vídeos, seja nos textos ou mesmo nos links presentes nos anúncios. Para além do conteúdo fraudulento, evidências de comportamento inautêntico nos perfis e páginas analisadas corroboram a perspectiva de fraude. Os dados apontam para a existência de um ecossistema on-line, constituído por sites suspeitos e perfis inautênticos, responsáveis por impulsionar anúncios fraudulentos a partir da biblioteca da Meta.

A análise via Meta foi justificada no relatório, a fim de esclarecer a escolha e delimitar o período da avaliação, que foi de 6 a 8 de maio de 2024, conforme explicação a seguir:

- Google e Meta oferecem repositórios de anúncios no Brasil. O relatório de transparência do Google somente permite a busca por anunciantes, o que impede a identificação de conteúdos fraudulentos, exigindo o conhecimento prévio do nome registrado pelos estelionatários no Google para anunciar. Twitter, TikTok, Telegram, WhatsApp e

LinkedIn não possuem ferramentas de transparência de anúncios no Brasil. Apenas a biblioteca da Meta oferece um sistema pesquisável e navegável e é a única fonte de informação sistemática sobre anúncios on-line. Por isso esse relatório é baseado apenas nos anúncios fraudulentos veiculados nas plataformas da Meta. Porém, isso não significa que o problema não se repita em outras plataformas. Ao contrário, a opacidade garante mais liberdade para os estelionatários que as utilizam.

De acordo com o levantamento, o maior número de links dos anúncios fraudulentos redireciona para o site Vakinha. No entanto, alguns desses links são modificados para que se passem pelo site, seja com a URL semelhante e/ou com layouts parecidos. O anúncio da página Ajude o Sul pede doações por meio do link www-vakinha.com/oficial/ajude-o-rs/, que modifica a URL e pode induzir o usuário ao erro. A página foi criada em maio de 2024 e tem a logo da Vakinha em sua foto de perfil.

O relatório do NetLab é apenas um dos exemplos de como a era da pós-verdade é muito mais real do que cronológica, no sentido de que pode ser interpretada como “após a verdade”. O acesso à produção de conteúdos e a facilidade nas transmissões de informações são, ao mesmo tempo, benefício e arma na mão das pessoas que possuem intenções enganosas.

A Pública, agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos¹³, cita que, a cada nova crise, pessoas, governos e organizações se assustam com o volume de desinformação. Conforme Viana (2024), frente às ondas de desinformação, uma saída é utilizar campanhas educativas que alertem as pessoas sobre possíveis *fake news* antes que elas tenham contato com elas, fornecendo argumentos que explicam seus furos. Afinal, teorias da conspiração são mais difíceis de combater porque estão mais orientadas em crenças pessoais e conectam narrativas mais amplas e complexas.

Ainda segundo a Pública, em estudo divulgado em 2023, no *Journal of Health Policy*, foi apresentada uma série de ações governamentais que foram eficientes em mitigar os efeitos da desinformação sobre a epidemia da Covid-19. A apresentação desse estudo tem o objetivo de mostrar que há caminhos para lidar com a desinformação e, para isso, é preciso que autoridades tomem decisões.

No caso da pandemia, um destaque de atuação contra as *fake news* foi o governo de Taiwan, que realizava coletivas de imprensa diárias, distribuía boletins informativos, trabalhava

¹³ Coluna da agência Pública, de jornalismo investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/2024/05/a-desinformacao-sobre-desastres-como-do-rio-grande-do-sul-veio-pra-ficar-mas-ha-como-combate-la/>

com a imprensa para fazer “*pre-bunking*”¹⁴ e criou um “Centro de Verificação de Fatos”, serviço público que checava informações enviadas em até 60 minutos.

O site brasileiro Observatório Brasileiro de Comunicação e Crise (OBCC) divulgou, em 9 de maio de 2024, um compilado sobre “Orientações de comunicação para resposta em situações de desastres ligados à crise climática”¹⁵.

O material é mais um exemplo de esforço em prol do combate à desinformação tendo, como pano de fundo, o compromisso do jornalismo. Diante do cenário de clamor social e necessidades, os pedidos de doações e trabalho voluntário precisam ser divulgados e, com isso, o OBCC criou uma espécie de *checklist*¹⁶ com orientações básicas para resposta e contribuição em situações críticas e de desastres.

Tais orientações foram formuladas sob a perspectiva comunicacional e são voltadas à população, às organizações públicas e privadas, governos e aos veículos de comunicação para atuação nos casos em que tragédias climáticas são registradas.

Quadro 2: Ação em casos de tempestades, incêndios florestais, deslizamentos de encostas, tornados, ciclones, inundações e enchentes

Orientações de comunicação para resposta em situações de desastres ligados à crise climática (OBCC)	– A população deve priorizar informar-se pelos canais de comunicação oficiais dos governos e de outros órgãos oficiais envolvidos (Defesa Civil, Bombeiros, INMET, Cemaden, empresas de distribuição de energia elétrica e água); – Estar atento às notas e aos comunicados emitidos pela Sala de Situação e/ou Gabinete de Crise dos governos; – Moradores de cada região devem se cadastrar nos sistemas de alerta da Defesa Civil (SMS: enviar o CEP da localidade para 40199 por SMS, Telegram: pesquisar o contato Defesa Civil Alertas, Whatsapp: cadastrar o nº 6120344611 e interagir com o robô informando CEP); – A população deve buscar informar-se a partir de publicações de veículos de comunicação reconhecidos pela prática do Jornalismo (impresso, digital, radiofônico, televisivo); – Os governos podem potencializar o uso de emissoras de Rádio, sistema de alto-falantes e carros de som nas ruas, se possível, como alternativa à internet e
---	---

¹⁴ “*Pré-bunking*”: filtro preventivo, tradução livre

¹⁵ Orientações de comunicação para resposta em situações de desastres ligados à crise climática. Disponível em: <https://ufsm.br/r-880-313>

¹⁶ *Checklist*: lista de verificação, tradução livre

	outros meios que necessitam de energia elétrica, a fim de realizar alertas e informes sobre a situação; – Alertas de emergência devem ser veiculados imediatamente através de plantão de notícias televisivo em redes de TV local e regional; – Empresas devem usar seus perfis nas redes sociais digitais e seus contatos para amplificar o auxílio às vítimas; – Veículos de comunicação devem, além da cobertura das consequências do ocorrido, relacionar com as mudanças climáticas e suas causas; – A abordagem da mídia sobre a pauta da crise climática deve ocorrer continuamente e de forma responsável, evitando sensacionalismo, relativização, espetacularização ou esquecimento; – Gestores de empresas, parlamentares e governantes precisam se posicionar publicamente diante do desastre, tendo em vista a responsabilidade e o capital social inerentes aos cargos que ocupam; – Influenciadores digitais e personalidades artísticas e esportivas podem contribuir para a disseminação responsável de informações relevantes tendo em vista a grande base de seguidores na ambiência da internet; – Empresas podem realizar campanhas que tenham a finalidade de ajudar na situação crítica, dando visibilidade para a causa e não para marca/personalidade/instituição/ empresa/produto/serviço; – Empresas devem adiar campanhas de comunicação de caráter mercadológico, pois nada é mais importante do que salvar vidas; – Compartilhar alertas oficiais para que as pessoas saiam das áreas de risco a fim de diminuir o número de resgates e concentrar os esforços das equipes; – A população deve evitar registrar e postar imagens em redes sociais digitais apenas por entretenimento ou em busca de seguidores e curtidas, principalmente se houver crianças e idosos nas fotografias e vídeos; – Não compartilhar informações inverídicas, sem checagem e sem apuração; – Não compartilhar informações que não contribuam para ajudar as vítimas e as equipes de resgate e assistência.
--	--

Fonte: OBCC, desenvolvido pela autora

As orientações acima, divulgadas pelo OBCC e intituladas “Orientações de comunicação para resposta em situações de desastres ligados à crise climática” podem ser consideradas como um caminho para que os responsáveis pela distribuição das informações se guiem e apoiem a população e, ao mesmo tempo, para que a sociedade saiba como agir e como recorrer às fontes adequadas de notícias.

Cabe destacar algumas dessas orientações, pois reforçam o papel da imprensa diante dessas situações e demonstram que o jornalismo deve atuar de forma responsável. A premissa de que “veículos de comunicação devem, além da cobertura das consequências do ocorrido, relacionar com as mudanças climáticas e suas causas”, por exemplo, destaca a comunicação ambiental, que vai além das notícias sobre os desastres e devem promover a conscientização sobre causas e prevenção. Por meio dessas sensibilizações é que o jornalismo exerce seu papel de construção da cidadania e na formação da opinião pública.

Ao mesmo tempo, a orientação de que “a abordagem da mídia sobre a pauta da crise climática deve ocorrer continuamente e de forma responsável, evitando sensacionalismo, relativização, espetacularização ou esquecimento” é um reforço sobre a importância adequada da cobertura da mídia em situações de desastre. Portanto, cabe à imprensa atuar para diminuir os sofrimentos, evitando exposições, cenas de suspense ou de pavor, zelando pela dignidade da vida humana.

O que se percebe é que, apesar de orientações para a sociedade, governos e imprensa sobre a abordagem de eventos críticos e ambientais, é preciso lidar com a perda da credibilidade e descrença em relação aos processos democráticos. Portanto, esse papel de restabelecimento da confiança, principalmente em relação aos governos e à mídia, no que se refere à prevenção e à preparação para tragédias climáticas, deve caminhar de mãos dadas com a perspectiva comunicacional. Afinal, o acesso ao meio ambiente é muito mais do que um benefício para o bem-estar das populações, é um direito assegurado e que deve alcançar, inclusive, as futuras gerações.

2.3 Desenvolvimento sustentável e direito ao meio ambiente

Nos primórdios, o ser humano já dependia do meio ambiente para sobreviver, extraindo da natureza os elementos básicos e necessários para suprir necessidades como alimentação e segurança. Com a multiplicação de seres humanos, os alimentos deixaram de ser facilmente retirados da natureza, como era o costume, assim, surgiu o alerta sobre a preservação dos recursos naturais. Alguns fatos históricos marcaram a aceleração da exploração ambiental e, com isso, ressaltaram ainda mais a necessidade dos esforços para mitigar a destruição do meio ambiente.

A crise climática é, atualmente, uma realidade, interferindo na vida de todos os seres. Os diversos tipos de impactos adversos da crise climática no mundo e no Brasil, afetam, portanto, desigualmente os biomas, seus territórios e suas gentes.

Conforme Morrone (2024, p. 54), “a ciência já concluiu e alertou que não teremos futuro se mantivermos o atual modelo de exploração de recursos naturais finitos e desrespeito às pessoas, aos animais, às plantas e à biosfera”. O fato é que, atualmente, os eventos extremos escancaram a crise climática. Tempestades, enchentes, incêndios, ciclones, gelo derretendo... não faltam sinais de que é preciso agir.

Morrone (2024) reforça que ambientalistas e cientistas têm sido aguerridos em chamar a atenção para as graves consequências para o planeta, para a vida das pessoas e para a performance das empresas se a sociedade continuar com o mesmo padrão de emissões de gases do efeito estufa, uso abusivo de plástico e de combustíveis fósseis e descarte descontrolado de resíduos, além de outras ações cotidianas e sem conscientização.

Os alertas para os impactos ambientais surgem de variadas formas e, especialmente nos eventos voltados à reflexão sobre a sustentabilidade, conforme relato a seguir:

Em 2021, na COP26, em Glasgow, o naturalista britânico e documentarista Sir David Attenborough convocou líderes mundiais a reescreverem a história: “As gerações futuras não nos perdoarão se não agirmos sobre as mudanças climáticas. Nós temos a ciência, temos a tecnologia e temos a capacidade de fazer a diferença. A pergunta é: temos a vontade?” (Morrone, 2024, p. 54)

Vozes potentes em defesa do meio ambiente não são o bastante para a mudança. Por isso, no Brasil, existem leis e normas referentes ao direito ao meio ambiente. Isso significa que o acesso das futuras gerações aos recursos naturais não é um mero benefício, mas sim, um direito. Falar sobre o surgimento das normas ambientais requer resgatar um pouco do histórico brasileiro via formação do Direito Ambiental. No século XVIII, ao mesmo tempo em que a Revolução Industrial promoveu avanços tecnológicos e aprimorou os modos de produção, ela também resultou em graves problemas ambientais, como a poluição do ar e da água, a degradação do solo e o desmatamento. O aumento da conscientização sobre esses impactos negativos levou à formulação das primeiras leis ambientais em alguns países industrializados.

Com fundamento na divisão feita por Marchesan, Steigleder, Capelli (2011)¹⁷, o regime republicano iniciado em 1889 e vigente até os dias atuais é separado em duas fases para se compreender a formação, evolução e consolidação Direito Ambiental Brasileiro:

a) formação do Direito Ambiental – 1889 – 1981: período em que as normas de proteção e regulação dos bens ambientais ainda não podem ser consideradas como integrantes de um Direito próprio do meio ambiente;

¹⁷ Direito Ambiental. 6ª ed., Editora Verbo Jurídico, Porto Alegre, 2011.

b) consolidação do Direito Ambiental – 1981 até a fase contemporânea: na década de 80 viu-se que havia uma proteção jurídica fragmentada, assim, novos marcos legislativos foram instituídos, como a Constituição Federal de 1988, por exemplo.

A seguir, alguns dos principais registros sobre as formalizações em relação ao meio ambiente:

- em 1808, é criado o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, considerada a primeira unidade de conservação pátria;
- a primeira Constituição brasileira, de 1824, reafirma a ideia de proibição de corte do pau-brasil sem autorização e fez prever a criação do Código Penal. Em 1830, foi promulgado o Código Penal, que tipificou o corte ilegal de madeiras;
- em 1835 a expressão “Meio Ambiente” passa a ser utilizada por naturalistas;
- a Lei 601 de 1850 - Lei de Terras – perspectivas sobre uso do solo, disciplinando a ocupação do território, atenta às invasões, aos desmatamentos e aos incêndios criminosos e outros ilícitos;
- Constituição de 1891 - não mencionou o meio ambiente, mas tratou da competência da União para legislar sobre minas e terras;
- em 1917, o primeiro Código Civil, com visão individualista, trata das relações de vizinhança, limitando a plena utilização da propriedade;
- a Constituição de 1934 fez prever competências da União e dos Estados para proteger as belezas naturais e monumentos de valor histórico. Por meio do Decreto-Lei n. 23.793, de 1934, promulgou-se o primeiro Código Florestal;
- com o Decreto-Lei n. 24.643, de 1934, cria-se o Código das Águas;
- o Decreto-Lei n. 24.645, de 1934, tratou da proteção dos animais;
- o Decreto-Lei n. 794, de 1938, instituiu o Código de Pesca;
- a Constituição de 1946 define a competência da União para defesa dos recursos naturais;
- a Lei 4.771/65 faz surgir novo Código Florestal;
- com o Decreto-Lei 227/67, cria-se o Código de Mineração;
- em 1972 deu-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, onde 114 países estiveram reunidos no propósito de discutir formas de proteção ao meio ambiente, o que resultou no compromisso de redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- o Decreto 1413/75 tratou do controle de poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais;

- Lei n. 6.453, de 1977, prevê a responsabilidade objetiva pelo dano ecológico causado a partir do risco da atividade poluidora;
- Lei n. 6.938/81 - Política Nacional para o Meio Ambiente;
- Lei n. 7.347/85 - Ação Civil Pública - legitimidade do Ministério Público e Associações Civis para proteção dos direitos difusos e coletivos;
- Constituição Federal de 1988 - dedicou um capítulo próprio à matéria ambiental;
- Lei nº 9.433/97 - criação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH);
- Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais) - dispõe sobre as sanções penais e administrativas ao meio ambiente e inova também ao incluir a pessoa jurídica como sujeito ativo do crime ambiental;
- criação da Agência Nacional das Águas (ANA) – Lei nº 9.984/00 - responsável pela execução da Política Nacional de Recursos Hídricos, a ANA é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Sua principal competência é a de implementar o gerenciamento dos recursos hídricos no país, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997
- em 18 de julho de 2000 foi promulgada a Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), coroando os esforços em legar parte do território natural brasileiro às gerações futuras;
- a Lei nº 11.516/2007 cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Lei nº 11.445/2007 - trata da Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) com diretrizes nacionais para o saneamento básico englobando o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos;
- Lei nº 12.305/2010 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Lei Complementar nº 140/2011 - define que a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm como objetivos fundamentais de proteger, defender e conservar o meio ambiente e a caracterização das atribuições de licenciamento ambiental definindo os tipos de empreendimentos e as atividades por estes licenciados;
- Lei nº 12.651/2012 - dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, alterando severamente o Código Florestal Brasileiro.

O histórico das mobilizações jurídicas em prol do meio ambiente contribuiu para a formação de um campo do conhecimento, que é o ambiental. De acordo com De Lima; Júnior; Loose; Mei; Schneider; Duarte (2015), “o meio ambiente, enquanto campo de estudos que se volta para o entendimento da crise ambiental que emerge nos anos 1950-1960, passa a inserir, ao lado da ecologia e do estudo dos ecossistemas e sua degradação, as visões das ciências sociais e econômicas, para dar conta de uma questão que se torna cada vez mais onipresente no planeta: o conflito natureza-sociedade”.

O campo ambiental, dessa forma, conclama outras áreas de saberes para apoiar os estudos, destacando a relevância das discussões.

A conformação do campo ambiental reúne diferentes perspectivas e saberes que abarcam a relação sociedade-natureza com o propósito de refletir, analisar e propor soluções para as questões socioambientais. Em função disso, reivindica a necessidade de constantes trocas entre os mais diversos campos (práticas interdisciplinares), pois parte do pressuposto de que o meio ambiente precisa ser apreendido não como mais um objeto da ciência moderna (que é reduzido e simplificado), mas percebido em toda a sua complexidade (De Lima *et al.*, 2015, p. 78).

Assim, as questões da preservação e conservação do meio ambiente natural, apropriado pelo ser humano como espaço para extração e produção de matérias-primas, produtos agrícolas, consumismo e descarte de resíduos, juntamente com os temas de justiça ambiental e sustentabilidade para o futuro, para conservação das futuras gerações, ganham destaque diante da crise ambiental e de modelos de desenvolvimento em curso.

Para além do âmbito nacional, a severidade dos problemas relacionados à mudança de clima e à degradação ambiental faz com que diferentes países se unam em acordos e tratados para construir um caminho mundial para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista o sistema capitalista e a os modelos de desenvolvimento adotados. Entre os acordos e processos internacionais, destaca-se aqueles relacionados ao clima, aos direitos humanos e outros assuntos sociais.

Diante dos reflexos negativos causados pelo modelo de produção e consumo de massa, o equilíbrio das atividades humanas nos planos econômico, ambiental e social torna-se um grande desafio.

Diversos debates e pesquisas sobre os riscos da degradação do meio ambiente, a partir dos anos 50, trouxeram à tona a preocupação com o futuro do planeta. A fim de resgatar alguns marcos históricos que representaram a mobilização de governos e pessoas para proteger o meio

ambiente, as pessoas e o planeta para as futuras gerações, será retratado a seguir algumas memórias para que esse estudo tenha a base dos caminhos já percorridos.

A primeira grande discussão internacional sobre o tema ocorreu na Conferência de Estocolmo em 1972, que contribuiu para a geração de um novo entendimento sobre os problemas ambientais e sobre a maneira como a sociedade provê seus recursos, colocando em pauta a relação entre meio ambiente e formas de desenvolvimento.

Na década de 1980, foi elaborado o World Conservation Strategy (1981), documento que trouxe estratégias de minimização da pobreza e miséria atreladas à conservação da natureza. A Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNMAD) ou "Comissão Brundtland" (1983), foi criada para reanalisar os problemas ambientais e de desenvolvimento do planeta, assim como elaborar novas propostas. Seu relatório final é conhecido como "Relatório Brundtland" ou "Nosso Futuro Comum", sugerindo uma agenda socioambiental.

Avançando para a década de 1990, mais especificamente em 1992, ocorreu no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esses eventos moldaram a agenda ambiental global, e serão resumidamente detalhados a seguir:

1992

Em 1992, ocorreu no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como "Eco 92" ou "Rio 92", que ampliou a compreensão das problemáticas mundiais referentes às crises econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais (principalmente o efeito estufa). O evento trouxe como produtos vários documentos, dentre eles a Agenda 21, contendo recomendações específicas para os níveis de atuação organizacional e internacional, bem como a Convenção sobre Mudanças do Clima e a Carta da Terra.

Na mesma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, foi estabelecida a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário. Assim como outras propostas para o financiar o enfrentamento à crise climática, aquelas previstas pela CDB também não foram plenamente implementadas. Ainda assim, desde sua assinatura o Brasil tem assumido uma série de compromissos para trabalhar nos três pilares da CDB: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos (MMA, 2020).

1997

Em 1997 foi aprovado, durante a Terceira Conferência das Partes Interessadas (COP-3), o Protocolo de Kyoto, que determinou que os países incluídos no Anexo I da Convenção

sobre Mudanças do Clima deveriam assegurar uma redução agregada das emissões antrópicas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% abaixo dos níveis de 1990, no período de 2008 a 2012. Trata-se do primeiro tratado vinculante sob o direito internacional, visando reduzir os gases de efeito estufa, um marco na política climática internacional. No entanto, o Brasil ratificou o documento apenas em 23 de agosto de 2002, tendo sua aprovação interna ocorrida por meio do Decreto Legislativo nº 144 de 2002.

Com o Protocolo de Kyoto, pode-se dizer que nasceu a possibilidade de o carbono se tornar um elemento passível de operações de compra e venda, induzindo ao que é conhecido na atualidade como mercado de créditos de carbono. Hoje, o Acordo Climático de Paris de 2015 é considerado o documento substituto do Protocolo de Kyoto.

2002

A mobilização mundial continua a avançar nos anos 2000, com o estabelecimento dos Objetivos do Milênio (ODM), definidos por meio da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros. Trata-se de 8 Objetivos, com suas 22 metas (24 no Brasil) e 48 indicadores de desempenho relacionados ao combate à fome, miséria, desigualdade, mortalidade e à busca pela sustentabilidade e por uma melhor educação. Dois anos depois, em 2002, aconteceu a aprovação da Carta da Terra pela Organização das Nações Unidas (ONU), documento que lista princípios éticos e valores fundamentais no tocante à sustentabilidade, equidade e justiça.

2009

Já em 2009, a 15ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas de Copenhague resultou no documento denominado Acordo de Copenhague: com ênfase na temática do aquecimento global, reuniu líderes de 192 nações, das quais as mais ricas se comprometeram a doar US\$ 30 bilhões para um fundo de combate ao aquecimento global.

2012

Em 2012, destaca-se mais um evento sediado no Brasil: A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), a qual propôs a discussão dos desafios e dos temas economia verde, erradicação da pobreza, estrutura institucional do desenvolvimento sustentável e sua respectiva governança. Esta conferência marcou os vinte anos de realização da Rio-92 e contribuiu para definir a agenda para as próximas décadas.

2015

No ano de 2015, mais de 150 líderes mundiais estiveram na sede da ONU, em Nova York, para adotar uma nova mobilização para a proteção do meio ambiente, das pessoas e das gerações futuras: a Agenda 2030. Essa agenda é formada pelos 17 Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, as quais devem ser implementadas por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030. Acompanhe, a seguir, como está estruturada a Agenda 2030 - considerada o documento vigente na atualidade para “acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2015).

Apesar desses esforços, percebe-se que metas e pactos se perpetuaram, já que não foram cumpridos. Encontro após encontro, os temas permanecem nas agendas, já que não houve um compromisso prático pelas mudanças apresentadas e que são necessárias.

2.3.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030

A Assembleia Geral da ONU em 2015 contou com o documento chamado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Trata-se de uma espécie de guia para as ações da comunidade internacional, bem como um plano de ação que pode ser implementado por diferentes atores (leia-se organizações sociais, governamentais e privadas).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta por 193 Estados membros, foi adotada em setembro de 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), e é o principal marco de referência para promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, econômica e ambiental/climática¹⁸. A Agenda 2030 compõe um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, universais e transformadoras, que focam na erradicação da pobreza, da fome e das desigualdades, na proteção do planeta e seus recursos naturais, e no crescimento econômico sustentável. Os 17 ODS são inter-relacionados, reconhecendo que o alcance dos objetivos exige soluções equilibradas e integradas. O compromisso universal estabelecido pela Agenda 2030 reflete o reconhecimento de que todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – têm metas a cumprir, levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais.

De forma resumida, os ODS funcionam como um checklist de atividades para o governo, sociedade civil, setor privado e por todos os cidadãos numa mobilização coletiva em prol de um 2030 com resultados mais sustentáveis.

¹⁸ Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>

Figura 1: Ilustração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)



Fonte: Plan (2017)¹⁹

E por falar em desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, este estudo apresentará, a seguir, um possível conceito para os termos.

2.3.2 Desenvolvimento Sustentável

Muitos são os conceitos empregados à expressão "desenvolvimento sustentável". Baroni (1992) identifica dois grupos de conceituações bastante comuns: o primeiro se refere àquelas feitas por cientistas, técnicos do governo e políticos, com ênfase no binômio desenvolvimento/meio-ambiente. O segundo diz respeito aos discursos dos organismos e entidades internacionais de meio-ambiente, os quais orientam seus diagnósticos, análises e propostas.

Em relação ao primeiro grupo, destaca-se o conceito de Pearce *et al.* (2013, p. 2, tradução nossa):

Nós tomamos o desenvolvimento como um vetor de objetivos sociais desejáveis, sobre o qual devem ser incluídos os seguintes elementos: aumentos na renda real per capita; melhora no estado nutricional e na saúde; melhora na educação, acesso aos recursos; distribuição de renda justa e incremento nas liberdades básicas. [...] Desenvolvimento sustentável é a situação na qual o vetor de desenvolvimento não diminui ao longo do tempo.

¹⁹ <https://plan.org.br/noticias/conheca-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> (opens in a new tab).

Por sua vez, em relação ao segundo grupo, extrai-se do relatório "Nosso Futuro Comum", proveniente da Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente criada pela ONU em 1987, uma das definições para o termo desenvolvimento sustentável: "é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades" (Vargas, 1991, p. 46).

As definições sobre desenvolvimento sustentável foram sendo construídas, portanto, ao longo do tempo, envolvendo os discursos de cientistas, entidades políticas, sociais e governamentais. Para Baroni (1992, p. 15), tais discursos "[...] nos interessam em especial por sua posição dominante no debate sobre desenvolvimento sustentável, e pela sua capacidade de influenciar políticas e ações de âmbito global e local, tornando-se marco referencial para outras entidades e órgãos."

Neste âmbito de discussão, sugere-se que a expressão "Desenvolvimento Sustentável" é majoritariamente utilizada em relação ao objetivo de macro políticas de governo, ou ainda, em relação a um status de crescimento sustentado que deve ser perseguido pela humanidade e pelos seus líderes.

Para Hopwood *et. al.* (2005), ainda que considerada uma expressão aberta a muitas interpretações, o conceito de "desenvolvimento sustentável" engloba as questões-chave para a humanidade de como garantir uma vida que vale a pena ser vivida, inexistindo uma filosofia unificada a respeito, sendo que na maioria das vezes tal expressão congrega perspectivas políticas e filosóficas já existentes.

A partir de agora, será apresentado o conceito de sustentabilidade e em quais contextos ele é geralmente aplicado.

2.3.3 Sustentabilidade

Para abordar o conceito de sustentabilidade e seu contexto de aplicação, selecionam-se duas abordagens teóricas introdutórias: na primeira, Lélé (1991) indica que o conceito de sustentabilidade originou-se no contexto de fontes renováveis - tais como as florestas - e, subsequentemente, foi adotado como um amplo *slogan* do movimento ecológico, apontando seu significado para a existência de condições ecológicas que sustentam a vida humana, em um nível específico de bem-estar, através de gerações futuras.

Na segunda, Jacobs (1995) compara a definição do termo sustentabilidade à de democracia, ao apontar a existência de mais de 300 definições diferentes para democracia e que o termo carrega consigo um significado essencial que é substantivo e importante. Portanto, a definição de tais termos podem ser contestável, uma vez que está sujeita a diferentes

interpretações. Entretanto, ainda que existam diversas interpretações para o termo “sustentabilidade”, podem ser elencados alguns princípios que delimitam sua compreensão. De acordo com a ONU (2007), os princípios basilares da sustentabilidade são:

Princípio Precatório - Este princípio sugere que, na presença de uma ameaça de danos ao meio ambiente ou à saúde humana, a falta de certeza científica completa não deve ser usada como razão para adiar medidas que possam prevenir o dano.

Princípio Preventivo - Este princípio está relacionado ao precatório, mas com um foco mais proativo. Ele afirma que é melhor tomar medidas para evitar o dano ambiental desde o início, em vez de tentar reparar o dano depois que ele ocorreu. Isso implica em integrar impactos ambientais e sociais no início do processo de desenvolvimento de projetos ou políticas.

Princípio Compensatório - Quando danos ao meio ambiente ocorrem, este princípio assegura que deve haver compensações para as áreas ou comunidades afetadas. Isso pode incluir a restauração do ambiente danificado ou compensações financeiras/não financeiras para as comunidades que sofreram com o impacto ambiental.

Princípio do Poluidor-Pagador - Este princípio estabelece que quem causa a poluição deve pagar pelos custos associados à gestão e mitigação dessa poluição. Quem polui é financeiramente responsável pelos impactos ambientais de suas ações.

No entanto, a abordagem mais difundida na literatura especializada é a de Sachs (2004). Para ele, a sustentabilidade perfaz um conceito dinâmico que considera as necessidades crescentes das populações em um contexto internacional cuja expansão é constante, devendo-se satisfazer as necessidades do presente sem comprometer o futuro e levando em conta os recursos naturais disponíveis.

Nesta abordagem, a sustentabilidade tem como base sete dimensões: a sustentabilidade social, ambiental, territorial, econômica, política, cultural e ecológica, as quais delimitam o contexto de:

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (Sachs, 2004, p. 15).

Como um tema complexo, a busca pela sustentabilidade em todas as suas dimensões é marcada pelo gerenciamento de dilemas aparentes – como, por exemplo, o conflito entre o crescimento e modernização da agricultura e da pecuária (questão humanitária do combate à fome) versus a preservação ambiental (questão da preservação do meio ambiente e do combate ao efeito estufa).

Nesse sentido, Dobson (1998) sugere que nem sempre a busca pela sustentabilidade representa, automaticamente, ganhos relacionados à justiça social, sugerindo que não é possível assumir que tais conceitos são compatíveis, mostrando-se, muito frequentemente, conflitantes, devido à relação complexa de legitimidade entre esses dois objetivos – não somente pela diferenciação das condições empíricas ao redor do mundo, mas também porque diferentes pessoas e formações políticas compreendem tais termos de forma diferente.

Mas então, podemos afirmar que existe um dilema entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente? Oliveira (2008) destaca que, desde a revolução industrial, empresários argumentam que problemas ambientais são uma consequência natural da produção, como no seguinte trecho: “Se você produz, vai ter poluição e problemas sociais” (Oliveira, 2008, p. 20).

Esse dilema também atinge o estado, que depende dos empregos e impostos gerados pelas fábricas para promover a qualidade de vida. A pressão da sociedade civil e o surgimento de organizações não governamentais trouxeram a necessidade de um novo paradigma: o desenvolvimento sustentável.

No âmbito das organizações em geral, segundo Barbieri e Cajazeira (2009), o foco da sua contribuição na busca pelo desenvolvimento sustentável prioriza três dimensões da sustentabilidade:

Dimensão Econômica: crescimento econômico-financeiro sustentado com incremento de riquezas, distribuído equitativamente.

Dimensão Social: relações com as partes interessadas, promovendo mudanças positivas para a sociedade.

Dimensão Ambiental: prevenção e redução de impactos ambientais, com a busca pela reconstrução de um meio ambiente equilibrado para as futuras gerações.

Nesse sentido, segundo Barbieri e Cajazeira (2009, p. 69) “uma organização sustentável seria, portanto, a que orienta as suas atividades segundo as dimensões da sustentabilidade que lhes são específicas”.

E é aqui, neste contexto, que nasce a expressão ESG.

2.3.4 ESG

Na década de 90, um novo paradigma organizacional foi cunhado pelo denominado Triple Bottom Line (3BL ou TBL), trazido por John Elkington em 1994. O TBL - também conhecido em português como Tripé da Sustentabilidade - estabelece que os

desempenhos social e ambiental deveriam ser incorporados às demonstrações de desempenho financeiro das empresas. O método se baseia em três princípios:

People (Pessoas)

O desempenho social deve ser avaliado levando em consideração o impacto das empresas sobre as comunidades, funcionários, clientes e fornecedores, garantindo que suas práticas contribuam positivamente para todos os envolvidos.

Planet (Planeta)

O impacto ambiental deve ser reduzido ao máximo, e as empresas devem buscar práticas sustentáveis que não apenas minimizem a poluição, mas que também auxiliem na reconstrução e preservação do meio ambiente.

Profit (Lucro)

Além dos aspectos sociais e ambientais, o sucesso financeiro permanece importante. Empresas sustentáveis devem prosperar economicamente, mas sem negligenciar suas responsabilidades com a sociedade e o planeta.

Para Norman e MacDonald (2004, p. 243) “a ideia por detrás do paradigma do 3BL é que o sucesso ou saúde de uma corporação deve ser medido não somente pela tradicional linha financeira, mas também por sua performance ética/social e ambiental”.

Logo, pressupõe que as empresas têm uma variedade de obrigações para com as partes interessadas (*stakeholders*) e que o cumprimento de tais obrigações perante as comunidades, funcionários, clientes e fornecedores (citando apenas quatro *stakeholders* possíveis) deve ser medido, calculado, auditado e reportado - tal como o desempenho financeiro.

A contribuição das organizações na busca do desenvolvimento sustentável ocorre, portanto, quando seus processos são orientados sob as dimensões da sustentabilidade sob direcionamento estratégico. Nesse paradigma de gestão, vincula-se o conceito de responsabilidade social corporativa (ou empresarial), migrado, atualmente, para a sigla ESG.

O que significa ESG?

E - Environmental (Ambiental)

Esse aspecto trata das práticas que uma empresa ou entidade adota em relação ao meio ambiente. Isso inclui ações e políticas para enfrentar o aquecimento global, reduzir a emissão de gases poluentes como carbono e metano, controlar a poluição do ar e da água, prevenir o desmatamento, gerenciar resíduos de maneira eficiente, usar energia de forma sustentável, preservar a biodiversidade dentre outras práticas ambientais.

S - Social

O “S” de Social refere-se à responsabilidade social e ao impacto das empresas na comunidade e na sociedade em geral. Isso abrange temas como o respeito aos direitos humanos e às leis trabalhistas, a segurança no ambiente de trabalho, a oferta de salários justos, a promoção da diversidade de gênero, raça, etnia e credo, a proteção de dados e privacidade, a satisfação dos clientes, o investimento em ações sociais e o relacionamento com a comunidade local.

G - Governance (Governança)

A letra “G” diz respeito às políticas, processos, estratégias e orientações de administração das empresas e entidades. Isso envolve a conduta corporativa, a composição e independência do conselho, práticas anticorrupção, a existência de canais de denúncia para casos de discriminação, assédio e corrupção, auditorias internas e externas, o respeito aos direitos de consumidores, fornecedores e investidores, a transparência de dados e a remuneração dos executivos. A governança é fundamental, porque é ela que dita, orienta, fiscaliza e reporta todas as práticas sustentáveis (ou não) das organizações.

Como surgiu o termo ESG e por que é tão citado?

O termo ESG foi cunhado em 2004 no relatório "Who Cares Wins", elaborado pelo Pacto Global - uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que buscou engajar empresas e organizações na adoção de princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção - em parceria com o Banco Mundial. Esse relatório foi fundamental para estabelecer a importância de incorporar fatores ambientais, sociais e de governança nas decisões de investimento, e ajudou a popularizar o uso do termo ESG como uma métrica para avaliar a sustentabilidade e o impacto social das empresas. Podemos dizer que a expressão ESG se popularizou a partir de uma publicação voltada aos mercados financeiros.

Mais recentemente, em 2016, Larry Fink, presidente da gestora de ativos americana BlackRock, uma das maiores do mundo, começou a destacar a importância da agenda ESG para o contexto corporativo. Anualmente, ele publica cartas aos acionistas e ao mercado, discutindo as tendências e direções para os investimentos futuros. Foi então, em 2019, que Fink mencionou pela primeira vez a necessidade de as empresas olharem além de suas próprias operações e considerarem fatores ambientais e sociais em suas estratégias.

Desde então, ele vem argumentando consistentemente que a integração do aspecto econômico com os princípios ESG não é apenas uma questão de responsabilidade social, mas também uma estratégia inteligente para quem deseja obter lucros sustentáveis. Ele defende que

essas práticas são fundamentais para a longevidade e sucesso financeiro das empresas no longo prazo. Vamos conhecer alguns trechos dessa famosa carta?

Os lucros não são inconsistentes com o propósito - na verdade, os lucros e o propósito estão inextricavelmente ligados. Os lucros são essenciais para que uma empresa atenda com eficácia a todas as partes interessadas ao longo do tempo - não apenas os acionistas, mas também os funcionários, clientes e comunidades. (Fink, 2019).

Então, em síntese, ESG pode ser traduzido como um conjunto de critérios que ajudam a medir a sustentabilidade e o impacto social das organizações. As práticas ambientais, sociais e de governança são essenciais para garantir que uma empresa ou organização pública atue de maneira responsável e sustentável, trazendo benefícios não só para a organização, mas também para a sociedade e o meio ambiente.

2.3.5 Constituição Federal de 1988

Por meio do resgate dos principais marcos de mobilização, é possível perceber que a temática do desenvolvimento sustentável paira há muitas décadas sobre as intenções de nações e organizações nacionais e internacionais, que se dedicam ao alcance da sustentabilidade em suas diversas dimensões.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (conhecida também como Carta Magna ou Constituição Cidadã) também apresenta, em diversos artigos, direitos e deveres relacionados à sustentabilidade nas dimensões social e ambiental.

Assim, é possível, inclusive, relacionar os ODS aos respectivos artigos da nossa Carta Magna.

Dentre os direitos assegurados ao cidadão por meio da Constituição Federal (CF) de 1988, o artigo 225 trata especificamente do acesso ao meio ambiente. Por meio da deliberação legal, fica registrado que “todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que é um bem de uso comum e essencial para a qualidade de vida” (Brasil, CF, 1988, artigo 225). O mesmo documento trata dos responsáveis para a efetivação desse direito.

Assim, o artigo 225 ressalta ainda que, além do papel do Poder Público, cabe também à sociedade, ou seja, aos cidadãos, ajudar na preservação e defesa dos recursos, a fim de perpetuá-los para as gerações futuras.

De forma paralela, o conceito geral de bem ambiental está descrito no caput do Art. 225, que descreve o bem jurídico protegido pelo Direito Ambiental: “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

Conforme exposto anteriormente, o que existe na atualidade sobre os direitos ao meio ambiente vai além do registro na CF de 1988. As legislações, pactos, ações e movimentos, como

são conhecidos hoje, foram formulados ao longo do tempo, diante das mudanças mundiais e demandas sociais. A preocupação com a escassez de recursos, por exemplo, começou a surgir mediante aumento da população.

Em Morrone (2024, p. 18), fica descrito que “o número de desastres naturais entre 2010 e 2014 foi equivalente ao número de desastres naturais entre 1980 e 1991, um período quase três vezes mais longo. Entre os desastres, enchentes, secas, incêndios e nevascas que afetaram pessoas e o planeta”. Antes disso, o histórico, na visão de outros autores, demonstra o impacto em várias esferas:

[...] entre 1963 e 1967, o mundo enfrentou 16 desastres, que tomaram a vida de 100 pessoas, talvez mais, e 89 desastres que causaram prejuízos de 1% ou mais do Produto Interno Bruto (PIB) dos países afetados. Vinte e cinco anos depois, entre 1988 e 1992, o mundo passou por 66 desastres que mataram 100 pessoas e outros 205 eventos adversos extremos que custaram 1% ou mais do PIB dos países atingidos. Mais de três milhões de pessoas morreram em desastres nas últimas duas décadas. Avaliando o prejuízo em dólares, no ano de 1990, o custo econômico de desastres naturais triplicou nos últimos 30 anos, de U\$40 bilhões nos anos 60 para U\$ 120 bilhões nos anos 80 (Zenatti; Sousa, 2010, p. 18).

Com isso, as temáticas “meio ambiente” e “sustentabilidade” têm sido cada vez mais pautadas em diversos fóruns, inclusive, no âmbito dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

As legislações são uma das formas de corroborar com a preservação, pois, criam regras claras para o cumprimento de deveres e estipulam determinações a serem seguidas, portanto, entende-se que, ao registrar o meio ambiente como direito do cidadão, é plausível que outras legislações apoiem na concretização desse direito.

Os princípios fundamentais do direito ambiental são diretrizes essenciais que norteiam a proteção, preservação e uso sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente como um todo. Eles fornecem a base para a elaboração e interpretação das leis ambientais e orientam a atuação dos órgãos públicos e da sociedade civil na busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Dentre os principais princípios do direito ambiental, destaca-se o do direito ao desenvolvimento sustentável. Segundo ele, o ser humano de hoje tem o direito de se desenvolver e de se realizar, individual e socialmente, e o direito/dever de assegurar as mesmas condições favoráveis ao ser humano de amanhã. Fala-se ainda em: Solidariedade Sincrônica (solidariedade que ocorre entre indivíduos ou grupos que estão presentes na mesma época ou geração) e Solidariedade Diacrônica (ocorre ao longo do tempo, abrangendo diferentes

gerações. Esse tipo de solidariedade envolve o reconhecimento das responsabilidades e impactos das decisões e ações atuais sobre as futuras gerações).

Desse modo, a solidariedade diacrônica em relação ao meio ambiente requer a instituição de modos de manutenção desse benefício. Assim, a Lei nº 6.938/1981 conceitua meio ambiente e ainda, institui a Política Nacional do Meio Ambiente. De acordo com a legislação, meio ambiente é o conjunto de "condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (Brasil, artigo 3º, inciso I, 1981). Esse conceito abrange tanto os elementos naturais quanto os sociais e culturais, enfatizando a interação complexa entre eles.

No meio jurídico, os elementos do meio ambiente são chamados de bens ambientais e podem ser tangíveis, como florestas, rios, animais, ar puro, solo fértil, ou intangíveis, como a diversidade biológica, paisagens naturais, patrimônios culturais e conhecimentos tradicionais. A ideia central é que esses bens são considerados valiosos e devem ser preservados e geridos de forma adequada para garantir sua sustentabilidade e benefícios para as gerações presentes e futuras.

Trata-se de bem de terceira geração, pois se funda nos valores ‘fraternidade’ e ‘solidariedade’, além de possuir caráter coletivo e difuso, que interessam à humanidade como um todo.

Os direitos fundamentais foram desenvolvidos em períodos diferentes, de acordo com a demanda de cada época, assim, possui esse desenrolar progressivo nos textos constitucionais, sendo classificados em gerações.

[...] Os direitos fundamentais de terceira geração, ligados ao valor fraternidade ou solidariedade, são os relacionados ao desenvolvimento ou progresso, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos, bem como ao direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e ao direito de comunicação. São direitos transindividuais, em rol exemplificativo, destinados à proteção do gênero humano (Novelino, 2009, p. 362/364).

Desse modo, o meio ambiente como direito do cidadão se torna também uma missão de olhar para a atualidade, e avaliar de que forma cada um, nos seus diferentes papéis, pode corroborar com a preservação de recursos e com a sustentabilidade, afinal, o contrário dessa atitude é a contribuição com o dano ambiental.

Dano ambiental é toda agressão ao meio ambiente, causada por atividade humana, especialmente atividades econômicas potencialmente poluidoras, via ato comissivo ou omissivo. A danosidade ambiental (ou risco de dano), pela Constituição Federal, tem

repercussão jurídica tripla, ou seja, responsabilização alternativa ou cumulativa nas esferas penal, administrativa e civil, com objetivos de prevenção, repressão e reparação.

Segundo a CF/88:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

E no plano infraconstitucional²⁰, a Lei n. 6.938/81:

Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

[...]

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

A quantificação do dano ambiental é questão de difícil solução, especialmente havendo dano moral, que tem natureza extrapatrimonial, pois atinge direitos da personalidade. Quanto aos danos patrimoniais, esses são mais fáceis de serem quantificados.

Diante da insuficiência dos investimentos públicos para as diferentes necessidades, é imprescindível a contribuição de se contar com mais recursos privados nacionais e internacionais para enfrentar a crise climática. Deve-se notar que esta situação não é exclusividade brasileira: estima-se que, durante a década de 2010, os investimentos públicos tenham representado apenas um pouco mais da metade do total dos investimentos climáticos²¹.

Governos, como o brasileiro, investem em projetos de transformação ecológica, que abrange a mudança de paradigma cultural, político e econômico da organização social da

²⁰ Constituição é a lei suprema de um país, por isso todas as outras leis são consideradas infraconstitucionais.

²¹ Cartilha Taxonomia Sustentável Brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/arquivos-taxonomia/taxonomia-sustentavel-brasileira-dezembro-v2.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2025.

produção baseada no bioma, em prol de relações sustentáveis com o território e a natureza, gerando melhor qualidade de vida para suas populações.

No meio corporativo, as ações empresariais em torno da responsabilidade ambiental se dividem entre o atendimento a demandas legais e as iniciativas próprias que, por vezes, são as menos registradas, dado o alto custo para execução e a necessidade de adoção de tecnologias. Como forma de ampliar a divulgação das ações em prol do meio ambiente, muitas empresas têm adotado a estratégia ESG.

Conforme Morrone (2024), o ESG (*Environmental, Social and Governance*), sigla para Ambiental, Social e Governança surgiu em 2003. Segundo a autora, James Gifford foi um dos pais do ESG e ajudou na escolha dessa sigla para nomear as metas ambientais, sociais e de governança no mundo dos negócios.

James Gifford era um jovem bicho-grilo de cabelos nos ombros e sonhos nas alturas que queria mudar o mundo. Economista australiano que amava florestas, ativista, ele se perguntava: “como as finanças podem promover o bem para o mundo?”. Ele escreveu uma tese de mestrado que relacionou sustentabilidade ao mercado financeiro. A vida é cheia de oportunidades, e foi assim que ele foi parar na ONU, como estagiário, e trabalhou no desenvolvimento dos Princípios de Investimentos Responsáveis (PRI). Kofi Annan, então secretário-geral da ONU, e sua equipe posaram para a foto na Bolsa de Valores de Nova York ao lançar os PRI em 2006. Donos de ativos, fundos de pensão e gestores de ativos comprometeram-se com a condução de investimentos de forma responsável, levando em consideração a relevância das questões ESG para as finanças (Morrone, 2024, p. 29).

Uma pergunta parecida com a que James Gifford fez, em 2003, pode ser feita atualmente, questionando de que forma o mercado financeiro entende que a crise climática pode representar riscos para os negócios. A verdade é que a crise climática causa impactos em diferentes escalas, pois cria uma crise social, exemplo disso é a migração forçada de milhões de pessoas que abandonam terras antes férteis e que estão se tornando desérticas devido ao aquecimento global. É por isso, que, conforme Morrone (2024), ambiental, social e governança estão intrinsecamente juntos.

De uma forma geral, ESG é uma estrutura com indicadores e metas ambientais, sociais e de governança que ajudam empresas a avaliar riscos externos que podem atingir o negócio. Assim, ESG projeta a longevidade das empresas, sendo diferente do conceito de sustentabilidade. Nas ações de sustentabilidade, o foco são as pessoas e o planeta. Desse modo, a melhor estratégia é quando essas duas visões se convergem, gerando a criação de valor e impacto social.

No meio social, ao mesmo tempo que os cidadãos apoiam a defesa ao meio ambiente, eles estão envolvidos nas ações diversas do sistema capitalista, que levam à produção e ao consumo.

A publicação especial do MediaTalks (2024) divulgou ainda o relatório *Peoples' Climate Vote 2024*, que apresenta o que as pessoas pensam sobre o clima e as questões ambientais.

O relatório *Peoples' Climate Vote 2024*, de autoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e produzido em conjunto com a Universidade de Oxford, é a maior pesquisa de opinião pública do mundo sobre mudanças climáticas. A edição 2024, publicada em junho daquele ano, é resultado de entrevistas por telefone com 73.765 pessoas de 77 países, incluindo o Brasil, representando 87% da população mundial (MediaTalks, 2024, p. 19).

Dentre os principais achados do estudo citado acima, tem-se que a preocupação crescente com o meio ambiente, ou seja, a maioria dos entrevistados relatou estar mais preocupada com a mudança climática em comparação ao ano anterior. Além disso, para os entrevistados, os países devem colaborar para enfrentar a mudança climática.

De acordo com a opinião pública no Brasil, ainda dentro da pesquisa citada, 60% dos brasileiros acreditam que o país está tendo um mau desempenho no combate à mudança climática. É o segundo maior índice de insatisfação entre os países pesquisados, indicando a necessidade de ações governamentais mais eficazes.

O relatório se estende para outras respostas dos entrevistados, sempre prezando pela preservação dos bens ambientais, apoio à energia renovável e proteção contra eventos climáticos extremos.

Por meio dessas exposições, a presente pesquisa segue para apresentação dos procedimentos metodológicos que auxiliarão no levantamento e análise dos dados sobre o discurso em matérias jornalísticas, dentro do escopo mencionado acima. Nas análises, o estudo levará em conta que as notícias foram desenvolvidas dentro dos critérios de noticiabilidade e de veracidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante da natureza da pesquisa, a investigação requer o uso de procedimentos metodológicos que assegurem o seguimento do estudo de forma descritiva e explicativa. Portanto, como a avaliação será feita a partir de dados de discursos em materiais jornalísticos, a abordagem adotada é a qualitativa.

A escolha se deve ao fato das características desse tipo de avaliação, que analisa os dados de forma detalhada, especificando os elementos das informações coletadas, e não apenas o volume ou a quantidade. No lugar de regras e de dados numéricos, a abordagem qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações.

Para Minayo (2014), esse modelo de avaliação se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ele trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes.

A abordagem qualitativa é adequada para a presente pesquisa porque o nível de estudo é interpretativo e analítico, tendo conceitos relevantes, mas, ao mesmo tempo, variáveis desconhecidas ou não tão explícitas.

De forma complementar, é importante ressaltar que, inicialmente, a pesquisa bibliográfica serviu como instrumento de coleta para a discussão teórica, com utilização dos seguintes termos para a busca: comunicação e meio ambiente; desinformação e meio ambiente; desenvolvimento sustentável e direito ao meio ambiente; e comunicação em desastres.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Ela também recorre a várias literaturas relativas ao assunto em estudos, artigos publicados na internet e que possibilitam fundamentação dos estudos.

O objetivo desse tipo de estudo é levar o pesquisador a se aproximar do material escrito sobre um determinado assunto, apoiando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o início de toda a pesquisa científica.

Desse modo, a expectativa é, por meio de artigos e estudos, destacar como as pesquisas anteriores contribuem para o aprimoramento do papel da comunicação na relação com o meio ambiente, especialmente no caso de ocorrência de tragédias climáticas. Esse tipo de pesquisa é indispensável para a delimitação do problema em um projeto de pesquisa e para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos. Além disso, contribui para o entendimento de lacunas e sobre a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento.

3.1 A Análise de Discurso

A pesquisa conta também com detalhamento sobre o método de procedimento. Para buscar evidências do potencial da comunicação nas divulgações sobre as enchentes do RS, esse estudo será feito nos moldes da Análise do Discurso (AD). Segundo Moraes; Machado; Borges (2021), a AD é conhecida como uma metodologia qualitativa recorrente de análise de textos nos projetos de pesquisa em comunicação. Além disso, os autores destacam que “quanto mais se compreende o mundo em que os discursos circulam do ponto de vista das relações sociais, maior o poder explicativo da análise” (Moraes; Machado; Borges 2021, p. 56).

A AD é reconhecida por ser um procedimento metodológico que não possui uma única forma de ser aplicada, mas sim, congrega várias maneiras, uma vez que avalia a ideologia presente nos discursos que são objeto da pesquisa.

A Análise de Discurso (AD) é atualmente empregada para designar uma técnica de análise ou um método de procedimento, aplicado em pesquisas qualitativas, preferentemente, como parte do repertório metodológico compatível com determinados referenciais teóricos que se preocupam em desvendar e/ou desmistificar as ideologias dos discursos analisados. Seja como uma técnica ou um método de procedimento de análise, não existe uma única forma de AD, mas várias maneiras de realizá-las, dependendo da tendência teórica que orienta a sua forma prática de aplicação (Rodrigues; Melo, 2020, p. 3).

Para Rodrigues; Melo (2020), “o discurso é considerado para se referir a toda ordem de texto falado ou escrito e socioculturalmente contextualizado”. Desse modo, para analisar o discurso é preciso compreender as entrelinhas do texto.

[...] conceituação de AD evidencia a necessidade de um esforço de inteligibilidade, interpretação e compreensão por parte do analista-pesquisador, para transcender o simples significado literal ou a frequência com que as palavras aparecem no texto, para compreender a produção de significado contextual do discurso, tomado como unidade-estrutural de análise, visando apreender os sentidos significativos, construídos e atribuídos pelos próprios sujeitos no mundo social em que convivem (Rodrigues; Melo, 2020, p. 4, grifos dos autores).

De acordo com Moraes; Machado; Borges (2021), a análise do discurso também deve avaliar os silenciamentos, o que não foi dito de forma explícita. Nesse ponto, os autores apresentam um possível caminho para as observações, conforme a descrição a seguir:

Em linhas gerais, recomenda-se a leitura completa do texto e a observação de tudo que a ele está associado – no caso do jornalismo, imagens, destaques, posicionamento na página, horário de veiculação e hierarquização em relação a outros conteúdos. Ver também como a narrativa se constrói: os adjetivos e os argumentos utilizados, as ênfases e reduções, o sentido predominante (Moraes; Machado; Borges 2021, p. 57).

Apesar de existirem variadas formas de fazer a análise do discurso, o método ou a técnica depende da tendência teórico-metodológica da escola a qual se filia. De acordo com a visão de Rodrigues; Melo (2020, p. 6), a Escola Francesa caracteriza o discurso como um “conjunto de instrumentos que pode regular as relações sociais dos sujeitos na sociedade, concebendo a linguagem como um mecanismo de controle [...] Seus principais teóricos estão interessados em um olhar histórico-crítico dos discursos”.

Segundo a Escola Francesa, a aplicação da AD requer a atenção a três pilares: seleção dos textos (*corpus*), origem social de quem constrói o discurso e características ou *corpus* do texto.

Com essas visões diferentes sobre o texto, é possível compreender as dimensões do material, ou seja, o texto enquanto junção de palavras, coerência e composição de lógica; o texto enquanto prática discursiva e ainda, enquanto prática social.

O objetivo desse olhar multidisciplinar dentro da análise do texto é expandir a compreensão sobre o que está sendo dito, ou seja, o nível de conhecimento/conscientização sobre a informação que foi emitida e está sendo assimilada.

Na AD, “o *corpus* é soberano” em relação ao marco teórico selecionado (Moraes; Machado; Borges 2021, p. 56).

O primeiro passo da análise é verificar a materialidade do discurso que se pretende analisar, e depois escolher os dispositivos-guia para não forçar os enquadramentos. Mesmo que se faça um estudo das teorias do discurso anteriormente à análise, o *corpus* é soberano, e as teorias devem ser revisitadas. Se for o caso, outros dispositivos podem ser incluídos e alguns descartados (Moraes; Machado; Borges 2021, p. 56)

Diante do exposto, a pesquisa caminhará de forma faseada, sendo que, primeiramente, as informações (matérias) são coletadas e organizadas cronologicamente, formando o *corpus*, e, a partir dessa primeira ação, será aprofundada a análise. A interpretação das informações coletadas seguirá com a técnica do método de procedimentos, que servirá de amparo para as discussões.

Conforme Benetti (2007), a AD é eficiente para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento de vozes e identificação de sentidos. A autora defende que o jornalismo, enquanto técnica e resultado, carrega consigo as condições de geração de conhecimento e, mais do que isso, de fazer girar esse material, de forma compartilhada.

Para Benetti (2007, p.107) “o jornalismo é um lugar de circulação e produção de sentidos. De forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco;

d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares”.

Tendo em vista que o *corpus* é formado por textos jornalísticos, a presente pesquisa fará uso da perspectiva de Benetti (2007), que utiliza a Análise do Discurso francesa como método. Entende-se que este estudo comporta a AD como método de procedimentos porque o objetivo é compreender como as notícias produzem sentido em relação à temática meio ambiente durante um evento de tragédia climática. O discurso, visto dessa forma, deve ser compreendido além dos significados literais das palavras, pois abrange construções da linguagem em determinando contexto histórico e ambiente.

Assim, a AD será aplicada na avaliação das matérias divulgadas sobre as tragédias climáticas registradas do RS, tendo, como ponto de coleta, dois jornais on-line brasileiros. Os detalhes sobre os instrumentos de coleta, sistematização e análise dos dados serão descritos a seguir, especificando os recursos utilizados e os passos seguintes para utilização do método de procedimentos

Reunindo a visão de Benetti sobre a AD aplicada ao jornalismo e, levando em conta a missão dessa pesquisa, que tem como *corpus* material jornalístico, serão apresentados ainda, neste capítulo, os dispositivos analíticos selecionados para a avaliação das notícias: produção de sentidos, polifonia e silenciamento.

Antes de detalhar o estudo dos sentidos e seguindo o raciocínio de Benetti (2007), vale fazer um paralelo entre o jornalismo e o porquê ele deve ser visto como construtor de significados. Na referencial teórico, foram apresentadas teorias sobre o fazer jornalístico: *gatekeeper*, *newsmaking* e valores-notícia. Essas visões têm a ver com a Teoria Construcionista que surge, nos estudos de jornalismo, nos anos 70 do século XX, para elucidar que o jornalismo se desamarrava da ideia de que os produtos do trabalho são espelhos fiéis da realidade. Segundo Benetti (2007), “não há lugar para essa crença no Construcionismo, que se insere no paradigma construtivista, segundo o qual toda representação é uma construção objetiva da realidade”.

O que a autora quer destacar é que, ao fazer um estudo sobre o jornalismo é preciso compreender as condições, os modos como os produtos jornalísticos são desenvolvidos e sobre o que ele se debruça para entregar conhecimento. Ao identificar que o jornalismo não é espelho fiel da realidade e que parte de variadas regras e condições para o ofício, é possível ter um olhar mais crítico e real.

De forma mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e mútua interferência. De forma mais restrita, a notícia é uma construção social que depende basicamente de seis condições de produção ou existência: a realidade, ou os aspectos manifestos nos acontecimentos; os

constrangimentos impostos aos jornalistas no sistema organizacional; as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidades das fontes e seus interesses (Benetti, 2007, p. 111)

De acordo com Moraes (2013), “nos estudos que utilizam a perspectiva das notícias como construção, a ideia do espelho é abandonada porque esta não considera a linguagem transmissora direta de um significado inerente aos acontecimentos”. A autora explica que o discurso é resultado de relações completas e não simplesmente um posicionamento político do jornalista ou fruto de um jornalismo como instrumento ideológico.

Feitas essas considerações, que apresentam as condições do fazer jornalístico sem, no entanto, esgotar todos os meandros, tem-se uma visão mais clara do objeto, que é resultado do ofício jornalístico e que será a base para aplicação dos dispositivos analíticos.

O estudo dos sentidos, dentro da AD, permite a avaliação dos discursos jornalísticos com base na visão de que a estrutura do texto é mais exterior do que interior. Isso significa, conforme Benetti (2007, p. 111) que “o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário”.

Portanto, para o estudo dos sentidos no texto jornalístico pressupõe o olhar duplo: o primeiro voltado para a camada discursiva e mais evidente e a outra, formada pela camada ideológica. Conforme Benetti (2007), a camada discursiva é analisada com base na identificação das formações discursivas (FD), que ela identifica com “região de sentidos, circunscrita por um limite interpretativo. É preciso limitar o campo de interpretação aos ‘sentidos nucleares’, isto é, a reunião em torno de uma FD”.

Então, tem-se a identificação das FDs e dos pequenos significados do texto para, em seguida, chegar ao sentido, que é determinado por uma configuração ideológica, ou seja, a segunda face da estrutura do discurso.

A lógica da AD nos diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra. Por isso, conceitua-se uma formação discursiva como *aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito*. Essa definição circular amarra a formação discursiva a uma formação ideológica, deduzindo que, daquela formação ideológica em particular, não poderia ser construído outro sentido que não aquele (Benetti, 2007, p. 112, grifo da autora).

O estudo dos sentidos ressalta a ideia de que, para compreender o texto, é preciso entendê-lo como histórico e decorrente de enquadramentos sociais e culturais. O que Benetti

(2007) quer evidenciar dentro da análise de produção de sentidos é que o discurso não surge sozinho, ele precisa de sujeitos para se materializar e assim, o discurso não é transparente, e sim, opaco, cheio de possibilidades de interpretação.

Da mesma forma em que há a produção de sentidos sobre o dito, há também a análise sobre o não dito, ou seja, sobre o silenciamento. A prática do silenciamento é material de estudo dentro da AD e, especialmente, quando se trata de *corpus* composto por material jornalístico. “O discurso jornalístico é, por definição, plural. Logo, seria de se esperar que o texto jornalístico expressasse, ao menos em parte, a pluralidade de visões sobre um determinado tema, mas nem sempre é o que acontece. Em estudos do discurso, o não-dito tem tanta força quanto o dito (Benetti, 2007, p. 115).

Além das análises do *corpus* via material evidente nos textos jornalísticos, é possível identificar também os sentidos que são importantes e que, naquela ocasião, foram silenciados, analisando o motivo de estarem fora do espaço discursivo.

De acordo com Orlandi (2007), o silêncio confirma a dinâmica do discurso que se realiza na contradição existente entre um ponto de vista e várias perspectivas, apresentando também o deslocamento contraditório tanto do sujeito como do sentido. O sujeito (jornalista) escreve no entremeio entre a ilusão de um sentido só e o lapso de todos os sentidos.

Dessa forma, entende-se que o jornalista, ao adotar uma ideia ou formação discursiva, sendo por ela dominado, irá debater a partir dos discursos possíveis e, conseqüentemente, irá ocultar outros sentidos, assim, seguirá na ilusão de um sentido único.

Para Orlandi (2007), o silêncio ganha significado pela proximidade do sentido e pela incompletude da linguagem, na relação que o “dizer” comporta com o “não dizer”, ou seja, o sentido não é dado, não está disponível de forma transparente, uma vez que a linguagem é opaca e a “significação é um movimento. Errância do sujeito, errância dos sentidos” (Orlandi, 2007, p. 3).

O silenciamento dentro da AD, no caso da presente pesquisa, ajuda no entendimento de temas que eram esperados nos textos jornalísticos e que não tomaram forma pela posição do sujeito dentro daquele momento e na ilusão de um caminho seguro para o discurso.

A pluralidade de avaliações dentro da AD leva também ao estudo das vozes: a polifonia é um dispositivo analítico da AD. Por esse conceito, entende que as palavras não são exclusivas de um único enunciador, pois este, quando escolhe uma ou outra palavras, seleciona já tendo como base o sentido dado por outra pessoa, ou seja, por outra ideologia.

Ao considerarmos um sujeito discursivo, acerca de um mesmo tema, encontramos em sua voz diferentes vozes, oriundas de diferentes discursos. À presença dessas diferentes vozes

integrantes da voz de um sujeito, na AD, denomina-se polifonia (pela composição dessa palavra, temos: poli = muitos; fonia = vozes)²².

Conforme Benetti (2007, p. 116), o jornalismo é altamente polifônico, aglomerando diversas vozes, como: “as fontes, o jornalista-indivíduo que assina o texto, o jornalista-instituição quando o texto não é assinado, o leitor que assina a carta publicada. O jornalismo é, por definição, um campo de interação”.

No entanto, no mapeamento de vozes dentro da AD pode-se concluir que um discurso pode ser dialógico, mas não necessariamente polifônico. Para identificar as vozes é necessário refletir sobre as posições de sujeito ocupadas por diferentes indivíduos.

Benetti (2007) *apud* Ducrot (1987) diferencia locutor de enunciador. “O indivíduo, ao falar, ocupa uma posição determinada, de onde deve falar naquele contexto de produção” (Benetti, 2007, p. 117). O lugar de fala é ocupado por conveniência, ou seja, foram “construídos fora do discurso em questão, segundo determinações culturais, sociais e históricas” (Benetti, 2007, p. 117). Por fim, as FDs carregam o sentido. Isso porque a FD é formada pela “posição do sujeito que a determina: “naquela” posição, “naquela” conjuntura social e histórica, apenas alguns sentidos “podem e devem” ser construídos” (Benetti, 2007, p. 117).

O locutor em um discurso é a figura aparente e, portanto, é fácil de identificar. Já os enunciadores, devem ser entendidos como “a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos” (Benetti, 2007, *apud* Ducrot, 1987). Assim, o locutor é quem fala e o enunciador deve ser identificada, na AD, “como a perspectiva a partir da qual o enunciador enuncia”.

Na visão de Benetti (2007), essa perspectiva está diretamente associada a uma posição do sujeito, influenciada também pelas marcas culturais, sociais e históricas, que, na AD, vão indicar as formações ideológicas.

Como exemplo da diferença entre locutor e enunciador, a autora apresenta um exemplo que facilita a assimilação da diferença:

No jornalismo, podemos pensar no exemplo de uma reportagem que ouça, digamos, quatro fontes. Em princípio, teríamos cinco locutores: o jornalista (L1) e as fontes (L2, L3, L4 e L5). Aparentemente, é um texto polifônico. No entanto, é preciso, depois de identificar os locutores, ir às perspectivas da enunciação. Se todas as quatro fontes enunciarem sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras, podemos dizer que configuram em um único enunciador (E1). Se, além disso, o jornalista se posicionar ao lado dessas fontes, então também ele está regido pelo mesmo

²² Conceito de polifonia. Disponível em: https://www.sergiofreire.pro.br/ad/FERNANDES_ADRI.pdf

enunciador (E1). Teríamos assim, um texto aparentemente polifônico, pois claramente constituído por cinco vozes diferentes (os cinco locutores), que na verdade é monofônico, pois é constituído por um único enunciador (E1) (Benetti, 2007, p. 119).

Portanto, a perspicácia para o entendimento das vozes dentro de um texto jornalístico pressupõe os conhecimentos sobre o fazer jornalístico e a compreensão do jornalismo como um modo de conhecimento. Afinal, muitos locutores não indicam que se tem muitos enunciadores.

De acordo com a autora, por trás de aparentes polifonias, encontra-se, muitas vezes, textos essencialmente monofônicos.

3.2 *Corpus da pesquisa*

Por meio desses dispositivos apresentados é que o estudo analisará o *corpus*, composto pelas matérias sobre as enchentes do Rio Grande do Sul. O *corpus* da pesquisa é formado por matérias divulgadas durante as tragédias climáticas no Rio Grande do Sul, a partir das divulgações nos jornais on-line Folha de São Paulo e O Sul, no período de 5 a 10 de maio de 2024. A delimitação do *corpus* foi feita levando em conta que são os primeiros dias após o decreto do governo sobre calamidade pública decorrente das enchentes.

Para a seleção das notícias, foram delimitados dois jornais brasileiros, sendo que um possui abrangência nacional (Folha de São Paulo) e, o outro, é regional (O Sul), especificamente da parte do país em que o desastre climático aconteceu. A Folha de São Paulo é editada em São Paulo e ocupou, durante vários anos, a posição de jornal com maior circulação no Brasil. O jornal O Sul, por sua vez, com mais de 20 anos no mercado, é digital e editado em Porto Alegre, controlado pela Rede Pampa de Comunicação.

Os dois jornais foram selecionados para permitir que o estudo tenha duas visões diferentes acerca das notícias veiculadas sobre as enchentes no RS, sendo uma perspectiva nacional e outra mais regional. Assim, as matérias foram extraídas dentro dos sites dos jornais selecionados, utilizando o campo “busca” e o intervalo de tempo definido: 5 a 10 de maio de 2024. Diante dos resultados, foram selecionadas 8 matérias de cada jornal, chegando ao conjunto de 16 matérias no total, dos dois jornais.

Os títulos e links das matérias coletadas sobre as enchentes no RS, divulgadas durante o período mencionado, estão reunidas no quadro a seguir. Conforme a leitura dos materiais, elas serão avaliadas sobre a perspectiva das categorias elencadas no método de procedimentos.

Quadro 3: Levantamento de material jornalístico para análise

Notícias sobre as enchentes no Rio Grande do Sul – 5 a 10 de maio de 2024	
Folha de São Paulo	O Sul
Governo reconhece calamidade pública em 336 municípios do RS 5.mai.2024 às 22h05 Atualizado: 6.mai.2024 às 10h44 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/governo-reconhece-calamidade-publica-em-265-municipios-do-rs.shtml	Enchentes mortais no Rio Grande do Sul são destaque na imprensa internacional Por Redação O Sul 5 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/enchentes-mortais-no-rio-grande-do-sul-sao-destaque-na-imprensa-internacional/
Fake news da tragédia no Sul: 'Zombam da vida alheia e tripudiam sobre os mortos', diz especialista 6.mai.2024 às 8h43 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/fake-news-da-tragedia-no-sul-zombam-da-vida-alheia-e-tripudiam-sobre-os-mortos-diz-especialista.shtml	Sobe para 85 o número de mortes provocadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul; 134 pessoas estão desaparecidas Por Redação O Sul 6 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/83-mortes/
Imagens mostram impacto da cheia histórica no Rio Grande do Sul 6.mai.2024 às 23h12 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/imagens-mostram-impacto-da-cheia-historica-no-rio-grande-do-sul.shtml	Confira algumas das principais fake news sobre as enchentes no RS Por Redação O Sul 7 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/confira-algumas-das-principais-fake-news-sobre-as-enchentes-no-rs/
Tragédia no Sul: Mortos sobem para 95; afetados passam de 1,4 mi 7.mai.2024 às 9h09 Atualizado: 7.mai.2024 às 18h00 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/tragedia-no-sul-mortos-sobem-para-90-afetados-passam-de-1-mi.shtml	Governo federal pede investigação de responsáveis por fake news sobre enchentes no RS Por Redação O Sul 7 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/governo-federal-pede-investigacao-de-responsaveis-por-fake-news-sobre-enchentes-no-rs/
'Cidades inteiras do RS terão que mudar de lugar', diz pesquisador que alertou para despreparo contra chuvas 8.mai.2024 às 11h03 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/cidades-inteiras-do-rs-terao-que-mudar-de-lugar-diz-pesquisador-que-alertou-para-despreparo-contra-chuvas.shtml	Enchentes afetam mais de 80% da atividade econômica no Rio Grande do Sul Por Redação O Sul 8 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/enchentes-afetam-mais-de-80-da-atividade-economica-no-rio-grande-do-sul/

Leite mudou quase 500 normas ambientais em 2019; especialistas criticam gestão 8.mai.2024 às 23h00 https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/05/leite-mudou-quase-500-normas-ambientais-em-2019-especialistas-criticam-gestao.shtml	Enchentes no Rio Grande do Sul: comissão da Câmara dos Deputados aprova projetos para prevenção de desastres Por Redação O Sul 8 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/enchentes-no-rio-grande-do-sul-comissao-da-camara-dos-deputados-aprova-projetos-para-prevencao-de-desastres/
Adaptação a eventos extremos é prioridade de força-tarefa do G20 para o clima 9.mai.2024 às 18h30 https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/05/adaptacao-a-eventos-extremos-e-prioridade-de-forca-tarefa-do-g20-para-o-clima.shtml	Governo, Ministério Público e Polícia Civil investigam fake news sobre enchentes no RS Por Redação O Sul 9 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/governo-ministerio-publico-e-policia-civil-investigam-fake-news-sobre-enchentes-no-rs/
Inundação atingiu 300 mil imóveis e 800 instalações de saúde no Rio Grande do Sul 10.mai.2024 às 23h00 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/inundacao-atingiu-300-mil-imoveis-e-800-instalacoes-de-saude-no-rs-indicam-dados-do-ibge.shtml	Enchentes no RS: Cruz Vermelha Internacional está engajada aos esforços humanitários Por Redação O Sul 10 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/enchentes-no-rs-cruz-vermelha-internacional-esta-engajada-aos-esforcos-humanitarios/

Fonte: adaptado pela autora (2026)

Este estudo apresenta, a seguir, a avaliação e discussão do *corpus*.

4 CRISE CLIMÁTICA: INFORMAÇÃO X CONSCIENTIZAÇÃO

Tendo em vista os objetivos firmados para esse estudo, essa pesquisa segue, a partir de agora, para as discussões sobre o *corpus*, com verificação dos sentidos do desenvolvimento sustentável, dos silenciamentos e da polifonia.

Serão avaliados pares de matérias dentro do período delimitado. Os títulos estarão explicitados nos quadros a seguir, juntamente com as datas em que os conteúdos foram publicados. As matérias completas, inclusive com fotos, ficarão no anexo.

Quadro 4: Matérias de 5 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul

Folha de São Paulo	O Sul
Governo reconhece calamidade pública em 336 municípios do RS 5.mai.2024 às 22h05 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/governo-reconhece-calamidade-publica-em-265-municipios-do-rs.shtml	Enchentes mortais no Rio Grande do Sul são destaque na imprensa internacional Por Redação O Sul 5 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/enchentes-mortais-no-rio-grande-do-sul-sao-destaque-na-imprensa-internacional/

Fonte: adaptado pela autora (2026)

Tendo em vista que as matérias serão avaliadas com base nos dispositivos analíticos da AD denominados produção de sentidos, polifonia e silenciamento, as discussões serão amparadas pelos conceitos de Benetti (2007), Orlandi (2007) e outros autores que delinearam o referencial teórico.

Começando pela matéria da Folha de São Paulo, de 5 de maio de 2024, o título ressalta que o governo federal reconheceu a calamidade pública em 336, dos 497 municípios do estado. Seguindo o método de Benetti (2007), será elencado a seguir os enunciados para mapeamento dos sentidos dentro da matéria. A letra “E”, significa “enunciado”.

E1: O estado de calamidade é um status que permite a transferência facilitada, em caráter emergencial, de recursos federais para atender necessidades de localidades golpeadas por desastres. (Folha de São Paulo, 5 de maio de 2024, grifos da autora)

E2: Em viagem ao Rio Grande do Sul pela segunda vez em uma semana, o presidente Lula prometeu neste domingo, após sobrevoo de áreas afetadas, a criação de um "plano de prevenção de acidente climático".

"É preciso que a gente **pare de correr atrás da desgraça. É preciso que a gente veja com antecedência o que pode acontecer de desgraça**", afirmou o presidente. **O plano de prevenção, segundo Lula, deverá ser desenvolvido pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente).** (Folha de São Paulo, 5 de maio de 2024, grifos da autora)

E3: Durante reunião no estado, Pacheco sugeriu um novo "orçamento de guerra", aos moldes do que foi feito durante a pandemia de Covid-19, para a reconstrução do estado.

Pacheco afirmou que, **em situações "de guerra", não há "limitações" nem "restrições legais de tempos comuns"**. O senador falou em buscar "soluções excepcionais e atípicas" e lembrou a PEC (proposta de emendas à Constituição) aprovada na pandemia. (Folha de São Paulo, 5 de maio de 2024, grifos da autora)

E4: Ao todo, 341 municípios gaúchos foram afetados pelas enchentes —o que representa mais da metade do estado. Nessas localidades, **a população está sem acesso a saúde básica, água potável, energia elétrica, telefonia, e as principais rodovias estão interditadas.**

Além disso, a operação de 110 hospitais foi afetada —17 tiveram de suspender os atendimentos a pacientes, e 75 funcionavam apenas parcialmente, segundo boletim do governo estadual deste domingo.

O governador Eduardo Leite (PSDB), que acompanhou a visita de Lula, afirmou que **os impactos das chuvas e enchentes trazem reflexos em cadeia para o estado, na distribuição de suprimentos e no colapso de serviços.** São mais de cem pontos de bloqueio terrestre no estado, e o aeroporto de Porto Alegre está com atividades paralisadas. (Folha de São Paulo, 5 de maio de 2024, grifos da autora)

Segundo Benetti (2007), é preciso identificar a “região de sentidos, circunscrita por um limite interpretativo”. Assim, os grifos contidos nos quatro enunciados da matéria da Folha de São Paulo ressaltam a camada discursiva, ou seja, como os argumentos foram apresentados dentro da matéria.

Considerando que a divulgação foi feita logo após o decreto de calamidade pública, o texto do E1 apresenta um primeiro sentido literal de que, após a declaração dessa situação, é permitida a transferência de recursos para atender a demanda das regiões destruída pelo desastre. Além do sentido apresentado, que mostra sobre como proceder com a recuperação em caso de desastre, o texto apresenta, como segunda camada, um aviso da gravidade da situação. Ou seja, já que a situação fugiu do controle do estado e, portanto, vai precisar de recursos, algo está fora do normal. A ideologia presente nesse trecho leva à ideia de que a natureza é mais forte do que o controle humano e que a calamidade decorre do fato de que o ímpeto natural está sem domínio. Por outro lado, o status de calamidade “responsabiliza” muito mais a natureza do que as ações humanas.

No E2, a fala do presidente Lula é evidente ao constatar que as ações daquele momento da tragédia em diante são apenas “correr atrás da desgraça”, deixando claro que era preciso ter agido anteriormente. Apesar da fala política de desenvolver um plano de prevenção, fica a ideia de que ações anteriores, inclusive de sustentabilidade, deixaram de ser executadas levando à situação atual.

Já no E3, como forma de tranquilizar a sociedade, o senador Rodrigo Pacheco fala de “não medir esforços” para levantar recursos e dar suporte à população, mas, ao mesmo tempo, essa fala que também é política, pois mostra o discurso de que o homem público pode controlar o que aconteceu e que ainda há forças para driblar a ação climática, mesmo que seja por meio da reconstrução.

Por fim, o E4 destaca o reconhecimento do impacto do desastre climático, mostrando que desde serviços básicos para sobrevivência até o direito de ir e vir foram impactados pelas chuvas e que esses efeitos não são apenas pontuais, afinal, eles podem trazer reflexos em várias etapas da cadeia de produção e funcionamento do RS.

A fonte, que no caso é o governador, apresenta os desafios que ele enfrentará para “salvar” a população, assim, o discurso mostra que os resultados do estado, sejam bons ou ruins, poderiam ficar justificados pelo fato do inesperado climático, apresentando assim um discurso ideológico-político.

O texto apresenta diferentes fontes, como o presidente Lula (F1), Rodrigo Pacheco (F2), Eduardo Leite (F3) e o jornalista (F4). No entanto, conforme Benetti (2007), não é o fato de ter várias fontes que torna o material polifônico, mas sim, o que é enunciado.

Com exceção da fala do presidente, em que é citado a criação de um plano de prevenção de acidente climático, as demais fontes estão voltadas para os recursos imediatos diante da crise. Portanto, o texto parece ser polifônico, pois predomina um enunciador que domina um caminho argumentativo, porém, não é a variedade de fontes que indica a polifonia. Ele apresenta o status de dialógico, pois as fontes foram consultadas, mas o discurso é gerido por um enunciado maior, que prevalece nas falas das fontes.

O fato de a matéria anunciar a calamidade e, ao mesmo tempo, não apresentar um histórico e estudo sobre o que levou à situação, indica o silenciamento. Segundo Orlandi (2007), entende-se que o jornalista, ao adotar uma ideia, sendo por ela dominado, irá debater a partir dos discursos possíveis e, conseqüentemente, irá ocultar outros sentidos, assim, seguirá na ilusão de um sentido único.

Diante disso, o discurso sobre sustentabilidade dentro do texto fica oculto, no entremeio entre a resolução dos problemas advindos da enchente e a ideia de que algo deve ser feito no futuro para a prevenção de eventos climáticos.

Vale lembrar que, as condições de produção do discurso, particularmente, nesse caso de uma sociedade capitalista/industrializada podem levar ao silenciamento dos discursos sobre problemas e questões ambientais na mídia, já que, naquela ocasião, os valores-notícia, citados

por Traquina (2005), e baseados em critérios substantivos, como a morte, o inesperado e o tempo, prevaleceram, em detrimento de outros.

Como a AD não se limita aos textos, vale ressaltar ainda que as três fotos utilizadas nas matérias corroboram com a ideia de apresentar os impactos das enchentes. São imagens da cidade de Porto Alegre (RS) completamente alagada, de um comerciante mostrando o estabelecimento alagado e com diversos prejuízos e de pessoas caminhando com seus pertences e animais em meio à água suja das chuvas.

A segunda matéria, do jornal O Sul, tem o título que reforça o valor-notícia morte: Enchentes mortais no Rio Grande do Sul são destaque na imprensa internacional. A matéria, divulgada na mesma data daquela analisada anteriormente, da Folha de São Paulo, integra um canal de comunicação regional e a pauta não fala das causas da tragédia, mas sim, da repercussão da tragédia no mundo, dando destaque ao que grandes jornais internacionais divulgaram sobre enchentes.

Os enunciados para mapeamento de sentido do texto jornalístico citado estão listados a seguir:

E5: As enchentes no Rio Grande do Sul repercutiram na **imprensa internacional**, que destacou as **imagens chocantes de destruição e o número de mortos e desaparecidos** (O Sul, 5 de maio de 2024, grifos da autora)

E6: A notícia era uma das dez mais lidas do jornal Washington Post, dos Estados Unidos, que afirmou também que essas são as **piores inundações em 80 anos no Sul do Brasil**. O Clarín, da Argentina, ressaltou que a água avançou pela capital Porto Alegre, enquanto a Al Jazeera, do Catar, **pontou que a situação pode piorar**. Reportagens sobre as enchentes ficaram em destaque nas páginas principais dos sites da CNN Internacional, Al Jazeera, RT News (Rússia), CGNT (China), do Clarín e do Guardian (Reino Unido) (O Sul, 5 de maio de 2024, grifos da autora)

E7: Quase dois terços das cidades do Rio Grande do Sul foram afetadas pelas **tempestades devastadoras** que ocorreram ao longo da semana, segundo balanço divulgado neste domingo (5) pela Defesa Civil. De 497 municípios, 341 foram atingidos. No domingo (5), **o Guaíba atingiu impressionantes 5,30 metros, superando em muito o recorde histórico de 1941, que era de 4,76 metros** (O Sul, 5 de maio de 2024, grifos da autora)

E8: O número de mortes provocadas pelos temporais no Rio Grande do Sul chegou a 78, segundo o balanço divulgado pela Defesa Civil do Rio Grande do Sul na noite de domingo. Outros 4 óbitos estavam sob investigação. Pelo menos 105 pessoas estavam desaparecidas e outras 175 ficaram feridas. Mais de 190 mil pessoas estão desabrigadas ou desalojadas. **O Rio Grande do Sul decretou estado de calamidade pública** (O Sul, 5 de maio de 2024, grifos da autora)

No E5, o jornalista utiliza adjetivos para enfatizar a situação, denominando as fotos de “imagens chocantes de destruição”. Como forma de reforçar a gravidade, a pauta versa sobre a imprensa internacional, dando destaque ao fato de que o RS está sendo notícia no mundo. A

contradição é que a visibilidade nem sempre é por causa positiva e, nessa ocasião, era por fator que expõe a gravidade climática. Porém, essa visão não foi detalhada no texto.

Ao utilizar novamente da contradição de visibilidade x situação crítica, o E6 mostra que a notícia sobre as enchentes alcançou destaque entre as mais lidas do jornal *Washington Post*, dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que os leitores tinham acesso ao índice de que eram as piores inundações em 80 anos no Sul do Brasil. E, em outros jornais internacionais, o mundo ficou sabendo que a “situação pode piorar”.

Nesse trecho, o jornal local dá mais destaque à audiência do que às causas e possíveis soluções para apoiar o entendimento e formação da opinião da população.

No E7, o texto repete adjetivos, falando de “tempestades devastadoras” e ressalta que “o Guaíba atingiu impressionantes 5,30 metros, superando em muito o recorde histórico de 1941, que era de 4,76 metros”, mas não explicando o que levou a essa situação.

Desse modo, percebe-se, também nesta matéria, o silenciamento. Ao adotar um tipo de condução do assunto, o jornalista desconsidera outros ângulos, quer seja pelos valores-notícia institucionais ou pelo modelo de produção do jornal, com editoriais e enquadramentos próprios.

Conforme Benetti (2007), o estudo dos sentidos permite a avaliação dos discursos jornalísticos com base na visão de que a estrutura do texto é mais exterior do que interior, assim, os sentidos dentro da matéria do O Sul mostra a superficialidade da abordagem, com vistas a buscar audiência e com menos intenções de informar sobre o que, de fato estava acontecendo diante das enchentes que assolavam a região.

Pelo fato de O Sul ser um jornal gratuito e regional, entende-se que o acesso é facilitado, o que leva também à constatação de que mais pessoas, ao buscar informações nessa matéria, não encontraram detalhes que ajudavam na formação da opinião pública.

Não é perceptível a existência de polifonia na matéria do O Sul, porque o texto gira em torno de citações indiretas, inclusive da Defesa Civil e dos jornais internacionais, portanto, trata-se de texto monofônico. Fontes diretas não foram consultadas e a matéria não apresenta outras visões sobre o discurso que foi adotado, que era de dar relevância à circulação da notícia no âmbito internacional.

O último enunciado, número 8, do O Sul, traz referências à quantidade de mortes, conforme levantamento da Defesa Civil, e menciona o decreto de estado de calamidade pública, no fechamento da matéria, mas sem citar detalhes sobre a ocorrência. Portanto, a matéria trata muito mais do valor-notícia substantivo – morte, e do valores-notícia de construção - amplificação (possibilidade de a notícia ser notada) e dramatização (destaque aos aspectos mais críticos) do que o fato de ser um desastre climático.

Na matéria do O Sul, uma única imagem foi utilizada para ilustrar o material (Figura 1). Trata-se de uma foto em que a rua de uma cidade está alagada, com a água suja no nível médio dos imóveis. A água da chuva ganhou uma tonalidade de vermelho no registro e foi posicionada logo abaixo do título da matéria, que menciona as “enchentes mortais no RS”. A junção dessa expressão com o tom da foto leva à ideia de sangue e de morte.

Figura 2: Foto utilizada para ilustrar matéria no jornal O Sul



Fonte: Giulian Serafim/PMPA (jornal O Sul – 2024)

Diante da ideia de Benetti (2007) de que o jornalismo é um modo de conhecimento, que apoia a formação da opinião pública a partir de uma determinada perspectiva, entende-se que o papel da notícia, nesse contexto, seria de apoiar a população no entendimento do ocorrido e de promover esclarecimentos.

Além disso, a abordagem da mídia sobre a pauta da crise climática deve ocorrer continuamente e de forma responsável, evitando sensacionalismo, relativização, espetacularização ou esquecimento, as matérias analisadas não evidenciam a crise climática, mas sim, destacam os prejuízos causados e até a visibilidade externas sobre os ocorridos.

Nos dois textos analisados, a produção de sentidos gira em torno de temas diferentes da sustentabilidade, conforme compilado do quadro a seguir:

Quadro 5: Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias de 5 de maio de 2024

Dispositivo analítico	Folha de S. Paulo (matéria 1)	O Sul (matéria 1)
Silenciamento	Presente	Presente

Produção de sentidos	Política e calamidade	Catástrofe
Polifonia	Ausente	Ausente

Fonte: adaptado pela autora (2026)

As matérias anunciam a calamidade e, ao mesmo tempo, não resgatam um histórico e estudo a respeito de que forma a tragédia foi “construída” ao longo do tempo. Dessa forma, os sentidos produzidos diferem do de sustentabilidade que, conforme referencial teórico, indica que a humanidade deveria desenvolver-se assegurando o bem-estar das populações e, ao mesmo tempo, que esse crescimento não causasse impacto nas futuras gerações. A sustentabilidade “lida” nas matérias preza pela recuperação do “perdido”. É como se fosse um ponto de recomeço, sem considerar o histórico e a mudança das atitudes dos muitos atores envolvidos (sociedade, governo, entidades, empresas...).

Diante dessa primeira avaliação, a pesquisa segue, a partir de agora, para a análise das demais matérias, avaliando os dispositivos analíticos da AD dentro do *corpus* e buscando evidências de como o discurso se apresenta nesses materiais.

A cada par de notícia avaliada, considerando a Folha de S. Paulo e O Sul, o quadro 4 será preenchido para reunir as informações coletadas por meio dos dispositivos analíticos da AD e assim, nas considerações finais, fazer um apanhado geral e comparação dos discursos, conforme objetivo dessa pesquisa.

Seguindo a avaliação, o estudo considera agora as matérias do dia 6 de maio de 2024:

Quadro 6: Matérias de 6 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul

Folha de São Paulo	O Sul
Fake news da tragédia no Sul: 'Zombam da vida alheia e tripudiam sobre os mortos', diz especialista 6.mai.2024 às 8h43 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/fake-news-da-tragedia-no-sul-zombam-da-vida-alheia-e-tripudiam-sobre-os-mortos-diz-especialista.shtml	Sobe para 85 o número de mortes provocadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul; 134 pessoas estão desaparecidas Por Redação O Sul 6 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/83-mortes/

Fonte: adaptado pela autora (2026)

A terceira matéria apresenta um tema contemporâneo nas discussões sobre o jornalismo: as *fake news*. O texto, divulgado pela Folha de S. Paulo em 6 de maio de 2024, fala da situação paralela às enchentes do RS, com a veiculação de *fake news* sobre a tragédia.

Os enunciados para mapeamento de sentido do texto jornalístico citado estão listados a seguir:

E9: Em meio a essa tragédia, a reportagem da BBC **identificou diversos casos de desinformação, confirmados por especialistas, que eram amplamente divulgados nas redes sociais.** Algumas das que mais se destacaram no último fim de semana foram as **informações falsas de que o governo havia se mobilizado para multar os barqueiros que fazem o resgate das vítimas e a de que o governo federal teria patrocinado o show da Madonna no Rio de Janeiro.** (Folha de São Paulo, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

E10: Na noite de domingo, o governo do Rio Grande do Sul **desmentiu a informação** da multa e informou por meio de nota que "não há exigência de habilitação para condução desses equipamentos, **conforme informações do governo do Estado, por meio do Gabinete de Crise**". (Folha de São Paulo, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

E11: A editora-executiva dos Aos Fatos (plataforma de investigação contra a desinformação), Fernanda da Escóssia, diz que esses **esforços para responder às fake news prejudicam os resgates.** "Nesse ecossistema, a desinformação zomba da vida alheia, tripudia sobre os mortos e não se constrange em produzir conteúdos falsos com o objetivo de conseguir cliques, engajamento e monetização por adesão a um posicionamento político", diz. **Escóssia reforça que os riscos numa tragédia são grandes e que a desinformação os amplifica. Para ela, as notícias falsas desviam a atenção para problemas inexistentes.** (Folha de São Paulo, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

E12: Fabricio Pontin, que é professor de Relações Internacionais da Universidade La Salle em Porto Alegre e na vizinha Canoas, está envolvido nas ações para arrecadar doações para os atingidos, **ao mesmo tempo em que observa o discurso nas redes sobre a tragédia.** Para Pontin, está acontecendo um fenômeno de "repolarização da narrativa sobre a catástrofe". **"Em momentos como esses, a gente precisa de informação confiável.** Uma informação falsa sobre uma ponte caindo, ou sobre assalto, ou arrastão pode custar vidas", diz ele. **"Os eventos como o de agora causam uma desordem cognitiva muito grande.** E reagir a isso tem um custo cognitivo, um custo pessoal, muito alto. A tendência de todos nós é voltar para um lugar cognitivo de segurança", afirma. (Folha de São Paulo, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

A matéria apresenta diferentes fontes, inclusive, estudiosos sobre as *fake news*. O texto reforça a ideia de que, para evitar que a desinformação seja ainda mais difundida, o recomendado é que as pessoas não compartilhem conteúdos que não tenham certeza se é verdadeiro.

No referencial teórico, foi possível verificar que a veiculação de desinformação, em um cenário de tragédia climática, gera crise e descrença em relação aos modelos tradicionais de aferição da verdade. Desse modo, a sociedade passa a questionar não a verdade como relevante, mas sim o modo como é possível saber se algo é verdadeiro ou não.

Ainda de acordo com o referencial teórico, a disseminação de *fake news* e a influência das redes sociais e dos algoritmos digitais têm colocado a credibilidade em dúvida. De acordo com Figueira; Santos (2020), a *fake news* atua em dois planos básicos: no bombardeio a médio prazo, constante e intermitente, por meio de blocos monolíticos de pensamento (os

estereótipos), de fácil absorção e nenhuma reflexão; e na ação pontual em momentos decisivos, via massacre volumoso de posts nas redes sociais digitais.

As ideias veiculadas sobre a discussão em torno das informações falsas apresentam polifonia, não só pelo número de fontes, mas também, pelo teor da matéria jornalística.

Uma das fontes orienta que, para evitar o compartilhamento de conteúdo falso, a pessoa precisa desconfiar do que recebe. Ela recomenda avaliar se a origem da informação é de confiança, como um veículo de jornalismo reconhecido. Depois, ela deve procurar a mesma informação em outras fontes para confirmá-la em outros sites ou páginas de confiança.

O conteúdo falso é geralmente repassado com um senso de urgência, com pedidos para compartilhá-lo imediatamente com o maior número de pessoas possível. Ainda há muita dificuldade para o leitor diferenciar o que é verdadeiro e falso. Nesse sentido, a matéria lança mão da produção de sentidos, mostrando uma dificuldade social latente frente aos novos veículos e formatos de comunicação.

No E10, a matéria cita a ação do governo para desmentir informações falsas. Além disso, há menção de um gabinete de crise, que inclusive é um ponto importante para apoiar a avaliação da comunicação em situações de crise.

Conforme exemplo apresentado neste estudo, por meio do relatório “Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático”, divulgado pelo Laboratório de Estudos da Internet e de Redes Sociais (NetLab)³, a desinformação torna o cenário ainda mais caótico. A disseminação da desinformação climática on-line influencia a política nacional, potencializando a tragédia. O estudo aborda o fato de que o ponto-chave é a falta de regras para o ambiente on-line. Plataformas são corresponsáveis pela falta de transparência, já que quando solicitadas a remover anúncios suspeitos, o fazem sem revelar às autoridades os dados dos responsáveis pela veiculação.

Em relação à matéria do O Sul, de 6 de maio de 2024, o título destaca quantidade de vítimas. Os enunciados para mapeamento de sentido do texto jornalístico citado estão listados a seguir:

E13: A cada atualização, **recordes de perdas humanas e materiais são superados pela pior tragédia climática já registrada desde o início do povoamento da região pelos europeus**, no século de 1.600. (O Sul, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

E14: A Câmara dos Deputados aprovou, nesta segunda-feira (6), o decreto legislativo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que **reconhece o estado de calamidade pública** no País para atendimento às cidades atingidas pelas inundações no Rio Grande do Sul. Na prática, **a intenção do governo é uma autorização do Legislativo para repassar verbas às regiões alagadas de forma sem precisar cumprir regras fiscais**. A matéria segue agora para o Senado. O decreto é solicitado com base na Lei

de Responsabilidade Fiscal e dispensa o cumprimento de regras fiscais. (O Sul, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

E15: A fim de **ampliar as estratégias de atenuação dos efeitos de incidentes climáticos, a Defesa Civil recomenda à população o cadastro para recebimento de alertas meteorológicos**. Basta enviar o número do CEP da localidade por mensagem do tipo SMS ao número 40199: uma confirmação é enviada em seguida, confirmando a adesão. (O Sul, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

No E13, o enunciado mobiliza um regime de intensificação (“a cada atualização”, “recordes”, “pior tragédia”), produzindo um efeito de escalada contínua. Há aqui um trabalho discursivo de catastrofização, que constrói o evento como absolutamente excepcional.

Embora apresentado como enunciado informativo, há uma pluralidade de vozes implícitas: a voz técnico-midiática (dados atualizados, números), a voz histórica (“desde o início do povoamento...”), que convoca uma memória de longa duração, uma voz implícita de autoridade científica ou estatística que legitima o “recorde”. Essa polifonia não é explicitada, mas funciona como efeito de objetividade.

Do ponto de vista crítico, há apagamento das causas estruturais (mudanças climáticas, políticas urbanas, gestão ambiental). O enunciado produz um sentido de fatalidade histórica, deslocando a tragédia para um campo quase naturalizado e excepcional, o que pode reduzir a responsabilização política.

No E14, há uma passagem da catástrofe (E13) para a gestão institucional da crise. O foco desloca-se do sofrimento para o aparato estatal. O enunciado constrói um sentido de normalidade institucional (processos legislativos em funcionamento) e, ao mesmo tempo, um enquadramento técnico (“Lei de Responsabilidade Fiscal”, “regras fiscais”).

Analisando a polifonia de forma mais subjacente, pode-se dizer que ela está presidente de diferentes formas: voz do Executivo (presidente), voz do Legislativo (Câmara), voz jurídico-técnica (Lei de Responsabilidade Fiscal) e voz jornalística que organiza e hierarquiza essas falas. Contudo, essas vozes aparecem harmonizadas, sem conflito explícito, o que gera um efeito de consenso institucional.

Por outro lado, o enunciado apresenta ausência de vozes das populações atingidas, de controvérsia política (não há oposição, divergências ou disputas) e ainda, apagamento das implicações sociais da flexibilização fiscal.

Há uma tecnicização do discurso, que desloca o foco da tragédia humana para a racionalidade administrativa. Isso produz um efeito de legitimidade e urgência, mas também de distanciamento.

No E15, o enunciado assume caráter instrucional, típico de campanhas públicas. O foco está na ação individual. Ao mesmo tempo que produz um sentido de empoderamento do cidadão, já que ele poderá receber alertas climáticas, o enunciado indica responsabilização individual pela prevenção.

A polifonia se manifesta pela voz da autoridade estatal (Defesa Civil), pela voz pedagógica (modo de fazer, instrução) e pela voz implícita de risco permanente (necessidade de alerta).

Ao mesmo tempo, não se discute a eficácia estrutural dessas medidas, já que há ausência de reflexão sobre desigualdades de acesso (quem pode receber SMS? quem tem cobertura?). Percebe-se um apagamento da responsabilidade estatal mais ampla na prevenção de desastres.

Quadro 7: Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias do dia 6 de maio de 2024

Dispositivo analítico	Folha de S. Paulo (matéria 1)	O Sul (matéria 1)
Silenciamento	Presente	Presente
Produção de sentidos	Situação de crise	Fatalidade histórica
Polifonia	Presente	Presente

Fonte: adaptado pela autora (2026)

O estudo segue para a análise de mais um par de matérias. Dessa vez, uma do dia 6 de maio de 2024 (Folha de São Paulo) e a outra de 7 de maio de 2024 (O Sul):

Quadro 8: Matérias de 6 e 7 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul

Folha de São Paulo	O Sul
Imagens mostram impacto da cheia histórica no Rio Grande do Sul 6.mai.2024 às 23h12 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/imagens-mostram-impacto-da-cheia-historica-no-rio-grande-do-sul.shtml	Confira algumas das principais fake news sobre as enchentes no RS Por Redação O Sul 7 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/confira-algumas-das-principais-fake-news-sobre-as-enchentes-no-rs/

Fonte: adaptado pela autora (2026)

Os enunciados para mapeamento de sentido dos textos jornalísticos citados estão listados a seguir:

E16: Por causa das cheias, quatro das seis estações de tratamento de água da cidade estão com o funcionamento interrompido. Neste domingo (5), o prefeito Sebastião

Melo (MDB) disse que **70% da população da capital gaúcha enfrenta desabastecimento de água**. (Folha de São Paulo, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

E17: Além do isolamento, **os moradores da capital relatam saques em mercados, lojas e farmácias**. De acordo com a Prefeitura de Porto Alegre, mais de 9.000 estão abrigados em 60 locais no município. (Folha de São Paulo, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

E18: A previsão é que nesta semana a temperatura caia no Rio Grande do Sul. Existe a expectativa da chegada de uma frente fria nesta quarta-feira (8), e em algumas regiões os termômetro podem marcar mínima de 10°C. **As baixas temperaturas podem deixar ainda mais dramático o cenário, especialmente de moradores que ainda aguardam resgate**. (Folha de São Paulo, 6 de maio de 2024, grifos da autora)

E19: Em alguns casos, **autoridades e especialistas já foram a público desmentir os boatos, mas as “notícias” continuam a circular sobretudo no aplicativo whatsapp**. (O Sul, 7 de maio de 2024, grifos da autora)

A análise dos enunciados propostos visa compreender como o texto não apenas informa, mas organiza posições de sujeito, hierarquiza vozes e constrói efeitos de evidência e verdade.

Nos enunciados E16 e E17, observa-se uma forte presença de vozes institucionais: “o prefeito Sebastião Melo disse...” e “De acordo com a Prefeitura de Porto Alegre...”. Aqui, há um funcionamento polifônico típico: o discurso jornalístico incorpora outras vozes, mas não de forma neutra. A escolha por fontes oficiais produz um efeito de autoridade e legitimidade, operando aquilo que a análise do discurso descreve como uma polifonia controlada, na qual o locutor (jornal) organiza e hierarquiza os enunciadores.

Essa hierarquização tem implicações importantes. Exemplo disso é que, na maioria das vezes, a voz do poder público aparece como fonte privilegiada de verdade. Outras vozes, como “moradores” (E17), surgem de forma genérica e menos legitimada (“relatam saques”), sem identificação ou aprofundamento.

Há, portanto, uma assimetria: enquanto a fala institucional é quantificada, localizada e precisa (“70% da população”, “9.000 abrigados”), a fala dos moradores é difusa, contribuindo para um efeito de rumor ou insegurança social.

No enunciado E16, a formulação “Por causa das cheias...” funciona como um operador de causalidade que naturaliza o evento. A cheia aparece como causa suficiente para o colapso do sistema de abastecimento.

Do ponto de vista da AD, isso pode ser interpretado como um silenciamento discursivo, pois apaga a possibilidade de problematizar infraestrutura urbana, políticas públicas ou gestão de risco. Assim, a responsabilidade é deslocada para um fenômeno natural, reforçando um efeito de inevitabilidade.

Ainda na matéria da Folha de S. Paulo, esse mecanismo se repete em E18, quando se afirma que “as baixas temperaturas podem deixar ainda mais dramático o cenário”. O foco recai

novamente sobre elementos naturais (frente fria, temperatura), enquanto se silenciam condições estruturais que tornam determinados grupos mais vulneráveis. Desse modo, o discurso constrói uma narrativa em que a natureza é agente e a ação humana (ou sua ausência) é pouco tematizada.

Os enunciados E17 e E18 operam uma intensificação dramática do cenário com as expressões “relatam saques”, “ainda mais dramático o cenário” e “moradores que ainda aguardam resgate”. Essas formulações produzem efeitos de sentido que vão além da informação factual. Há uma construção de: urgência (espera por resgate), desordem social (saques) e agravamento progressivo da crise (queda de temperatura). O jornalismo, nesse caso, mobiliza esse já-dito para tornar o acontecimento inteligível e impactante.

Indo para a matéria do O Sul, o enunciado E19 introduz uma dimensão metadiscursiva relevante nos seguintes trechos:

1. “autoridades e especialistas já foram a público desmentir os boatos”
2. “as ‘notícias’ continuam a circular sobretudo no aplicativo Whatsapp”

Aqui, a polifonia aparece como conflito entre regimes de verdade. De um lado, “autoridades e especialistas” (discurso legitimado) e de outro, “boatos” e “notícias” (colocadas entre aspas, marcando distanciamento e deslegitimação).

O uso das aspas em “notícias” é particularmente significativo, pois trata-se de um marcador de heterogeneidade enunciativa que indica que o termo não deve ser tomado em seu sentido pleno, mas como algo contestado. Além disso, há uma construção implícita de hierarquia entre meios, de modo que o WhatsApp aparece como espaço de circulação de desinformação e o jornalismo e as autoridades ocupam o lugar da verdade.

Esse funcionamento reforça um efeito de oposição entre informação legítima vs. desinformação, mas também simplifica a complexidade dos processos comunicacionais, ao não problematizar porque esses conteúdos circulam ou são acreditados.

No quadro abaixo, um resumo dos dispositivos analíticos do último par de matérias analisadas:

Quadro 9: Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias do dia 6 e 7 de maio de 2024

Dispositivo analítico	Folha de S. Paulo (matéria 1)	O Sul (matéria 1)
Silenciamento	Presente	Presente
Produção de sentidos	Cenário dramático	Desinformação
Polifonia	Presente	Ausente

Fonte: adaptado pela autora (2026)

A seguir, as análises e discussões serão feitas para duas matérias do dia 7 de maio de 2024, conforme títulos abaixo:

Quadro 10: Matérias de 7 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul

Folha de São Paulo	O Sul
Tragédia no Sul: Mortos sobem para 95; afetados passam de 1,4 mi 7.mai.2024 às 9h09 Atualizado: 7.mai.2024 às 18h00 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/tragedia-no-sul-mortos-sobem-para-90-afetados-passam-de-1-mi.shtml	Governo federal pede investigação de responsáveis por fake news sobre enchentes no RS Por Redação O Sul 7 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/governo-federal-pede-investigacao-de-responsaveis-por-fake-news-sobre-enchentes-no-rs/

Fonte: adaptado pela autora (2026)

A matéria da Folha de S. Paulo apresenta uma foto (imagem abaixo) da cidade de Porto Alegre alagada. A imagem apresenta prédios históricos e novas construções rodeadas por água de lama. A imagem fala por si a o mostrar as condições da cidade, impactando aqueles que passaram pelo local e reconhecem a localização.

Figura 3: Foto utilizada para ilustrar matéria no jornal Folha de S. Paulo



Fonte: HANDOUT/SEDAC via AFP (jornal Folha de São Paulo – 2024)

Os enunciados para mapeamento de sentido dos textos jornalísticos citados estão listados a seguir:

E20: A tragédia tem sido comparada ao furacão Katrina, que em 2005 destruiu a região metropolitana de Nova Orleans, na Lousiana (EUA), atingiu outros quatro estados norte-americanos e causou mais de mil mortes. (Folha de São Paulo, 7 de maio de 2024, grifos da autora)

E21: Profissionais de saúde apontam semelhanças entre as duas tragédias, como falta de prevenção de desastres naturais e inexistência de uma coordenação centralizada de decisões. Colapso nos hospitais, dificuldade de equipes de saúde chegarem aos locais de trabalho e desabastecimento de medicamentos e outros insumos são outras semelhanças apontadas. (Folha de São Paulo, 7 de maio de 2024, grifos da autora)

E22: O ministro gaúcho Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), pediu à pasta da Justiça e Segurança Pública a abertura de investigação sobre a responsabilidade pela criação e divulgação de notícias falsas sobre as enchentes no Rio Grande do Sul. No foco estão redes sociais e influenciadores digitais, dentre outros envolvidos. (O Sul, 7 de maio de 2024, grifos da autora)

E23: A Secom catalogou uma série de postagens que viralizaram nas redes sociais ao longo dos últimos dias. Na lista está um vídeo publicado na rede social X (antigo Twitter) pelo influenciador Pablo Marçal e que afirma absurdos como “a Secretaria Estadual da Fazenda está barrando os caminhões de doação, não está deixando distribuir comida”. O fato jamais aconteceu. O mesmo boato foi compartilhado pelo senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) em sua conta no Instagram. **Personalidades ligadas a correntes políticas de direita fizeram o mesmo com outras fake news.** (O Sul, 7 de maio de 2024, grifos da autora)

A análise dos enunciados E20–E23, sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (com aportes de Oswald Ducrot, Eni Orlandi e Marcia Benetti), permite evidenciar a complexa articulação entre polifonia, silenciamento e produção de sentidos no discurso jornalístico, especialmente em contextos de crise.

No E20, extraído da matéria da Folha de S. Paulo, há comparação internacional e efeito de sentido por analogia. O enunciado mobiliza o Furacão Katrina como referente comparativo. Sob a ótica da polifonia (Ducrot), há uma incorporação de vozes históricas e midiáticas já estabilizadas: Katrina funciona como um signo saturado de sentidos (catástrofe, falha estatal, colapso urbano). Ao acionar essa memória discursiva, o texto não apenas informa, mas orienta a interpretação da tragédia atual. O locutor jornalístico convoca uma voz coletiva sedimentada (memória social do Katrina), sem explicitá-la como opinião. Assim, constrói-se um efeito de equivalência que amplia a gravidade do evento local, inscrevendo-o em uma escala global. Ao mesmo tempo, há um silenciamento quanto à singularidade histórica, geográfica e política de cada desastre. As diferenças estruturais entre os contextos são omitidas em favor da analogia.

A autora Orlandi descreve o funcionamento da memória discursiva, de modo que o já-dito orienta o que pode ser dito agora, limitando e direcionando os sentidos possíveis.

No E21, o enunciado introduz “profissionais de saúde” como fonte. Trata-se de um caso clássico de polifonia institucionalizada, em que a voz do especialista é mobilizada para conferir legitimidade. O discurso é construído como heterogêneo, mas hierarquizado, assim a voz técnica aparece como neutra e objetiva. A tragédia é enquadrada como resultado de falhas estruturais (falta de prevenção, ausência de coordenação), deslocando o foco de um evento natural para um problema político-administrativo.

Por outro lado, não há identificação dos sujeitos (quais profissionais? de quais instituições?), o que produz um efeito de universalização e consenso. Também se silenciam possíveis divergências dentro do campo técnico.

Na perspectiva de Benetti, esse tipo de construção reforça o “jornalismo de fontes autorizadas”, no qual a credibilidade é transferida da fonte ao discurso, mascarando sua dimensão interpretativa.

No E22, retirado da matéria do O Sul, é possível perceber a judicialização do discurso e construção do inimigo. No trecho, o foco desloca-se para a ação estatal diante das “*fake news*”. O enunciado introduz uma narrativa de controle e responsabilização. A voz do ministro aparece como voz de autoridade estatal, que organiza o campo discursivo ao nomear um problema (desinformação) e propor uma ação (investigação).

Constrói-se a ideia de que há agentes responsáveis pela desordem informacional, instaurando uma lógica de culpabilização. Por outro lado, não se problematiza o que constitui “notícia falsa” nem se apresentam critérios de definição. Tampouco se discutem tensões entre combate à desinformação e liberdade de expressão.

O E23 explicita sujeitos (influenciadores e políticos) e associa suas ações à produção de “absurdos” e “*fake news*”. No trecho, é feita uma construção da dicotomia entre verdade (institucional/jornalística) e falsidade (atores específicos, associados a um espectro político).

Observa-se o silenciamento ao verificar que não há espaço para resposta ou contextualização das falas citadas. Além disso, ao mencionar “correntes políticas de direita”, o texto generaliza e não especifica, produzindo um efeito de homogeneização.

Ducrot permite compreender que o locutor organiza as vozes de modo estratégico: ele não apenas cita, mas orienta a interpretação do que é citado. Já Benetti apontaria aqui para o risco de reforço de enquadramentos polarizados no jornalismo.

Assim, o discurso jornalístico não se limita a relatar acontecimentos, mas atua como produtor de sentidos, organizando o mundo social por meio de escolhas enunciativas que definem o que é visível, dizível e legítimo.

Quadro 11: Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias do dia 7 de maio de 2024

Dispositivo analítico	Folha de S. Paulo (matéria 1)	O Sul (matéria 1)
Silenciamento	Presente	Presente
Produção de sentidos	Falha estrutural	Verdade/falsidade
Polifonia	Ausente	Ausente

Fonte: adaptado pela autora (2026)

O estudo analisará agora as matérias do dia 8 de maio de 2024.

Quadro 12: Matérias de 8 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul

Folha de São Paulo	O Sul
'Cidades inteiras do RS terão que mudar de lugar', diz pesquisador que alertou para despreparo contra chuvas 8.mai.2024 às 11h03 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/cidades-inteiras-do-rs-terao-que-mudar-de-lugar-diz-pesquisador-que-alertou-para-despreparo-contra-chuvas.shtml	Enchentes afetam mais de 80% da atividade econômica no Rio Grande do Sul Por Redação O Sul 8 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/enchentes-afetam-mais-de-80-da-atividade-economica-no-rio-grande-do-sul/

Fonte: adaptado pela autora (2026)

Os enunciados para mapeamento de sentido do texto jornalístico citado estão listados a seguir:

E24: "O comportamento das chuvas mudou. Eu tenho feito um levantamento e já percebi que de 2013 pra frente nós temos um acumulado de precipitação [chuvas] no mês de mais de 300 mm. A minha pergunta é: **o que nós, por exemplo, na Defesa Civil, temos programado para prever essas possibilidades? Em algum momento, vamos começar a ver [inundações] em áreas em que a água não chegava com tanta frequência e vamos lembrar disso que estamos falando aqui.**"O alerta acima, feito em junho de 2022 durante uma audiência pública na Câmara Municipal de Pelotas (RS) e apontado em vídeos nas redes sociais como "profecia" à luz das inundações que deixaram uma centena de mortos no Rio Grande do Sul, é do ecólogo Marcelo Dutra da Silva, doutor em ciências e professor de Ecologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). (Folha de São Paulo, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E25: ... o pesquisador chamava atenção para o fato de que muitas cidades gaúchas estavam totalmente despreparadas para chuvas extremas: **não sabiam quais eram suas áreas de risco, quais regiões eram vulneráveis a inundações, ou quem seriam os primeiros moradores do Estado a serem atingidos pelas águas.**"Não podemos impedir que o evento climático ocorra, nem os próximos, porque eles vão acontecer. Mas dá para sermos mais resilientes a isso? Dá. Talvez se nós já tivéssemos afastado as pessoas das áreas de maior risco. É possível saber onde o evento se torna mais grave primeiro", pondera, acrescentando que **um planejamento ambiental teria tornado possível, por exemplo, retirar moradores das áreas mais vulneráveis com antecedência.** (Folha de São Paulo, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E26: Não adianta querer reconstruir tudo o que foi destruído nesse evento de agora tentando fazer como era antes. Isso já não dá mais". A reconstrução do Rio Grande do Sul, diz o acadêmico, precisará ser planejada **considerando quais as áreas mais seguras e resistentes às variações climáticas extremas, que vieram para ficar**. "Precisamos **devolver para a natureza esses espaços** que estão mais sensíveis ao alagamento", diz. (Folha de São Paulo, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E27: Grande parte do despreparo das cidades para a nova realidade climática se dá porque elas **crescem sem considerar a geografia do Estado e seus níveis de vulnerabilidade diante das previsões climáticas, bem como a preservação da natureza**. Em geral, as áreas mais valorizadas pelo setor imobiliário para grandes empreendimentos e pela própria população são justamente as mais vulneráveis a inundações: próximas a margens de rios e lagos, ou em áreas planas, baixas e úmidas. **Do ponto de vista do risco ambiental, as decisões de expansão urbana têm ido na contramão da segurança, diz o ecólogo**. "Estamos fazendo o contrário do que deveríamos: estamos indo para dentro de onde não deveríamos ir, nos expondo ao risco, criando situações que colocam vidas em perigo, e prejuízos recorrentes." (Folha de São Paulo, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E28: O estado de calamidade pública que atingiu o Rio Grande do Sul, além das irreversíveis perdas humanas, **trouxo também impacto econômico**. Com mais de 67% dos municípios do Estado afetados, a indústria gaúcha ainda calcula os prejuízos em sua produção, bem como as consequências para as exportações. "As perdas econômicas são inestimáveis no momento. Uma infinidade de empresas teve suas dependências completamente comprometidas. Além dos danos gigantescos de capital, os problemas logísticos devem **afetar de forma significativa todas as cadeias econômicas do Estado**", afirma o presidente em exercício da Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), Arildo Bennech Oliveira. (O Sul, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E29: Um estudo preliminar realizado pela UEE (Unidade de Estudos Econômicos) da Fiergs aponta que os 336 municípios atingidos pelas chuvas, conforme o Decreto estadual nº 57.603, de 5 de maio, **correspondem a mais de 80% da atividade econômica do Estado**. (O Sul, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E30: Os locais mais atingidos incluem alguns dos principais polos industriais do Rio Grande do Sul, impactando segmentos significativos para a economia. Na Região da Serra, que emprega 115 mil pessoas na indústria, destaca-se a produção nos segmentos metalmeccânico (veículos, máquinas, produtos de metal) e móveis. Já na Região Metropolitana, com 127 mil empregados no setor, estão os segmentos metalmeccânico (veículos, autopeças, máquinas), derivados do petróleo e alimentos. No Vale dos Sinos, que ocupa 160 mil industriários, encontra-se a produção de calçados. No Vale do Rio Pardo, a força está em alimentos (carnes, massas) e tabaco, enquanto no Vale do Taquari, alimentos (carnes), calçados e químicos. (O Sul, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

Nos enunciados E24 a E27, há uma forte presença de discurso relatado, que, segundo Ducrot, não apenas reproduz falas, mas organiza uma cena enunciativa na qual diferentes vozes são distribuídas com distintos graus de legitimidade. O texto mobiliza a voz do "especialista" (ecólogo, doutor, professor), produzindo um efeito de autoridade científica. Essa voz aparece: como antecipatória ("alerta", "levantamento"), como racional ("é possível saber"), e como normativa ("precisamos devolver para a natureza...").

Essa construção não é neutra: ela produz um efeito de verdade ancorado na ciência, deslocando o discurso jornalístico para uma posição de mediação aparentemente objetiva, mas que seleciona quais vozes são audíveis.

Ao mesmo tempo, há uma estratégia interessante de temporalização discursiva em E24: o alerta de 2022 é recontextualizado em 2024 como “profecia”. Esse deslocamento cria um efeito retrospectivo de previsibilidade da tragédia, reforçando a ideia de que o desastre era evitável.

Aqui, a polifonia não é apenas pluralidade de vozes, mas um dispositivo que constrói um passado ignorado, um presente de catástrofe, e um futuro que exige mudança.

Nos enunciados E25–E27, emerge um funcionamento discursivo central, em que há a produção de sentidos de responsabilidade coletiva difusa. Expressões como “muitas cidades estavam despreparadas” (E25), “as decisões de expansão urbana” (E27), “estamos fazendo o contrário do que deveríamos” (E27), operam um deslocamento do agente. Não há sujeitos claramente identificados (governos específicos, empresas, políticas públicas concretas), mas sim categorias amplas e abstratas.

Segundo Orlandi, isso configura um efeito de apagamento da materialidade histórica da responsabilidade. O discurso evita nomear agentes políticos concretos, dilui a responsabilidade em um “nós” coletivo, transforma decisões estruturais em comportamentos generalizados.

Esse “nós” (E27: “estamos indo para dentro de onde não deveríamos ir”) é particularmente relevante: ele interpela o leitor como cúmplice do processo, produzindo um efeito de inclusão que simultaneamente responsabiliza e desresponsabiliza.

Os enunciados analisados revelam importantes silenciamentos:

a) Silenciamento político-institucional

Embora se fale em “despreparo”, “planejamento ambiental” e “decisões de expansão urbana”, não há menção direta a políticas públicas específicas, identificação de gestores ou governos responsáveis, discussão sobre financiamento ou omissões institucionais. Esse silêncio desloca o debate da esfera política para uma esfera técnico-moral.

b) Silenciamento socioeconômico

A proposta de “afastar as pessoas das áreas de maior risco” (E25) aparece como solução técnica, mas silencia as desigualdades sociais, a falta de acesso à moradia e os processos históricos de ocupação urbana. Assim, o discurso naturaliza a ocupação de risco como escolha, e não como imposição estrutural.

c) Silenciamento do conflito

A crítica ao setor imobiliário (E27) é suavizada. Embora haja menção à valorização de áreas vulneráveis, não se nomeiam os interesses econômicos concretos, os conflitos entre capital e o planejamento ambiental. Há, portanto, um apagamento do conflito como dimensão constitutiva da urbanização.

A partir de E28, observa-se uma mudança significativa no regime discursivo, já que sai a centralidade da ciência ambiental e entra a centralidade da economia e da indústria. A polifonia agora privilegia a voz institucional empresarial (Fiergs), que introduz uma nova lógica de sentido: “perdas econômicas”, “cadeias produtivas”, “exportações” e “empregos”. Esse deslocamento produz um efeito importante, de forma que a tragédia é ressignificada como problema econômico sistêmico. Segundo Benetti, esse tipo de operação é típico do jornalismo, que reorganiza o acontecimento em diferentes enquadramentos (frames), cada um com seus próprios critérios de relevância.

Há, portanto, uma complementaridade discursiva que reforça a magnitude do evento, mas também desloca o eixo de preocupação para o impacto produtivo.

O conjunto dos enunciados constrói um forte efeito de evidência, como se os sentidos apresentados fossem autoevidentes: “isso já não dá mais” (E26), “vieram para ficar” (E26), “estamos fazendo o contrário do que deveríamos” (E27).

Essas formulações operam como fechamentos discursivos: elas reduzem a possibilidade de contestação, apresentando determinadas interpretações como inevitáveis.

Quadro 13: Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias do dia 8 de maio de 2024

Dispositivo analítico	Folha de S. Paulo (matéria 1)	O Sul (matéria 1)
Silenciamento	Presente	Presente
Produção de sentidos	Responsabilidade coletiva difusa	Impacto produtivo
Polifonia	Ausente	Ausente

Fonte: adaptado pela autora (2026)

O estudo passa agora para a análise das antepenúltimas matérias do *corpus* selecionado. Dessa vez, serão avaliados os enunciados retirados dos textos do dia 8 de maio de 2024.

Quadro 14: Matérias de 8 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul

Folha de São Paulo	O Sul
Leite mudou quase 500 normas ambientais em 2019; especialistas criticam gestão	Enchentes no Rio Grande do Sul: comissão da Câmara dos Deputados aprova projetos para prevenção de desastres

8.mai.2024 às 23h00 https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/05/leite-mudou-quase-500-normas-ambientais-em-2019-especialistas-criticam-gestao.shtml	Por Redação O Sul 8 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/enchentes-no-rio-grande-do-sul-comissao-da-camara-dos-deputados-aprova-projetos-para-prevencao-de-desastres/
--	--

Fonte: adaptado pela autora (2026)

Os enunciados para mapeamento de sentido do texto jornalístico citado estão listados a seguir:

E31: O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), alterou em torno de **480 normas do Código Ambiental do estado em seu primeiro ano de mandato, em 2019**. A medida, sancionada em 2020, acompanhou o afrouxamento da política ambiental brasileira incentivada, à época, pelo então ministro Ricardo Salles, do MMA (Ministério de Meio Ambiente), no governo Bolsonaro. Agora, **em meio às enchentes no estado, ambientalistas criticam a gestão de Eduardo Leite e apontam o governador como o articulador, junto à Assembleia Legislativa, do que chamam de desmonte das leis estaduais de proteção ambiental**. Em nota, o governo do RS diz que a mudança do código teve, como base, discussões que envolveram sociedade e instituições, como a Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental). **O Executivo afirma ainda que as catástrofes climáticas são uma tendência mundial, com ocorrências mais frequentes e intensas, sendo assim, não atribuíveis à atualização da lei**. (Folha de São Paulo, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E32: O diretor científico e técnico da Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), Francisco Milanez, **nega que a sociedade civil e entidades ambientalistas tenham participado da construção do novo código**. Biólogo e pós-graduado em análise de impacto ambiental, ele afirma que as mudanças foram tomadas de forma unilateral, encabeçadas pelo governador. **"O atual governador destruiu esse Código Ambiental. Nós pedimos debate com a sociedade, mas ele fugiu**. Leite tem maioria na Assembleia Legislativa. O código era a maior obra-prima do consenso de um estado", critica o biólogo. (Folha de São Paulo, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E33: Para Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, rede de mais de cem organizações socioambientais, o desmonte vai além do governo estadual e da Assembleia Legislativa. **Ele enfatiza a participação do Congresso Nacional no afrouxamento de políticas ambientais, com a contribuição de deputados federais e senadores eleitos pelo Rio Grande do Sul**. Astrini avalia que o Brasil vive duas ondas de prejuízos, **uma delas na questão climática e a outra na mudança de legislação, que flexibiliza regras de proteção ambiental**. Para Astrini, com base em outros episódios climáticos recentes devastadores no Rio Grande do Sul, Eduardo Leite poderia ter sido exemplo na preparação para situações extremas, mas, na sua visão, ignorou os alertas de desastres e protagonizou a diminuição de proteção ambiental de áreas sensíveis. (Folha de São Paulo, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E34: **"Se o governador não acreditar agora nessa questão de clima, eu não sei qual vai ser o momento**. Porque o estado que ele governa sofreu em 2021 e 2022 duas secas extremamente severas, que trouxeram prejuízos bilionários para a produção agrícola. E agora está sofrendo um período de chuva desde setembro do ano passado, quando já teve a primeira enchente muito grande", afirma. (Folha de São Paulo, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

--

E35: A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (08), **três projetos de lei voltados à prevenção de catástrofes climáticas**. A análise dos itens ocorre em meio ao desastre ambiental no Rio Grande do Sul, que já deixou 100 mortos no Estado. Um dos projetos aprovados nesta quarta é o PL 1450/15, de autoria do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) e relatoria de Pedro Aihara (Patriota-MG). O texto propõe a criação do Sinide (Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres) para emitir alertas antecipados de desastres no Brasil. (O Sul, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E36: A comissão também aprovou o PL 965/19, que altera o Código Penal para aumentar de um a dois terços a **pena do estelionato cometido para se beneficiar financeiramente do estado de calamidade pública**. O texto é de autoria de Célio Studart (PV-CE) e teve relatoria do deputado Gilson Daniel (Podemos-ES). (O Sul, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

E37: Um terceiro projeto sobre o tema também foi aprovado na CCJ nesta quarta-feira. O PL 2958/19, de autoria de Aécio Neves (PSDB-MG) e relatoria de Gilson Daniel (PODE-ES), **antecipa a pensão por morte a dependentes de vítimas de desastres de grande proporção**. (O Sul, 8 de maio de 2024, grifos da autora)

Nos enunciados E31 a E34, observa-se uma forte presença de polifonia, no sentido ducrotiano: múltiplas vozes são mobilizadas, mas não de forma neutra, já que há uma orquestração hierarquizada dessas vozes.

Em E31, o texto introduz a voz do governo estadual, que justifica a mudança do código ambiental; a voz dos ambientalistas, que a classificam como “desmonte”; uma voz mediadora do próprio jornal, que articula a relação entre flexibilização normativa e o contexto político nacional (governo Bolsonaro e Ricardo Salles).

Aqui, a polifonia não é apenas pluralidade, ela produz um efeito de causalidade indireta. Ao aproximar temporal e ideologicamente o “afrouxamento” estadual ao federal, o enunciado sugere uma cadeia de responsabilidade, sem explicitá-la como afirmação direta. Trata-se do que Ducrot chamaria de argumentação implícita, construída pelo encadeamento discursivo.

Já em E32 e E33, há uma intensificação da voz crítica: a fala de Francisco Milanez (“destruiu esse Código Ambiental”) e a de Márcio Astrini (“ignorou os alertas”, “protagonizou a diminuição de proteção”). Essas vozes aparecem em discurso direto, o que, segundo Benetti, tende a produzir um efeito de autenticidade e autoridade.

Em E34, a continuidade da fala de Astrini introduz uma dimensão temporal (eventos de 2021, 2022 e 2023), reforçando uma narrativa de recorrência ignorada. Aqui, a polifonia se articula com a construção de uma memória discursiva: os eventos passados funcionam como evidência de negligência.

Apesar da multiplicidade de vozes, há importantes silenciamentos, no sentido orlandiano de que todo dizer implica um não dizer constitutivo.

a) Silenciamento técnico-científico

Embora se fale em mudanças no Código Ambiental, não há detalhamento técnico sobre quais normas foram alteradas, quais impactos ambientais específicos são atribuídos a essas mudanças. Esse apagamento desloca o debate do campo técnico para o campo político-moral, em que a responsabilização ganha centralidade.

b) Silenciamento de vozes intermediárias

A matéria polariza governo versus ambientalistas. Outros possíveis atores, como setor produtivo, populações afetadas e cientistas independentes são ausentes. Isso produz um efeito de dicotomização, simplificando o campo discursivo.

c) Silenciamento da materialidade das enchentes

As enchentes aparecem como pano de fundo, mas sem descrição concreta de causas físicas (hidrológicas, urbanísticas). Assim, o fenômeno climático é discursivizado mais como argumento político do que como objeto empírico complexo.

A articulação entre E31 e E34 constrói um campo de sentidos centrado na responsabilidade política pela crise ambiental, mas de modo não linear. Na FD E31, há um movimento de deslocamento da causalidade, ou seja, o governo afirma que as catástrofes são “tendência mundial”, tentando universalizar o fenômeno. Em contrapartida, os ambientalistas reterritorializam a responsabilidade, associando-a a decisões locais.

O E33 amplia ainda mais essa rede ao incluir o Congresso Nacional, produzindo um efeito de responsabilidade ampliada e sistêmica.

Os enunciados E35 a E37, oriundos de outro veículo (O Sul), operam uma inflexão discursiva significativa. Nos trechos é possível verificar a redução da polifonia (predomínio da voz institucional), a ausência de conflito explícito e o foco em medidas legislativas concretas.

O discurso torna-se mais informativo e menos interpretativo, com forte presença de nomes de projetos de lei, autoria parlamentar e descrição técnica das propostas. Segundo Benetti, isso caracteriza um regime de factualidade, em que o jornalismo busca produzir um efeito de neutralidade e serviço público.

Ao mesmo tempo, observa-se silenciamentos relevantes, já que não há menção às controvérsias políticas discutidas nos enunciados anteriores. Além disso, não se problematiza a eficácia das medidas e não há vozes críticas ou da sociedade civil.

Esse deslocamento produz um efeito de resolução simbólica: diante da tragédia, o Estado aparece como agente ativo e responsivo, ainda que sem questionamento.

Dispositivo analítico	Folha de S. Paulo (matéria 1)	O Sul (matéria 1)
Silenciamento	Presente	Presente
Produção de sentidos	Responsabilidade política pela crise ambiental	Factualidade
Polifonia	Presente	Ausente

Fonte: adaptado pela autora (2026)

As próximas matérias a serem analisadas são do dia 9 de maio de 2024:

Quadro 16: Matérias de 9 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul

Folha de São Paulo	O Sul
Adaptação a eventos extremos é prioridade de força-tarefa do G20 para o clima 9.mai.2024 às 18h30 https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/05/ada-ptacao-a-eventos-extremos-e-prioridade-de-forca-tarefa-do-g20-para-o-clima.shtml	Governo, Ministério Público e Polícia Civil investigam fake news sobre enchentes no RS Por Redação O Sul 9 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/governo-ministerio-publico-e-policia-civil-investigam-fake-news-sobre-enchentes-no-rs/

Fonte: adaptado pela autora (2026)

Os enunciados para mapeamento de sentido do texto jornalístico citado estão listados a seguir:

E38: Mudanças climáticas são um dos três temas estabelecidos como prioritários pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante o período do país à frente do G20. Os outros dois são governança global e combate à fome e pobreza. (Folha de São Paulo, 9 de maio de 2024, grifos da autora)

E39: Convocados pelo governo, 12 especialistas estão encarregados de fazer análises e recomendações de políticas públicas sustentáveis. A agenda busca **transformações nos modos de produção e consumo para limitar o aumento da temperatura global em 1,5°C, como estabelecido no Acordo de Paris**. O relatório final apresentará diretrizes para planos nacionais de transição climática e orientações para **refundar os marcos de financiamento para a transição verde, repensando papéis desempenhados por bancos de desenvolvimento, agentes privados e atores estatais**. (Folha de São Paulo, 9 de maio de 2024, grifos da autora)

E40: "Os países precisam ir além de mitigar efeitos das mudanças climáticas, precisam **conduzir uma verdadeira transição, com ênfase à adaptação**", diz Arilson Favareto, coordenador do projeto pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), instituição responsável pela secretaria-executiva da força-tarefa de mudanças climáticas do G20. Ele menciona a necessidade de transformações urgentes em três áreas: **produção de alimentos com menor impacto na natureza, substituição de combustíveis fósseis por matrizes energéticas limpas, e a amplas adaptações dos sistemas urbanos**. "Isso significa repensar todas as infraestruturas

urbanas, de maneira adaptada ao clima. Isso inclui transporte, construção civil, para citar alguns casos." (Folha de São Paulo, 9 de maio de 2024, grifos da autora)

--

E41: Foi criada uma força-tarefa de checagem e contestação de fake news. As informações são identificadas, monitoradas e apuradas por uma equipe de comunicação. Quando a checagem é concluída, os conteúdos são disponibilizados para grupos com a imprensa e nos perfis oficiais do governo nas redes sociais. (O Sul, 9 de maio de 2024, grifos da autora)

E42: Além disso, foi estabelecido um canal direto com a Meta, empresa responsável pelo Instagram, Facebook e WhatsApp, para avaliar e denunciar perfis que atuam na criação e amplificação de conteúdos falsos ou descontextualizados. A parceria tem como foco auxiliar no controle de publicações com dados incorretos que circulam desde o início das enchentes no Rio Grande do Sul. (O Sul, 9 de maio de 2024, grifos da autora)

E43: A Polícia Civil conta com um canal para receber denúncias de notícias falsas. A população pode colaborar enviando informações para a delegacia on-line (delegaciaonline@pc.rs.gov.br) ou para o WhatsApp da corporação (51 98444-0606). As denúncias serão investigadas e, em caso de comprovação, os responsáveis serão punidos. O governo gaúcho também articulou ações junto à Polícia Civil para que os responsáveis pela criação de informações equivocadas e de perfis falsos do governo sejam investigados e, em casos comprovados, responsabilizados. (O Sul, 9 de maio de 2024, grifos da autora)

E44: O MP também atua na linha de frente contra a desinformação. O órgão já derrubou perfis que propagavam informações falsas e busca responsabilizar os autores na esfera civil e criminal. O Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Saltz, aponta que a desinformação prejudica o trabalho das equipes de resgate e auxílio, dificultando o acesso da população a informações confiáveis. O combate à desinformação é fundamental para garantir que a população tenha acesso a informações confiáveis e para que o governo possa agir de forma eficiente na resposta à crise das inundações. A colaboração entre os diferentes órgãos e a participação da sociedade civil são essenciais para combater as fake news e garantir a superação do desastre. (O Sul, 9 de maio de 2024, grifos da autora)

A análise dos enunciados E38–E44, à luz da tradição francesa da Análise do Discurso (especialmente em diálogo com Oswald Ducrot, Eni Orlandi e os desdobramentos contemporâneos como Marcia Benetti), permite evidenciar como o discurso jornalístico constrói efeitos de evidência, autoridade e consenso, ao mesmo tempo em que silencia conflitos e alternativas de sentido.

Nos enunciados E38–E40, observa-se uma polifonia controlada, no sentido ducrotiano: múltiplas vozes aparecem, mas são hierarquizadas.

Em E38, a referência ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no contexto do G20 funciona como voz institucional legitimadora. O enunciado não apresenta contestação ou contraponto: há uma naturalização da agenda política como prioritária, sem explicitar disputas internas ou críticas.

E39 amplia essa polifonia com a introdução de “12 especialistas”, cuja nomeação genérica produz um efeito de autoridade técnica. Trata-se de uma estratégia discursiva recorrente no jornalismo: a ciência aparece como voz neutra, desideologizada, ainda que, conforme Orlandi, todo discurso seja atravessado por condições de produção históricas e ideológicas.

Já em E40, a citação direta de Arilson Favareto explicita a polifonia, mas dentro de um quadro de convergência. A voz do especialista não entra em tensão com a voz governamental. Pelo contrário, reforça-a. Segundo Ducrot, isso caracteriza uma polifonia orientada, em que diferentes locutores sustentam uma mesma direção argumentativa.

Além disso, a menção ao Acordo de Paris em E39 atua como uma instância de autoridade global, ampliando a cadeia de legitimação.

Diante disso, pode-se dizer que a polifonia existe, mas é regulada para produzir consenso, não conflito.

O silenciamento aparece de forma significativa em dois níveis:

a) Silenciamento de dissenso político e econômico

Nos enunciados E38–E40, há ausência de vozes dissonantes: não aparecem setores econômicos impactados negativamente pelas políticas climáticas, não há menção a disputas geopolíticas no interior do G20 e tampouco se problematiza a viabilidade das metas propostas.

O discurso constrói um cenário de convergência global em torno da agenda climática, apagando contradições estruturais (como interesses de países dependentes de combustíveis fósseis).

b) Silenciamento na definição de “*fake news*”

Nos enunciados E41–E44, o silenciamento se desloca para o campo da informação e da cidadania. A criação de mecanismos de combate à desinformação é apresentada como consensual e necessária, mas não há problematização de quem define o que é “falso”, quais critérios são utilizados e ainda, sobre os riscos de controle discursivo por parte do Estado.

A parceria com a Meta (E42) é apresentada como técnica e funcional, silenciando debates sobre poder das plataformas, regulação e liberdade de expressão.

Aqui emerge um ponto crítico: o discurso jornalístico reforça a legitimidade das instituições (governo, polícia, Ministério Público), mas não tensiona seus limites. Do ponto de vista da comunicação e cidadania, é um apagamento relevante.

A produção de sentidos nos enunciados se organiza em três eixos principais:

a) Sentido de urgência e inevitabilidade

Expressões como, “transformações urgentes” (E40) e “limitar o aumento da temperatura” (E39) produzem um efeito de inevitabilidade histórica. A agenda climática aparece como caminho único, reduzindo o espaço para alternativas discursivas.

b) Tecnocratização do debate

O protagonismo de especialistas (E39–E40) desloca o debate do campo político para o técnico. Isso gera um efeito de neutralização ideológica, assim, decisões políticas aparecem como “recomendações técnicas” e conflitos sociais são reconfigurados como problemas de gestão.

Benetti aponta que esse movimento é típico do jornalismo contemporâneo, que frequentemente recorre à ciência como fonte de estabilização de sentidos.

c) Construção da desinformação como ameaça social

Nos enunciados E41–E44, a “*fake news*” é construída como risco à ordem pública, obstáculo à ação estatal e ameaça à população. Esse enquadramento legitima ações de vigilância e punição, produzindo um sentido de necessidade de controle.

Ao mesmo tempo, há um deslocamento da cidadania, de forma que o cidadão aparece como colaborador (denúncia), mas não como sujeito crítico na definição dos regimes de verdade.

4. Articulação entre discurso climático e discurso de controle informacional

Um ponto particularmente interessante é a justaposição dos blocos (E38–E40 e E41–E44):

o primeiro constrói a agenda climática como prioridade global, já o segundo, constrói mecanismos de controle da informação em contexto de crise. Essa articulação sugere uma formação discursiva mais ampla, em que crises (climáticas, sociais) justificam intervenções mais intensas do Estado e a circulação de sentidos é regulada em nome da eficiência e da segurança.

Quadro 17: Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias do dia 9 de maio de 2024

Dispositivo analítico	Folha de S. Paulo (matéria 1)	O Sul (matéria 1)
Silenciamento	Presente	Presente
Produção de sentidos	Inevitabilidade histórica	Controle da informação em contexto de crise
Polifonia	Presente e hierarquizada	Ausente

Fonte: adaptado pela autora (2026)

Por fim, esse estudo vai analisar as duas últimas matérias do *corpus*, divulgadas no dia 10 de maio de 2024:

Quadro 18: Matérias de 10 de maio de 2024 sobre as enchentes no Rio Grande do Sul

Folha de São Paulo	O Sul
Inundação atingiu 300 mil imóveis e 800 instalações de saúde no Rio Grande do Sul 10.mai.2024 às 23h00 https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/inundacao-atingiu-300-mil-imoveis-e-800-instalacoes-de-saude-no-rs-indicam-dados-do-ibge.shtml	Enchentes no RS: Cruz Vermelha Internacional está engajada aos esforços humanitários Por Redação O Sul 10 de maio de 2024 https://www.osul.com.br/enchentes-no-rs-cruz-vermelha-internacional-esta-engajada-aos-esforcos-humanitarios/

Fonte: adaptado pela autora (2026)

Os enunciados para mapeamento de sentido do texto jornalístico citado estão listados a seguir:

E45: A inundação histórica provocada pelas recentes chuvas no Rio Grande do Sul alagou ao menos 303 mil edificações residenciais e 801 estabelecimentos de saúde em 123 cidades, indica análise da Folha baseada em dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Universidade Federal do estado (UFRGS)**. Além disso, ficaram submersos total ou parcialmente 682 unidades de ensino, 1.347 templos religiosos, 2.601 propriedades agropecuárias e mais 48 mil edifícios utilizados para outras finalidades, como lojas, bancos, prédios públicos ou comerciais e construções. Os dados se referem às áreas alagadas até a segunda-feira (6), após temporais no fim de semana passado. O cálculo foi realizado a partir da **sobreposição entre as coordenadas geográficas do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), resultante do Censo 2022, e o mapeamento das enchentes realizado por cientistas do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH/UFRGS), com apoio da Faculdade de Arquitetura e pesquisadores voluntários.** (Folha de São Paulo, 10 de maio de 2024, grifos da autora)

E46: Entre urbanistas, prepondera a ideia de que tanto a capital como as cidades mais atingidas, concentradas no Vale do Taquari, no Vale do Rio Pardo, na Serra Gaúcha e na região metropolitana, **precisarão se reconstruir sob o alicerce do planejamento e da coordenação regional.** "As bacias hidrográficas não respeitam divisões político-geográficas. O planejamento precisa ser regional, e precisa, de fato, haver planejamento. Fomos desconsiderados nas últimas décadas de forma absurda, apartados da discussão do plano de Porto Alegre, por exemplo", diz Luciana Miron, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS e integrante de um gabinete da mesma universidade que está desenvolvendo ações coordenadas de reconstrução. Ela defende que haja **coordenação entre diferentes municípios e melhor gestão de crises climáticas no estado, "que serão cada vez mais frequentes".** (Folha de São Paulo, 10 de maio de 2024, grifos da autora)

E47: A médio e longo prazo, ele defende uma adoção de **planos urbanos criados sob a ótica de parâmetros de desempenho, associando modelos hidrológicos, geotécnicos, ambientais, de calor e ventilação.** "Cada vez mais nós alargamos nosso perímetro urbano e aumentamos nosso custo de infraestrutura, destruindo os serviços ecossistêmicos." (Folha de São Paulo, 10 de maio de 2024, grifos da autora)

E48: Por meio de sua representação no Brasil, a **Cruz Vermelha Internacional está mobilizada para atuar em meio à situação de calamidade enfrentada pelo Rio Grande do Sul por causa das enchentes**. O comando nacional da instituição humanitária independente fundada na Suíça em 1863 decidiu concentrar em Caxias do Sul (Serra Gaúcha) a logística de recebimento e distribuição de donativos. (O Sul, 9 de maio de 2024, grifos da autora)

O enunciado E45 se organiza a partir de uma forte discursividade técnico-estatística, ancorada em números e instituições (IBGE, UFRGS, Censo, IPH). Esse funcionamento produz o que Orlandi denomina efeito de evidência, isto é, a construção de um sentido que se apresenta como neutro e incontestável.

Há uma polifonia institucionalizada: a voz do jornal se dilui em uma cadeia de vozes autorizadas (IBGE, cientistas, universidade). Segundo Ducrot, trata-se de uma polifonia em que o locutor (Folha de S. Paulo) delega a responsabilidade do dizer a enunciadores legitimados, produzindo um efeito de distanciamento e credibilidade.

O foco na quantificação promove um silenciamento das experiências subjetivas: não há vítimas nomeadas, nem narrativas individuais. A tragédia aparece como dado técnico e espacial, não como vivência humana. Silencia-se, portanto a dimensão emocional e social da perda, as desigualdades sociais na distribuição dos impactos e as possíveis responsabilidades políticas.

Constrói-se o sentido de uma catástrofe mensurável e administrável, passível de análise científica. A sobreposição de dados geográficos reforça uma racionalidade tecnocrática, deslocando o debate da esfera política para a esfera técnica.

No E46 há um deslocamento do registro técnico-descritivo para o registro opinativo especializado, com a introdução da fala de uma urbanista. A polifonia se explicita por meio do discurso direto. A voz de Luciana Miron aparece como autoridade científica, mas também como sujeito engajado (“fomos desconsiderados”). Há, portanto, uma tensão entre o enunciador técnico (especialista) e o enunciador político-crítico (que denuncia negligência histórica).

Segundo Benetti, esse recurso é típico do jornalismo contemporâneo, que cria a legitimação do discurso pela voz do especialista, substituindo outras vozes sociais.

Apesar de introduzir crítica, o enunciado silencia agentes políticos responsáveis pelas decisões urbanas, não menciona conflitos de interesse (mercado imobiliário, políticas públicas) e desconsidera vozes populares ou comunitárias.

Produz-se o sentido de que a tragédia decorre de uma falha técnica de planejamento, e não de escolhas políticas historicamente situadas. A solução proposta (planejamento regional) aparece como inevitável e racional.

O enunciado E47 aprofunda o discurso técnico, agora com menor ancoragem contextual. A voz aparece de forma mais difusa (“ele defende”), o que enfraquece a identificação do enunciador, mas mantém o efeito de autoridade técnica. Trata-se de uma polifonia menos marcada, mas ainda presente como discurso especializado.

O uso do “nós” produz um efeito de coletivização abstrata, apagando responsabilidades diferenciadas.

Constrói-se um sentido de autocritica genérica da sociedade, em que todos seriam corresponsáveis pela degradação ambiental. Isso dilui responsabilidades específicas e reforça uma visão estrutural, porém despolitizada.

O enunciado E48 introduz a atuação da Cruz Vermelha, deslocando o foco para a resposta emergencial. A voz predominante é institucional-humanitária. A Cruz Vermelha aparece como sujeito central, com forte capital simbólico de neutralidade e legitimidade internacional.

Silenciam-se as limitações da ajuda humanitária, a relação entre emergência e falhas estruturais do Estado e as possíveis desigualdades na distribuição da ajuda.

Há um apagamento da dimensão política da crise, substituída por uma narrativa de solidariedade. Produz-se o sentido de uma resposta organizada, neutra e eficiente, centrada na logística e na ajuda. A catástrofe é reinscrita como cenário de ação humanitária, não como resultado de processos históricos e políticos.

Quadro 19: Dispositivos analíticos da AD aplicados às matérias do dia 10 de maio de 2024

Dispositivo analítico	Folha de S. Paulo (matéria 1)	O Sul (matéria 1)
Silenciamento	Presente	Presente
Produção de sentidos	Catástrofe mensurável e administrável	Cenário de ação humanitária
Polifonia	Ausente	Ausente

Fonte: adaptado pela autora (2026)

Finalizadas as análises, serão feitos agora comentários gerais dos achados nos 48 enunciados. Inicialmente, vale ressaltar que os enunciados revelam um funcionamento discursivo característico do jornalismo em situações de crise: polifonia controlada, com predominância de vozes institucionais, silenciamento de dimensões estruturais e políticas, em favor de uma causalidade naturalizante e produção de sentidos dramáticos, que intensificam a percepção de urgência e caos. É possível perceber ainda uma disputa de legitimidade discursiva, especialmente no contexto da circulação de desinformação.

Ao longo do *corpus*, verificou-se que os dispositivos analíticos do silenciamento, da polifonia e da produção de sentidos estiveram presentes de maneira recorrente, ainda que acionados de formas distintas pelos dois veículos analisados. O silenciamento mostrou-se constante em todas as matérias observadas, o que evidencia que os discursos jornalísticos não apenas tornam visíveis determinados aspectos da crise, mas também ocultam, apagam e marginalizam outros. Nesse sentido, os enunciados frequentemente silenciam questões estruturais relacionadas às desigualdades sociais, às responsabilidades políticas diretas, aos conflitos econômicos e às decisões históricas de planejamento urbano e ambiental que contribuem para a intensificação dos impactos climáticos.

Sob a perspectiva de Orlandi, compreende-se que o silêncio não representa ausência de sentido, mas condição constitutiva do próprio discurso. O não dito organiza o dito e participa ativamente da construção da inteligibilidade social da tragédia. Assim, ao privilegiar determinadas interpretações, como a fatalidade climática, o caráter histórico do desastre ou a necessidade de gestão da crise, os textos jornalísticos acabam por reduzir a visibilidade de disputas políticas e sociais que também constituem o acontecimento. A recorrência do silenciamento em todos os quadros analíticos confirma que há um funcionamento discursivo estabilizado na cobertura jornalística de desastres, em que determinadas questões permanecem fora do campo do dizível.

Além disso, a análise demonstrou que a produção de sentidos variou significativamente entre os veículos e entre os diferentes dias de cobertura, revelando deslocamentos discursivos importantes. Na Folha de S. Paulo, os sentidos produzidos estiveram frequentemente associados à política, à crise estrutural, à responsabilidade ambiental e à falha institucional. Em diferentes momentos, o veículo mobilizou sentidos relacionados à responsabilidade política pela crise climática, à inevitabilidade histórica das tragédias e à necessidade de enfrentamento das consequências ambientais. Já em O Sul, predominou uma construção discursiva mais centrada na factualidade, na dimensão humanitária, na desinformação e nos impactos produtivos e econômicos do desastre.

Essa diferença evidencia a existência de enquadramentos discursivos distintos. Enquanto a Folha tende a construir um regime discursivo mais voltado à crítica e à problematização estrutural da crise ambiental, O Sul frequentemente desloca os sentidos para o campo da administração da calamidade, da resposta institucional e da organização humanitária.

Em termos discursivos, isso significa que os veículos não apenas selecionam fatos diferentes, mas constroem realidades distintas acerca do mesmo acontecimento. Tal constatação

reforça o entendimento de Benetti sobre o jornalismo como prática discursiva que produz efeitos de verdade e legitima determinadas leituras sociais.

Outro aspecto relevante refere-se à polifonia. Os resultados apontam que ela aparece de maneira desigual ao longo do *corpus*. Em diversos enunciados, especialmente nas matérias de O Sul, observa-se ausência de polifonia, produzindo um efeito de homogeneização discursiva e de estabilidade interpretativa. Quando presente, a polifonia mostrou-se hierarquizada, organizada prioritariamente em torno de vozes institucionais, técnicas e científicas. Especialistas, representantes do governo, órgãos oficiais e instituições internacionais foram mobilizados como vozes autorizadas capazes de validar os sentidos construídos pelas matérias.

A partir de Ducrot, compreende-se que essa organização polifônica não ocorre de maneira neutra. O locutor jornalístico distribui estrategicamente as responsabilidades enunciativas, utilizando vozes de autoridade para sustentar determinados efeitos de evidência e objetividade. Assim, mesmo quando o discurso parece plural, a multiplicidade de vozes encontra-se controlada por uma lógica hierárquica que privilegia certos saberes em detrimento de outros. Chama atenção, nesse contexto, a pouca presença de sujeitos diretamente afetados pelas enchentes como produtores legítimos de discurso. As populações atingidas aparecem majoritariamente como objeto do relato jornalístico, e não como sujeitos centrais da construção narrativa.

A ausência ou limitação dessas vozes evidencia um movimento discursivo importante: a crise climática é frequentemente interpretada a partir de perspectivas técnicas, institucionais ou econômicas, enquanto experiências concretas de vulnerabilidade social permanecem secundarizadas. Dessa forma, o discurso jornalístico tende a transformar a tragédia ambiental em um problema de gestão, planejamento ou controle informacional, reduzindo sua dimensão política e cidadã.

Os quadros analíticos também revelam uma disputa significativa em torno da produção da verdade. Em diferentes momentos, especialmente nas matérias relacionadas à desinformação, observa-se a construção de sentidos ancorados na oposição entre verdade e falsidade, fato e boato, informação legítima e informação desautorizada. Embora o combate à desinformação seja socialmente relevante em contextos de crise, a análise discursiva permite perceber que essa dinâmica também opera como mecanismo de legitimação de determinadas instituições e discursos. Assim, os efeitos de verdade produzidos pelo jornalismo dependem da mobilização de autoridades reconhecidas socialmente, sejam elas científicas, governamentais ou midiáticas.

Nesse processo, o discurso jornalístico produz efeitos de naturalização. Certas interpretações passam a circular como evidentes, inevitáveis ou consensuais, dificultando a emergência de leituras alternativas sobre a crise ambiental. A tragédia é frequentemente apresentada como catástrofe histórica, fatalidade climática ou evento inevitável, o que pode contribuir para o apagamento das responsabilidades políticas e econômicas envolvidas na produção dos riscos ambientais contemporâneos.

Também merece destaque a recorrente centralidade dos impactos econômicos e produtivos nas narrativas analisadas. Em vários enunciados, especialmente em O Sul, a crise ambiental é significada a partir dos prejuízos econômicos, das perdas produtivas e da necessidade de reorganização logística. Embora esses aspectos sejam relevantes, sua predominância evidencia uma racionalidade discursiva que privilegia o funcionamento econômico e institucional em detrimento das desigualdades sociais e das experiências humanas da tragédia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as análises e discussões do capítulo anterior, esse estudo chega agora às considerações finais. Assim, serão comentados alguns pontos sobre o estudo.

Esta dissertação, que versa sobre a relação da comunicação e do meio ambiente, buscou explorar o que há além desses dois campos. Quando se fala em meio ambiente, foi possível perceber os esforços em prol do fortalecimento desse direito do cidadão por meio das legislações, pactos, esforços transnacionais e acordos. De forma paralela, o jornalismo, dentro do campo da comunicação, revela, via autores pesquisados, os meandros do “fazer jornalístico”, considerando as potencialidades da atividade na formação da opinião pública e os dissabores da desinformação.

Visto de forma mais ampla, comunicação e meio ambiente são forças dentro do campo da cidadania, já que ambos confluem para apoiar o cidadão. Ao direcionar esforços para essa pesquisa, o objetivo foi de explorar de que forma cada campo de saber pode contribuir e elucidar o que há de impeditivos e dificuldades. Foi possível verificar que a chegada da comunicação digital, juntamente com a pós-verdade e a desinformação, via *fakes news*, são grandes obstáculos para a ação jornalística, que possui, como produto, a notícia. Esta, é uma construção social que depende de condições de produção ou existência: a realidade, ou os aspectos manifestos nos acontecimentos; os constrangimentos impostos aos jornalistas no sistema organizacional; as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidades das fontes e seus interesses.

Desse modo, a pesquisa evidencia que o jornalismo atua como mediador central na construção simbólica das crises ambientais contemporâneas. Mais do que relatar acontecimentos, os discursos jornalísticos organizam sentidos sociais sobre o meio ambiente, a cidadania, o desenvolvimento sustentável e as responsabilidades coletivas diante da emergência climática. Os enunciados analisados demonstram que a mídia participa ativamente da constituição da inteligibilidade pública dos desastres, produzindo enquadramentos que orientam interpretações, afetos e posicionamentos sociais.

Em termos de comunicação e cidadania, os resultados desta pesquisa indicam implicações relevantes. O leitor é constantemente interpelado como integrante de uma coletividade afetada pela crise climática e convocado a reconhecer a gravidade do desastre. Entretanto, nem sempre lhe são oferecidos elementos suficientes para compreender criticamente as estruturas sociais, políticas e econômicas que produzem e aprofundam os riscos

ambientais. Assim, o discurso jornalístico pode contribuir simultaneamente para a sensibilização pública e para a limitação do debate político acerca das mudanças climáticas.

Por fim, compreende-se que a cobertura jornalística das enchentes no Rio Grande do Sul revela tensões fundamentais do jornalismo contemporâneo diante das crises ambientais globais. Entre a informação e a interpretação, entre a denúncia e a administração da calamidade, entre a pluralidade e o controle dos sentidos, os enunciados analisados demonstram que o discurso midiático constitui um espaço privilegiado de disputa simbólica sobre o presente e sobre os modos possíveis de imaginar o futuro ambiental e social.

Nesse sentido, a pesquisa contribui para os estudos em comunicação e cidadania ao evidenciar que compreender os discursos jornalísticos sobre desastres climáticos significa também compreender os modos pelos quais a sociedade produz sentidos sobre responsabilidade, vulnerabilidade, desenvolvimento e justiça ambiental. Assim, cabe ao jornalismo repensar e recriar seus esforços diante da grande responsabilidade de produção de sentidos sociais.

REFERÊNCIAS

- AMCHAM. **Pesquisa 2024. Panorama ESG no Brasil**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://conteudo.amcham.com.br/forum-esg-pesquisa-panorama-2024>. Acesso em: 29 out. 2024.
- ARENDT, Hannah. **A mentira na política**. In: ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 13-48.
- ARENDT, Hannah. **Prefácio e Verdade e Política**. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 28-42; p. 282-325.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARBOSA, Mariana (org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- BARONI, Margaret. **Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, 1992.
- BENETTI, M.; LAGO, C. (orgs.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERTÃO, N. **Entenda o que é ESG e por que a sigla está em alta nas empresas**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BUCCI, E. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.
- CAMPOS, P. C. **Jornalismo e meio ambiente: a contribuição dos meios de comunicação e o conceito de sustentabilidade**. *Esferas*, v. 1, n. 1, 2012.
- CAVALCANTI, Clóvis. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.
- DALL'OLIO, L. L. S. **O índice de efetividade da gestão municipal e a Agenda 2030**. *Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas*, 2017.

- D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018.
- DE LIMA, Myrian Del Vecchio et al. **A comunicação ambiental e suas potencialidades**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 34, 2015.
- DOBSON, Andrew. **Justice and the Environment**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- DUNKER, Christian et al. **Ética e pós-verdade**. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: New Society Publishers, 1998.
- FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (orgs.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.
- FINK, Larry. **Larry Fink's 2024 Annual Chairman's Letter to Investors**. 2024.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GADOTTI, Moacir. **Cidadania planetária: pontos para a reflexão**. 1998.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIRARDI, I. M. T. et al. **Jornalismo ambiental na construção da cidadania**. In: MORIGI, V. J. et al. *Comunicação, informação e cidadania*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- GOMES, Wilson. **Jornalismo, fato e interesse**. In: *Jornalismo, fatos e interesses*. Florianópolis: Insular, 2009.
- HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. **Sustainable development: mapping different approaches**. *Sustainable Development*, 2005.
- IUCN; UNEP; WWF. **World conservation strategy**. Suíça: IUCN, 1980.
- JACOBS, Michael. **Sustainable development**. Environmental Values, 1995.
- LÉLÉ, S. M. **Sustainable development: a critical review**. World Development, 1991.
- LEWANDOWSKY, S. et al. **Beyond misinformation**. Journal of Applied Research in Memory and Cognition, 2017.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.
- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

- MINAYO, M. C. de S. (org.). **O desafio do conhecimento**. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.
- MOVIMENTO ODS NACIONAL. **Agenda 2030**. Florianópolis.
- MORAES, Ângela Teixeira de. **Comunicação e discursividade**. Goiânia: Kelps, 2021.
- MORAES, Ângela Teixeira de. **Jornalismo e educação**. Goiânia: PUC Goiás, 2013.
- NORMAN, Wayne; MACDONALD, Chris. **Getting to the bottom of triple bottom line**. *Business Ethics Quarterly*, 2004.
- OLIVEIRA, José Antônio Puppim. **Empresas na sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório da Conferência Rio+20**. 2012.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**. Campinas: Unicamp, 2007.
- PALACIOS, Marcos. **Jornalismo on-line: o lugar da memória**. Salvador: GJOL, 2003.
- PEARCE, David et al. **Sustainable development: economics and environment in the Third World**. Routledge, 2000.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- RODRIGUES, D. S.; MELO, M. L. **Análise de discurso como procedimento metodológico**. Educação, 2020.
- SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. **Fake news, WhatsApp e vacinação**. MATRIZes, 2020.
- SCANLON, T.; ALLDRED, S. **Media coverage of disasters**. 1981.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**. São Paulo: Summus, 1986.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. 2008.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2008.
- UNFCCC. **COP 3 – Kyoto**. 1997.
- UNFCCC. **COP 15 – Relatório**. 2009.
- UNITED NATIONS. **Indicators of sustainable development**. 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZENATTI, Ana Paula; SOUSA, Soledad. **Comunicação em desastres**. Florianópolis, 2010.

ANEXO

Governo reconhece calamidade pública em 336 municípios do RS

5.mai.2024 às 22h05

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/governo-reconhece-calamidade-publica-em-265-municipios-do-rs.shtml>

BRASÍLIA

O governo federal reconheceu neste domingo (5) estado de calamidade pública em 336 municípios do Rio Grande do Sul, em razão das fortes chuvas e enchentes que atingiram o estado.

O estado de calamidade é um status que permite a transferência facilitada, em caráter emergencial, de recursos federais para atender necessidades de localidades golpeadas por desastres.

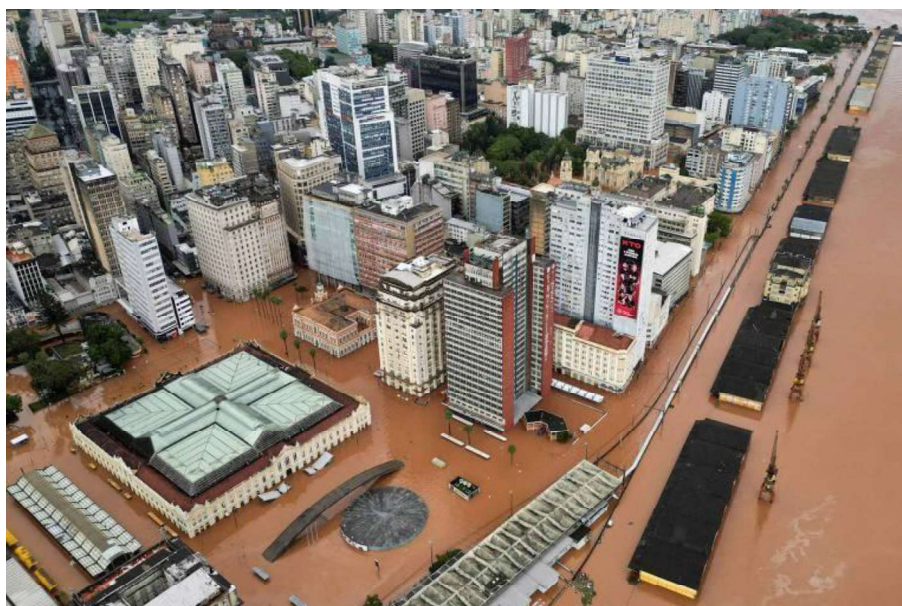


Imagem de drone de inundação no centro de Porto Alegre (RS). - Renan Mattos-5.Mai.24/ Reuters

Entre as cidades beneficiadas pela medida está Porto Alegre, capital do estado. O Rio Grande do Sul tem 497 municípios.

A medida permite que as cidades solicitem recursos da União para ações emergenciais em diversas áreas, entre elas: desmontagem de edificações com estruturas comprometidas; desobstrução de vias e remoção de escombros; serviços de engenharia para suprimento de energia; drenagem de águas pluviais; limpeza urbana; abastecimento de água potável; e transporte coletivo.

O reconhecimento foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União.

Em viagem ao Rio Grande do Sul pela segunda vez em uma semana, o presidente Lula prometeu neste domingo, após sobrevoo de áreas afetadas, a criação de um "plano de prevenção de acidente climático".

"É preciso que a gente pare de correr atrás da desgraça. É preciso que a gente veja com antecedência o que pode acontecer de desgraça", afirmou o presidente. O plano de prevenção, segundo Lula, deverá ser desenvolvido ministra Marina Silva (Meio Ambiente).

Moradores em cidade do RS perdem móveis e comércios para enchentes



Samuel Schulz, dono do Schulz Supermercado, mostra os estragos da enchente que arrasou Sinimbu (RS) de 30 de abril a 2 de maio Evanildo da Silveira - 4.mai.24/FolhapressMais Acompanharam o presidente no sobrevoo o governador do estado, Eduardo Leite (PSDB), e os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"Não haverá impedimento da burocracia para que a gente recupere a grandiosidade desse estado", prometeu o presidente, que ainda afirmou que o Brasil "deve muito" ao Rio Grande do Sul, sobretudo no desenvolvimento da sua agricultura.

Durante reunião no estado, Pacheco sugeriu um novo "orçamento de guerra", aos moldes do que foi feito durante a pandemia de Covid-19, para a reconstrução do estado.

Pacheco afirmou que, em situações "de guerra", não há "limitações" nem "restrições legais de tempos comuns". O senador falou em buscar "soluções excepcionais e atípicas" e relembrou a PEC (proposta de emendas à Constituição) aprovada na pandemia.

Na mesma linha, Lira disse que vai se reunir com os líderes para encontrar uma resposta "dura, firme e efetiva, como foi na pandemia". O deputado também afirmou que é preciso contar com a sensibilidade do ministro Fernando Haddad, da Fazenda —que acompanhava o grupo.

Cenário de destruição em Porto Alegre durante enchente



Pessoas caminhando por uma rua alagada no bairro Navegantes, em Porto Alegre. Carlos Fabal/AFP/Mais

Ao todo, 341 municípios gaúchos foram afetados pelas enchentes —o que representa mais da metade do estado. Nessas localidades, a população está sem acesso a saúde básica, água potável, energia elétrica, telefonia, e as principais rodovias estão interditadas.

Além disso, a operação de 110 hospitais foi afetada —17 tiveram de suspender os atendimentos a pacientes, e 75 funcionavam apenas parcialmente, segundo boletim do governo estadual deste domingo.

O governador Eduardo Leite (PSDB), que acompanhou a visita de Lula, afirmou que os impactos das chuvas e enchentes trazem reflexos em cadeia para o estado, na distribuição de suprimentos e no colapso de serviços. São mais de cem pontos de bloqueio terrestre no estado, e o aeroporto de Porto Alegre está com atividades paralisadas.

Segundo Leite, serão necessárias diversas medidas para reconstrução do Rio Grande do Sul em um cenário de "pós-guerra", incluindo linhas de crédito, planos de recuperação para a agricultura e medidas ambientais para recuperação de locais degradados.

O número de mortos chegou à marca de 83 mortes neste domingo e pode aumentar ainda mais nos próximos dias, pois há um total de 111 desaparecidos, além de 276 feridos. De acordo com a Defesa Civil, há 19.368 desabrigados, instalados em alojamentos cedidos pelo poder público, e 121.957 desalojados.

Do total de 497 municípios do estado gaúcho, 345 foram afetados pelas fortes chuvas da região.

A situação é ainda pior na capital, Porto Alegre: 70% da população da cidade enfrenta desabastecimento de água, segundo o prefeito Sebastião Melo (MDB), após o rio Guaíba atingir 5,3 metros, o maior nível em sua história.

Para tentar reduzir o consumo de água, Melo pediu aos moradores da capital gaúcha que tenham casas no litoral que deixem a cidade por alguns dias. O trajeto da capital até as praias, no entanto, só pode ser feito pela RS-040, por Viamão, já que há interdições nas saídas da zona norte da cidade.

--

MUNDO

Enchentes mortais no Rio Grande do Sul são destaque na imprensa internacional

Por Redação O Sul | 5 de maio de 2024

<https://www.osul.com.br/enchentes-mortais-no-rio-grande-do-sul-sao-destaque-na-imprensa-internacional/>



Reportagens sobre as enchentes ficaram em destaque nas páginas principais sites do mundo.

Foto: Giulian Serafim/PMPA

As enchentes no Rio Grande do Sul repercutiram na imprensa internacional, que destacou as imagens chocantes de destruição e o número de mortos e desaparecidos.

A notícia era uma das dez mais lidas do jornal Washington Post, dos Estados Unidos, que afirmou também que essas são as piores inundações em 80 anos no Sul do Brasil.

O Clarín, da Argentina, ressaltou que a água avançou pela capital Porto Alegre, enquanto a Al Jazeera, do Catar, pontou que a situação pode piorar.

Reportagens sobre as enchentes ficaram em destaque nas páginas principais dos sites da CNN Internacional, Al Jazeera, RT News (Rússia), CGNT (China), do Clarín e do Guardian (Reino Unido).

No sábado (4), Venezuela e Argentina expressaram solidariedade às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. O governo argentino, inclusive, se colocou à disposição “toda a ajuda imediata” para atendimento dos afetados.

Além disso, o Uruguai anunciou que enviará um helicóptero e tripulação de sua Força Aérea para auxiliar nos resgates. A aeronave da Força Aérea do Uruguai conta com uma equipe de oito pessoas, entre pilotos, copilotos, técnicos e socorristas. A previsão é que o grupo opere nos resgates em Santa Maria.

“O Brasil agradece pela rápida e eficiente resposta do governo do Uruguai nesta #AssistênciaHumanitária crucial para apoiar as comunidades gaúchas afetadas pelas inundações”, informou, em uma rede social, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Quase dois terços das cidades do Rio Grande do Sul foram afetadas pelas tempestades devastadoras que ocorreram ao longo da semana, segundo balanço divulgado neste domingo (5) pela Defesa Civil. De 497 municípios, 341 foram atingidos.

No domingo (5), o Guaíba atingiu impressionantes 5,30 metros, superando em muito o recorde histórico de 1941, que era de 4,76 metros.

O nível do Guaíba deve permanecer acima dos cinco metros durante dois ou três dias, conforme informou o hidrólogo da Sala de Situação do Estado, Pedro Camargo.

O número de mortes provocadas pelos temporais no Rio Grande do Sul chegou a 78, segundo o balanço divulgado pela Defesa Civil do Rio Grande do Sul na noite de domingo. Outros 4 óbitos estavam sob investigação. Pelo menos 105 pessoas estavam desaparecidas e outras 175 ficaram feridas. Mais de 190 mil pessoas estão desabrigadas ou desalojadas. O Rio Grande do Sul decretou estado de calamidade pública.

--

chuva

Fake news da tragédia no Sul: 'Zombam da vida alheia e tripudiam sobre os mortos', diz especialista

Propagação de notícias falsas prejudicam trabalhos na tragédia que afeta o Rio Grande do Sul, segundo especialistas

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/fake-news-da-tragedia-no-sul-zombam-da-vida-alheia-e-tripudiam-sobre-os-mortos-diz-especialista.shtml>

Autoridades do Rio Grande do Sul informaram que ao menos 78 pessoas morreram devido às fortes chuvas que assolam o Estado desde a semana passada. Até às 18h de domingo (5/5), a Defesa Civil

gaúcha contabilizava ao menos 105 pessoas desaparecidas. Cerca de 115 mil pessoas estavam desalojadas.



Especialistas dizem que propagação de notícias falsas prejudicam trabalhos na tragédia – Reuters

Segundo a Defesa Civil estadual, 341 dos 497 municípios gaúchos foram afetados pelas fortes chuvas que se estendem desde o início da semana. São 844 mil pessoas afetadas pelas enchentes.

Em meio a essa tragédia, a reportagem da BBC identificou diversos casos de desinformação, confirmados por especialistas, que eram amplamente divulgados nas redes sociais.

Algumas das que mais se destacaram no último fim de semana foram as informações falsas de que o governo havia se mobilizado para multar os barqueiros que fazem o resgate das vítimas e a de que o governo federal teria patrocinado o show da Madonna no Rio de Janeiro.

PUBLICIDADE

Na noite de domingo, o governo do Rio Grande do Sul desmentiu a informação da multa e informou por meio de nota que "não há exigência de habilitação para condução desses equipamentos, conforme informações do governo do Estado, por meio do Gabinete de Crise".

Em vídeo, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Paulo Pimenta (PT-RS), disse que estavam fazendo uma falsa ligação do show da Madonna com a tragédia no Rio Grande do Sul - e negou a informação de que o governo federal teria financiado o show.

"O show da Madonna foi pago pelo Itaú e pela Heineken, com apoio da prefeitura do Rio e do governo do Estado", disse.



Um balanço divulgado pelo governo do Rio Grande do Sul na tarde de domingo (5) informou que há seis barragens de hidrelétricas em situação de emergência - Getty Images

A editora-executiva dos Aos Fatos (plataforma de investigação contra a desinformação), Fernanda da Escóssia, diz que esses esforços para responder às fake news prejudicam os resgates.

"Nesse ecossistema, a desinformação zomba da vida alheia, tripudia sobre os mortos e não se constrange em produzir conteúdos falsos com o objetivo de conseguir cliques, engajamento e monetização por adesão a um posicionamento político", diz.

Escóssia reforça que os riscos numa tragédia são grandes e que a desinformação os amplifica. Para ela, as notícias falsas desviam a atenção para problemas inexistentes.

"Elas (notícias falsas) têm um efeito muito perverso. Atrapalham o trabalho das autoridades no socorro das vítimas, pois têm que ficar desmentindo conteúdo falso. Isso prejudica o trabalho de quem tem que atuar nesse socorro e gera ondas de pânico", diz.

Um balanço divulgado pelo governo do Rio Grande do Sul na tarde de domingo (5/5) informou que há seis barragens de hidrelétricas em situação de emergência, com risco iminente de rompimento.

Segundo o governo gaúcho, isso aponta que devem ser tomadas "providências para preservar vidas".

Entre essas medidas, está a retirada de famílias das áreas que podem ser atingidas caso ocorra um rompimento. Não foi informado o número de famílias que estão nessa situação.

'Repolarização'

Fabricio Pontin, que é professor de Relações Internacionais da Universidade La Salle em Porto Alegre e na vizinha Canoas, está envolvido nas ações para arrecadar doações para os atingidos, ao mesmo tempo em que observa o discurso nas redes sobre a tragédia.

Analisar a dinâmica da criação e circulação da desinformação nas plataformas digitais é um dos seus objetos de pesquisa. Para Pontin, está acontecendo um fenômeno de "repolarização da narrativa sobre a catástrofe".

"Em momentos como esses, a gente precisa de informação confiável. Uma informação falsa sobre uma ponte caindo, ou sobre assalto, ou arrastão pode custar vidas", diz ele. Ao mesmo tempo, ele avalia, é justamente em momento de comoção como o atual que "é extremamente difícil, do ponto de vista cognitivo, sair da sua posição anterior, seja ela qual for".

"As notícias falsas consolidam a posição que você já tem e a rede que você já tem", como forma "de fortalecer suas redes de afeto".



Trator é usado para retirar pessoas de área alagada no Sul - Getty Images

Muitas vezes são redes reais, como o grupo do condomínio ou do futebol, potencializadas pela rapidez e intensidade das trocas nas redes.

"Os eventos como o de agora causam uma desordem cognitiva muito grande. E reagir a isso tem um custo cognitivo, um custo pessoal, muito alto. A tendência de todos nós é voltar para um lugar cognitivo de segurança", afirma.

"O pessoal que é contra governo está encontrando nessa crise as narrativas que consolidam a posição deles de ser contra governo, contra imposto, contra instituições. E, da mesma forma, você encontra uma [narrativa] anticapitalista [do outro lado]. Em todos os grupos sociais, parece estar havendo essa consolidação."

Ele aponta para a criação de uma linguagem de familiaridade que aparece em narrativas de grupos específicos. "Pode ser uma linguagem de paranoia com o Estado, ou de paranoia com o setor privado. De paranoia com esse 'outro' imaginado, que é um adversário."

Para ele, "associar isso [as fake news ou a criação de narrativas] apenas com a extrema direita é um reflexo errado".

"Todos nós grudamos em aspectos de informação que são aspectos falsos, que têm elemento falso, [que] entram em assertivas que consolidam o nosso lugar de crença", explica.

A questão, ele diz, é que na direita radical, essas redes são extremamente profissionais. "Tem muita gente ganhando muito dinheiro com tudo isso, então também não dá para ignorar que tem esse fator."

Monetização da tragédia

Fernanda da Escóssia, que também é professora da faculdade de Comunicação Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), explica que influenciadores digitais ganham dinheiro com a divulgação de notícias falsas nas redes. O dinheiro, segundo ela, é pago por empresas a partir da monetização de conteúdo publicado em suas plataformas.

Ela chama esse movimento de "profissionalização das fake news".

"Mais uma vez, o sistema da desinformação se articula para utilizar a dor da tragédia para obter engajamento, monetizar e fazer crítica política", afirma.

Ela diz que todas as redes sociais podem ser monetizadas, sem apontar uma preferida daqueles que espalham fake news. Ela aponta que o site Aos Fatos acompanha com atenção a disseminação desse conteúdo falso e fará a checagem de alguns deles.

Para evitar que a desinformação seja ainda mais difundida, ela recomenda que as pessoas não compartilhem conteúdos que não tenham certeza se é verdadeiro.

Ela orienta que, para evitar o compartilhamento de conteúdo falso, a pessoa precisa desconfiar do que recebe. Ela recomenda avaliar se a origem da informação é de confiança, como um veículo de jornalismo reconhecido.

Depois, ela deve procurar a mesma informação em outras fontes para confirmá-la em outros sites ou páginas de confiança.

Ela alerta que o conteúdo falso é geralmente repassado com um senso de urgência, com pedidos para compartilhá-lo imediatamente com o maior número de pessoas possível. E ressalta que ainda há muita dificuldade para o leitor diferenciar o que é verdadeiro e falso.

"É difícil para ele porque é possível hoje fazer uma deep fake e usar o rosto de um famoso anunciando algo falso porque essas tecnologias estão cada vez mais sofisticadas", diz.

E reforça que, na dúvida, é melhor não compartilhar.

"A intenção é você não se tornar um inocente útil e não disseminar o conteúdo de desinformação".

--

Rio Grande do Sul

Sobe para 85 o número de mortes provocadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul; 134 pessoas

estão desaparecidas

Por Redação O Sul | 6 de maio de 2024

Aumentou para 85 o número de mortes provocadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, de acordo com balanço divulgado na noite dessa segunda-feira (6) pela Defesa Civil Estadual. Pelos menos 134 pessoas estão desaparecidas e 339 ficaram feridas.

Mais de 200 mil gaúchos estão desalojados ou desabrigados. No total, 385 municípios do Estado registraram danos em razão dos temporais dos últimos dias. Conforme o boletim da Defesa Civil, mais de 1,1 milhão de pessoas foram afetadas pelas cheias.

A cada atualização, recordes de perdas humanas e materiais são superados pela pior tragédia climática já registrada desde o início do povoamento da região pelos europeus, no século de 1.600.

Decreto

Publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado (DOE) no domingo (5), o decreto nº 57.600 reiterou a situação de calamidade pública no Rio Grande do Sul descrita em medida anterior (1º de maio). Também são listados os municípios atingidos – a lista pode ser conferida em links disponibilizados para consulta a cada atualização de boletim, três vezes ao dia.

Conforme o texto, as chuvas iniciadas em 24 de abril e que prosseguem em maio continuam a superar marcas históricas. São desastres meteorológicos classificados como de “Nível 3”, status relativo a danos e prejuízos elevados, tanto no aspecto humano quanto material.

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta segunda-feira (6), o decreto legislativo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que reconhece o estado de calamidade pública no País para atendimento às cidades atingidas pelas inundações no Rio Grande do Sul. Na prática, a intenção do governo é uma autorização do Legislativo para repassar verbas às regiões alagadas de forma sem precisar cumprir regras fiscais. A matéria segue agora para o Senado. O decreto é solicitado com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e dispensa o cumprimento de regras fiscais.

Envio de alertas

A fim de ampliar as estratégias de atenuação dos efeitos de incidentes climáticos, a Defesa Civil recomenda à população o cadastro para recebimento de alertas meteorológicos. Basta enviar o número do CEP da localidade por mensagem do tipo SMS ao número 40199: uma confirmação é enviada em seguida, confirmando a adesão.

Também é possível se inscrever por meio do aplicativo WhatsApp. Nesse caso, o procedimento exige o registro pelo telefone (61) 2034-4611 e o envio do texto dizendo apenas “Oi”. A interação se efetiva e o usuário pode compartilhar sua localização atual ou de qualquer outra de seu interesse para então constar na lista de destinatário dos avisos.

--

Imagens mostram impacto da cheia histórica no Rio Grande do Sul

6.mai.2024 às 23h12

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/imagens-mostram-impacto-da-cheia-historica-no-rio-grande-do-sul.shtml>

Rio de Janeiro

Fotos produzidas pelo satélite Sentinel 2 revelam o contraste da região metropolitana de Porto Alegre antes e depois das tempestades que atingiram o Rio Grande do Sul nos últimos dias.

A primeira imagem capturada em 21 de abril, antes da tragédia, se transforma no cenário devastado pelas enchentes percebido no segundo registro feito nesta segunda-feira (6), após o período das chuvas. A capital gaúcha foi invadida pelas águas do lago Guaíba deixando algumas das principais vias do centro histórico submersas, desalojou moradores e afetou serviços públicos.

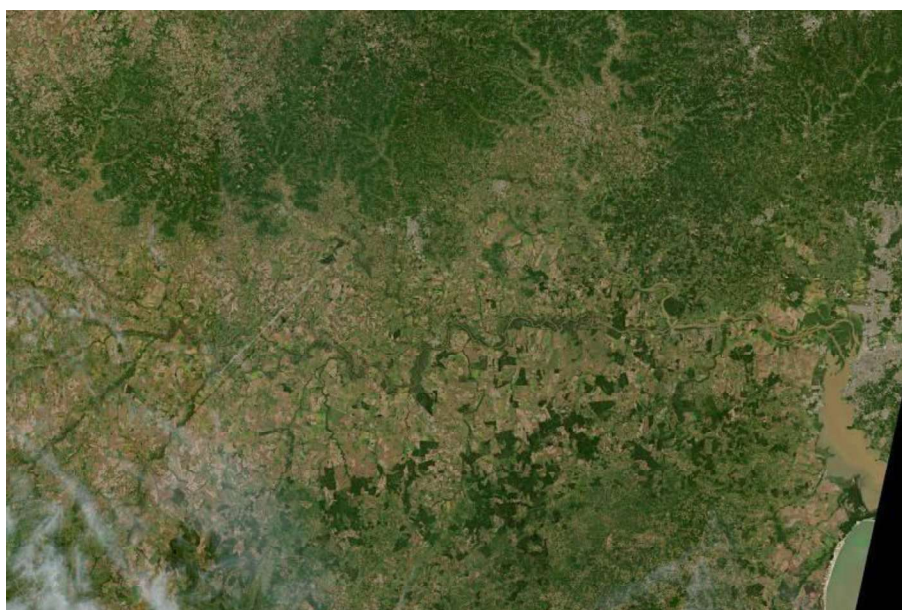
O município decretou estado de calamidade pública na noite de quinta (2), após a cheia histórica do Guaíba que atingiu 5,3 metros, o maior nível em sua história.

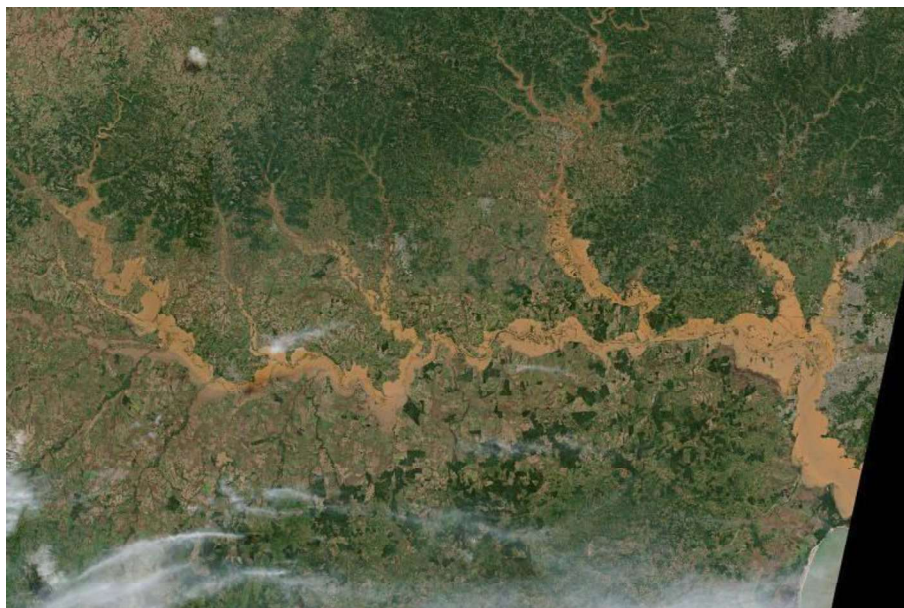
Segundo estimativas do governo estadual, o lago Guaíba deve demorar mais de 10 dias para ficar abaixo da cota de inundação, de 3 metros. A previsão, portanto, irá prolongar a emergência na capital gaúcha e nos demais municípios afetados.

Por causa das cheias, quatro das seis estações de tratamento de água da cidade estão com o funcionamento interrompido. Neste domingo (5), o prefeito Sebastião Melo (MDB) disse que 70% da população da capital gaúcha enfrenta desabastecimento de água.

Melo pediu aos moradores da capital gaúcha que tenham casas no litoral que deixem a cidade por alguns dias para tentar reduzir o consumo de água.

Veja antes e depois de Porto Alegre





Primeira imagem mostra a Grande Porto Alegre no dia 21 de abril, antes de chuva; depois, a mesma região nesta segunda (6), após as enchentes - Satélite Sentinel 2 via sistema Copernicus

O prefeito também suspendeu as aulas em Porto Alegre por três dias para que ambulâncias e veículos envolvidos em operações de resgate e apoio possam "ter mais liberdade para trabalhar na cidade".

Além das ilhas, há dois pontos da cidade, segundo Melo, que precisam de cuidados extras: os arredores da Arena do Grêmio e o entorno da região da Fiergs, onde o dique foi extravasado para não arrebentar. Imagens aéreas mostram os estádio Beira-Rio e a Arena estão alagados completamente tomados pelas águas.

O aeroporto internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, fechado desde sexta-feira (3) em decorrência das enchentes, não tem previsão de quando os voos serão retomados, segundo a concessionária responsável. As companhias aéreas suspenderam voos para o local até o fim do mês.

Além do isolamento, os moradores da capital relatam saques em mercados, lojas e farmácias.

De acordo com a Prefeitura de Porto Alegre, mais de 9.000 estão abrigados em 60 locais no município. Além de pessoas da capital, moradores de Eldorado do Sul e outras cidades da região metropolitana estão acolhidos na cidade.

A previsão é que nesta semana a temperatura caia no Rio Grande do Sul. Existe a expectativa da chegada de uma frente fria nesta quarta-feira (8), e em algumas regiões os termômetro podem marcar mínima de 10°C. As baixas temperaturas podem deixar ainda mais dramático o cenário, especialmente de moradores que ainda aguardam resgate.

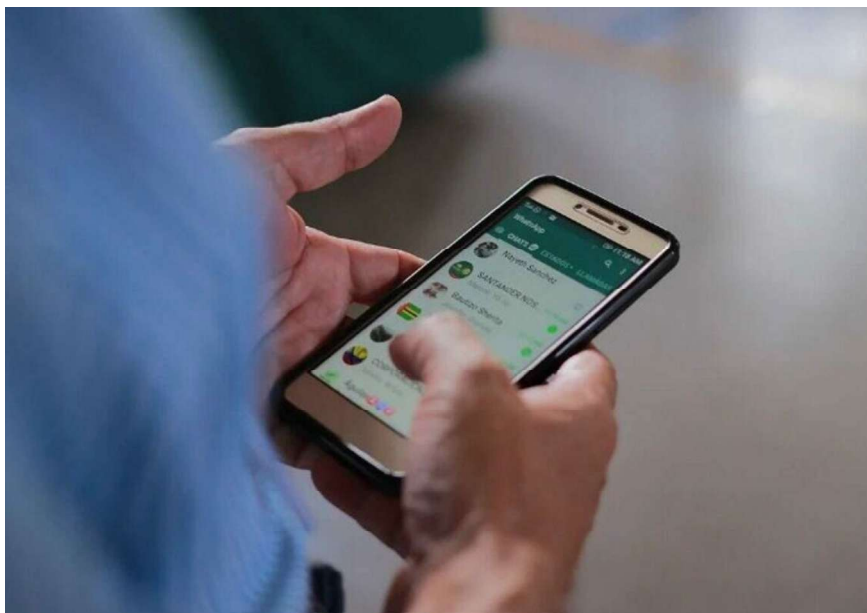
Até agora, as chuvas deixaram 85 mortos e 339 feridos no estado. Ainda há 134 desaparecidos.

Em viagem ao Rio Grande do Sul pela segunda vez em uma semana, o presidente Lula prometeu neste domingo, após sobrevoo de áreas afetadas, a criação de um "plano de prevenção de acidente climático".

Confira algumas das principais fake news sobre as enchentes no RS

Por Redação O Sul | 7 de maio de 2024

<https://www.osul.com.br/confira-algumas-das-principais-fake-news-sobre-as-enchentes-no-rs/>



Informações falsas têm atrapalhado a luta dos gaúchos contra a pior tragédia climática do RS. (Foto: EBC)

Referência nacional em denúncias de informações falsas na internet e redes sociais, o site boatos.org tem listado uma série de fake news sobre as enchentes que atingem o Rio Grande do Sul neste mês. São mensagens baseadas em desinformação ou mesmo má-fé e que têm inclusive atrapalhado a luta contra a pior tragédia natural já ocorrida no Estado.

Em alguns casos, autoridades e especialistas já foram a público desmentir os boatos, mas as “notícias” continuam a circular sobretudo no aplicativo whatsapp. Confira, a seguir, um resumo dos principais conteúdos disseminados nos últimos dias.

Caminhões barrados

Mensagens apontavam que a Receita Federal estaria impedindo a entrada de caminhões com doações no Rio Grande do Sul por falta de nota fiscal. A alegação foi desmentida por autoridades estaduais.

Não há exigência de nota fiscal para veículos que transportam donativos para as vítimas das enchentes. Além disso, as autoridades gaúchas e de Santa Catarina não impuseram qualquer bloqueio na fronteira. Outra alegação que circulou na internet apontava para dois caminhões barrados ao entrar no Rio Grande do Sul com doações de água, supostamente exigindo pagamento de impostos. O governo estadual negou a informação, afirmando que todas as doações passam sem cobrança de impostos.

Transporte proibido

Boatos sobre a proibição de helicópteros e barcos nos resgates de vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, especialmente em Canoas, circularam na internet. Porém, não houve veto a helicópteros de voluntários e nem há provas de que barcos estejam sendo proibidos de ajudar nos resgates.

A prefeitura de Canoas, inclusive, pede a colaboração de voluntários para realizar os resgates nos bairros mais afetados.

UTI de Canoas

O Boatos.org também desmente duas fake news semelhantes sobre corpos de vítimas em Canoas (Região Metropolitana de Porto Alegre). A primeira é a de que há 2 mil corpos boiando.

Já a segunda consiste no testemunho, em áudio, de um homem que relata ter encontrado um bebê morto em rio da região, após confundi-lo com uma boneca. Além da cidade registrar três mortos até agora (e não 2 mil), não há qualquer evidência de veracidade sobre o tal bebê morto.

Túnel desmoronado

Um vídeo que circula na internet mostra o suposto desmoronamento de um túnel na estrada Rota do Sol, quando na verdade a cena é de uma estrutura que ruiu na Turquia em 2023, após deslizamento de terra em rodovia que liga o Mar Negro ao Mediterrâneo.

Estoque de arroz

Fazer estoque de arroz devido às enchentes no Rio Grande do Sul não é uma ideia sensata. Embora o Estado seja o maior produtor do cereal no Brasil e as enchentes possam causar perdas na safra, não há evidências de que haverá escassez do produto.

Estocar alimentos, especialmente em momentos de crise, tende a aumentar a especulação e, consequentemente, inflacionar os preços, dificultando assim o acesso por quem mais precisa. Além disso, essa atitude é egoísta e não contribui para resolver o problema enfrentado pelas vítimas das enchentes.

Cataratas

do

Iguaçu

A história de uma cheia recorde nas Cataratas do Iguaçu (Paraná) devido às enchentes no Rio Grande do Sul é falsa. Um vídeo que voltou a circular nas redes sociais é antigo: 2014. E já foi utilizado em outras fake news durante os anos de 2019 e 2023.

As Cataratas do Iguaçu não tiveram cheia recorde recente. Além disso, o vídeo não tem relação com as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. Portanto, essa história não passa de desinformação.

Presidente Lula

Um boato afirma que a distribuição de donativos para vítimas das enchentes em Lajeado, Rio Grande do Sul, foi proibida até a chegada de Lula à cidade. O vídeo que circula na internet é o mesmo gravado em setembro de 2023 e que já havia sido desmentido na época.

Não houve visita de Lula à cidade em 2024 e a alegação é falsa. As autoridades locais e o próprio governo federal desmentiram a acusação, e não há retenção de doações por parte do governo.

Neymar e Madonna

Não há evidências que confirmem a alegação de que o jogador brasileiro Neymar, atualmente no futebol árabe mas afastado por lesão, tenha alugado e doado dez helicópteros para ajudar nos resgates de vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

A história surgiu de uma fonte não confiável e não tem qualquer confirmação. O atleta inclusive tem

sido criticado por supostamente não ter contribuído para a causa, ao menos publicamente.

Sobre Madonna, a cantora norte-americana que se apresentou na noite de 4 de maio no Rio de Janeiro foi alvo de rumores sobre uma doação de R\$ 10 milhões para os gaúchos, em segredo. O fato chegou a ser noticiado mas não houve confirmação por parte da artista ou de seus representantes.

--

Tragédia no Sul: Mortos sobem para 95; afetados passam de 1,4 mi

7.mai.2024 às 9h09

Atualizado: 7.mai.2024 às 18h00

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/tragedia-no-sul-mortos-sobem-para-90-afetados-passam-de-1-mi.shtml>

São Paulo

O Rio Grande do Sul chegou, nesta terça-feira (7), à marca de 95 mortes em decorrência das fortes chuvas que atingiram a região ao longo da última semana. Ao todo, 1,4 milhão de pessoas foram afetadas pela tragédia da região.

O número de mortos pode aumentar ainda mais nos próximos dias, pois há um total de 131 desaparecidos, além de 372 feridos. Também há 4 óbitos em investigação.



Em Porto Alegre, a inundação toma conta da cidade - HANDOUT/SEDAC via AFP

De acordo com a Defesa Civil, há 48.799 desabrigados, instalados em alojamentos cedidos pelo poder público, e 159.036 desalojados.

Do total de 497 municípios do estado gaúcho, 401 foram afetados pelas fortes chuvas da região.

As aulas foram suspensas nas 2.338 escolas da rede estadual e mais de 273 mil alunos foram impactados.

Um total de 386 escolas tiveram sua estrutura danificada pela chuva. Até o momento, 790 escolas foram

afetadas, 388 danificadas e 52 escolas servem de abrigo.

A tragédia tem sido comparada ao furacão Katrina, que em 2005 destruiu a região metropolitana de Nova Orleans, na Lousiana (EUA), atingiu outros quatro estados norte-americanos e causou mais de mil mortes.

Profissionais de saúde apontam semelhanças entre as duas tragédias, como falta de prevenção de desastres naturais e inexistência de uma coordenação centralizada de decisões. Colapso nos hospitais, dificuldade de equipes de saúde chegarem aos locais de trabalho e desabastecimento de medicamentos e outros insumos são outras semelhanças apontadas.

SITUAÇÃO NO RS APÓS AS CHUVAS

- **95** mortes
- **131** desaparecidos
- **372** feridos
- **1.443.950** pessoas afetadas
- **48.799** desabrigados (quem teve a casa destruída e precisa de abrigo do poder público)
- **159.036** desalojados (quem teve que deixar sua casa, temporária ou definitivamente, e não precisa necessariamente de um abrigo público –pode ter ido para casa de parentes, por exemplo)

Na noite desta segunda-feira, o governo do Rio Grande do Sul para o risco de enchentes nos municípios localizados às margens da Lagoa dos Patos.

A água que inundou Porto Alegre e causa transtornos na região metropolitana desce pela lagoa em direção ao mar, o que pode acontecer rapidamente ou de forma mais lenta, dependendo da direção do vento.

O risco é agravado devido à frente fria que chega à região sul do estado e provoca chuva e queda de temperatura nesta semana, segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

A previsão é que, nesta semana, a temperatura caia no Rio Grande do Sul. A partir de quarta-feira, a expectativa é da chegada de uma frente fria na região.

Em algumas regiões do estado os termômetro podem marcar mínimas de 10°C, o que pode causar ou agravar a hipotermia das pessoas que ainda não conseguiram ser resgatadas e estão em locais sem acesso a abrigo e alimentos.

A Defesa Civil gaúcha esclarece que está recebendo doações na Central Logística, localizada na avenida Joaquim Porto Villanova, 101, bairro Jardim Carvalho, em Porto Alegre. Entre os itens necessários, estão colchões (novos ou em bom estado), roupa de cama, roupa de banho, cobertores, água potável, ração animal, cestas básicas fechadas e fraldas infantis e geriátricas.

Porém, não estão sendo recebidos roupas e calçados, medicamentos e móveis e utensílios domésticos.

As chuvas que devastaram cidades do Rio Grande do Sul também chegaram a Santa Catarina e ao Paraná, causando outras três mortes.

--

Governo federal pede investigação de responsáveis por fake news sobre enchentes no RS

Por Redação O Sul | 7 de maio de 2024

<https://www.osul.com.br/governo-federal-pede-investigacao-de-responsaveis-por-fake-news-sobre-enchentes-no-rs/>

Parlamentar pergunta por que Polícia Federal não indiciou Donald Trump. (Foto: O ministro gaúcho Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), pediu à pasta da Justiça e Segurança Pública a abertura de investigação sobre a responsabilidade pela criação e divulgação de notícias falsas sobre as enchentes no Rio Grande do Sul. No foco estão redes sociais e influenciadores digitais, dentre outros envolvidos.

Ele pede a apuração dos ilícitos ou eventuais crimes relacionados à disseminação de desinformação, bem como a individualização de condutas das pessoas envolvidas. Em ofício enviado nessa terça-feira (7) ao colega da pasta da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, ele alerta para “narrativas criminosas que causam impacto no aprofundamento da crise social vivida pela população”.

São mensagens movidas a má-fé e que incluem mentiras sobre ações de resgate e recuperação de danos, além de relatos de fatos dramáticos como o do corpo de um bebê boiando em rio da Região Metropolitana.

“Os conteúdos afirmam que o governo federal não está ajudando a população, ou que o Exército e a Polícia Rodoviária Federal estariam impedindo a entrada de caminhões de auxílio em território gaúcho”, menciona um dos trechos do documento. “É motivo de preocupação o impacto dessas narrativas sobre a credibilidade de instituições cruciais na resposta a situações de emergência, como esforços de evacuação e resgate.”

A Secom catalogou uma série de postagens que viralizaram nas redes sociais ao longo dos últimos dias. Na lista está um vídeo publicado na rede social X (antigo Twitter) pelo influenciador Pablo Marçal e que afirma absurdos como “a Secretaria Estadual da Fazenda está barrando os caminhões de doação, não está deixando distribuir comida”. O fato jamais aconteceu.

O mesmo boato foi compartilhado pelo senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) em sua conta no Instagram. Personalidades ligadas a correntes políticas de direita fizeram o mesmo com outras fake news.

Eduardo Bolsonaro

Alguns foram mais longe, criando situações incondizentes com a realidade. Foi o caso do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de visitar primeiro Santa Maria (Região Central do Estado) durante a tragédia climática por ser a cidade natal do ministro Paulo Pimenta. Ele também afirmou que só depois Lula se dirigiu a Porto Alegre, “epicentro da tragédia”.

Acontece que a primeira viagem da comitiva federal, na semana passada, teve como foco Santa Maria porque foi na região onde ocorreram as primeiras enchentes deste mês. Além disso, a pior tragédia climática do Rio Grande do Sul não tem um “epicentro”, pois passou a ocorrer de forma quase que simultânea em diversas áreas do mapa gaúcho.

Mais cedo, no Palácio do Planalto, Paulo Pimenta já havia demonstrado indignação: “Eu acho uma sacanagem. Tem gente trabalhando 24 horas por dia, quatro dias sem dormir, pessoas colocando a vida em risco para salvar outras. Enquanto isso, tem uma indústria de fake news alimentada por parlamentares, ‘influencers’ e outras pessoas que se dedicam a atrapalhar o esforço que está sendo feito para salvar vidas”.

Ele acrescentou: “Se é verdade que nós estamos em uma guerra, que tem como objetivo principal encontrar pessoas que ainda estão ilhadas e ter forças para apoiar milhares de pessoas que perderam tudo, que estão em abrigos, quem age contra nós deve ser tratado como ‘quinta coluna’, expressão usada contra traidores em tempos de guerra”.

--

'Cidades inteiras do RS terão que mudar de lugar', diz pesquisador que alertou para despreparo contra chuvas

8.mai.2024 às 11h03

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/cidades-inteiras-do-rs-terao-que-mudar-de-lugar-diz-pesquisador-que-alertou-para-despreparo-contrachuvas.shtml>

"O comportamento das chuvas mudou. Eu tenho feito um levantamento e já percebi que de 2013 pra frente nós temos um acumulado de precipitação [chuvas] no mês de mais de 300 mm. A minha pergunta é: o que nós, por exemplo, na Defesa Civil, temos programado para prever essas

possibilidades? Em algum momento, vamos começar a ver [inundações] em áreas em que a água não chegava com tanta frequência e vamos lembrar disso que estamos falando aqui."

O alerta acima, feito em junho de 2022 durante uma audiência pública na Câmara Municipal de Pelotas (RS) e apontado em vídeos nas redes sociais como "profecia" à luz das inundações que deixaram uma centena de mortos no Rio Grande do Sul, é do ecólogo Marcelo Dutra da Silva, doutor em ciências e professor de Ecologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).



Vista de drone mostra barco com voluntários em busca de pessoas isoladas em casas no bairro de Mathias Velho, em Canoas (RS) - Amanda Perobelli/Amanda Perobelli 05.mai.24/Reuters

Na ocasião, durante um debate sobre mudanças climáticas, o pesquisador chamava atenção para o fato de que muitas cidades gaúchas estavam totalmente despreparadas para chuvas extremas: não sabiam quais eram suas áreas de risco, quais regiões eram vulneráveis a inundações, ou quem seriam os primeiros moradores do Estado a serem atingidos pelas águas.

"Não podemos impedir que o evento climático ocorra, nem os próximos, porque eles vão acontecer. Mas dá para sermos mais resilientes a isso? Dá. Talvez se nós já tivéssemos afastado as pessoas das áreas de maior risco. É possível saber onde o evento se torna mais grave primeiro", pondera, acrescentando que um planejamento ambiental teria tornado possível, por exemplo, retirar moradores das áreas mais vulneráveis com antecedência.

Diante das cheias devastadoras que atingem o Rio Grande do Sul menos de seis meses após enchentes que destruíram parte da serra gaúcha em novembro do ano passado, o pesquisador defende que, desta vez, a resposta do poder público precisa mudar radicalmente.

Não adianta querer reconstruir tudo o que foi destruído nesse evento de agora tentando fazer como era antes. Isso já não dá mais".

A reconstrução do Rio Grande do Sul, diz o acadêmico, precisará ser planejada considerando quais as áreas mais seguras e resistentes às variações climáticas extremas, que vieram para ficar.

"Cidades inteiras vão ter que mudar de lugar. É preciso afastar as infraestruturas urbanas desses ambientes de maior risco, que são as áreas mais baixas, planas e úmidas, as áreas de encostas, as margens de rios e as cidades que estão dentro de vales", diz.

Tais mudanças envolverão o que ele chama de "desedificar": remover as estruturas das cidades que estão em áreas de risco e recomeçar em regiões mais seguras.

"Precisamos devolver para a natureza esses espaços que estão mais sensíveis ao alagamento", diz.

ONDE ESTÁ O MAIOR PERIGO: VALES E MARGENS

Grande parte do despreparo das cidades para a nova realidade climática se dá porque elas crescem sem considerar a geografia do Estado e seus níveis de vulnerabilidade diante das previsões climáticas, bem como a preservação da natureza.

"Os municípios gaúchos vêm enfrentando um forte crescimento urbano sobre áreas úmidas remanescentes", explica.

Não se trata apenas de retirar a população que mora em áreas de encostas, mas todas as regiões sensíveis a situações de alagamento e deslizamento.

Em geral, as áreas mais valorizadas pelo setor imobiliário para grandes empreendimentos e pela própria população são justamente as mais vulneráveis a inundações: próximas a margens de rios e lagos, ou em áreas planas, baixas e úmidas.

Além de menos resilientes, as áreas úmidas têm papel importante na prevenção de enchentes, já que deveriam servir como "esponja" em períodos de chuvas fortes, explica o pesquisador.

"Essas áreas são importantes porque tem o que chamamos de efeito esponja: esse serviço dado pela natureza é justamente para que quando há uma grande carga d'água ela vá para lá, e as zonas mais altas fiquem seguras", diz.

Do ponto de vista do risco ambiental, as decisões de expansão urbana têm ido na contramão da segurança, diz o ecólogo.

"Estamos fazendo o contrário do que deveríamos: estamos indo para dentro de onde não deveríamos ir, nos expondo ao risco, criando situações que colocam vidas em perigo, e prejuízos recorrentes."

TRAGÉDIA REPETIDA

Outro aspecto geográfico do Rio Grande do Sul que precisa ser considerado na adaptação à nova realidade climática é que há muitas cidades localizadas dentro dos vales de rios, que são áreas de baixa altitude cercadas por áreas mais altas, como morros e montanhas, e próximos à água.

"Tem várias cidades inteiras que estão em região de vale: áreas sujeitas a receber grandes cargas de água em um evento extremo como esse. E aí não adianta reconstruir aquela cidade dentro do vale, porque ela vai continuar ameaçada. Porque os eventos climáticos vão se repetir", afirma.

Ele cita o exemplo de Muçum, cidade no Vale do Rio Taquari.

Reportagem da BBC News Brasil mostrou que o município já havia sido afetado por inundações três vezes durante 2023 – a primeira em junho, que vitimou 16 pessoas no estado; em setembro, quando 53

pessoas morreram em decorrência da passagem de um ciclone extratropical; e em novembro, quando mais de 700 mil pessoas foram afetadas por chuvas torrenciais.

"Temos exemplos de cidades que foram atingidas em 22, 23, e as pessoas perderam as coisas pela quarta vez, como Muçum, Lajeado. Algumas pessoas já estão tão desalentadas que já dizem em entrevistas que nem compraram mais móveis, mais carro, porque sabem que vão perder de novo", diz, destacando que nesse caso, a falha do poder público foi permitir que as famílias reconstruíssem suas vidas no mesmo lugar, sem oferecer planos de moradia mais seguros.

"Esse novo plano de reconstrução precisa vir com um plano de adaptação às mudanças climáticas", afirma.

NOVA LÓGICA PARA A RECONSTRUÇÃO

O acadêmico, que defende que todas as cidades atingidas revisem seus planos diretores antes de reconstruir tudo o que foi perdido, diz que "não adianta mais querer construir, ou reconstruir tudo o que foi destruído nesse evento de agora tentando fazer como era antes".

Para o professor, tanto governo estadual quanto federal poderiam estimular tais revisões, talvez colocando-as como requisitos para que as prefeituras tenham acesso aos recursos para financiamento da reconstrução.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), já declarou que o Estado vai precisar de um "plano Marshall", fazendo referência ao plano de reconstrução na Europa após a Segunda Guerra Mundial.

O plano de reconstrução das cidades, alerta o pesquisador, não poderá mais se basear em edificações nas áreas baixas, planas e úmidas e ambientes de margem de rios, lagos e córregos, como acontece em muitas cidades da costa, como Pelotas, e mesmo em bairros de Porto Alegre próximos ao Lago Guaíba.

"O olhar daqui para a frente precisa ser mais técnico, e pensar em adaptar a cidade para situações tão extremas".

"Críticos vão dizer que estamos preocupados só com a biodiversidade, e argumentam que é preciso pensar na vida das pessoas, no desenvolvimento. Se eu estivesse só preocupado com a biodiversidade tudo bem, mas nem estamos mais falando disso, neste caso", afirma. "Estamos falando de sobrevivência, porque significa você colocar lá um empreendimento e ele ficar debaixo d'água."



Moradores de Canoas aguardam resgate em área alagada - Amanda Perobelli/Amanda Perobelli -
05.mai.24/Reuters

MAIS RESISTÊNCIA A EXTREMOS

Outro aspecto importante da reconstrução do Estado, que será longa e árdua, será investir em estruturas mais preparadas para eventos climáticos.

"Vamos ter que reconstruir, sim, só que agora pensando em pontes que são muito mais elevadas e robustas, estradas que são muito mais preparadas e resilientes a processos tão extremos de presença de água".

Tecnologias para alertar a população de maneira mais eficiente sobre potenciais desastres, na visão do professor, têm efeito limitado se não vierem acompanhadas de mudanças mais drásticas.

"Quaisquer tecnologias de aviso serão inúteis se continuarmos mantendo as pessoas e as infraestruturas nos lugares que estarão sempre em risco. O que adianta avisar que as pessoas saiam se elas vão perder absolutamente tudo?", questiona.

"O investimento rápido vai ter que ser na correção dessas cidades, na atualização dessas cidades, para que a gente se torne mais adaptado a essa nova condição. Porque não é só alertar".

Em outra frente, o pesquisador diz que é preciso investir em formas menos centralizadas de construir as cidades, de modo a permitir que a água flua com mais facilidade para o oceano.

"Precisamos permitir que a água passe, que a água flua, em vez de tentar barrá-la. Temos que recuperar, por exemplo, a vegetação natural nas áreas de preservação permanente e de produção".

Outra recomendação, considerando que os eventos climáticos extremos também prevêem períodos de intensa seca, é aproveitar os períodos de chuva para armazenar água em sistemas de açudes ou outros reservatórios hídricos.

"Boa parte dessa água toda chovendo agora está simplesmente sendo perdida e em algum momento vai fazer falta, porque está chovendo muito agora e vai chover muito pouco depois".

Convencer a população de que a nova realidade climática veio para ficar, diz, é parte importante do trabalho de evitar novas tragédias ambientais.

"Infelizmente tem gente que acha que isso aconteceu, mas amanhã passou e vida que segue", lamenta.

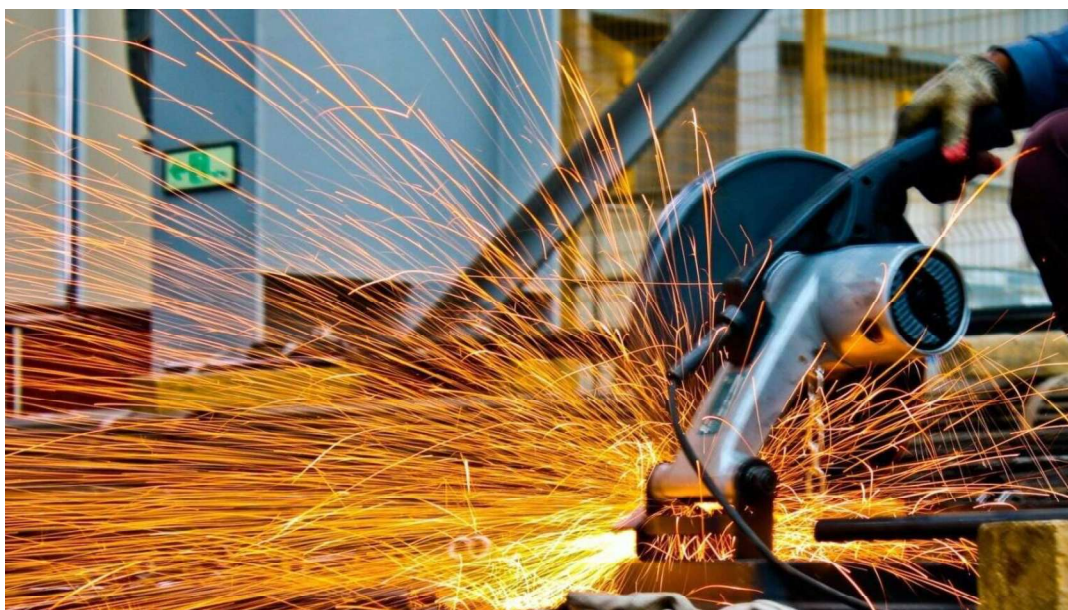
"Não é um momento; é um período que talvez será assim por muito tempo, e precisamos nos preparar para nos encaixar dentro dele".

--

Enchentes afetam mais de 80% da atividade econômica no Rio Grande do Sul

Por Redação O Sul | 8 de maio de 2024

<https://www.osul.com.br/enchentes-afetam-mais-de-80-da-atividade-economica-no-rio-grande-do-sul/>



Levantamento da Fiergs aponta que municípios atingidos representam 87% dos empregos industriais do Estado

Foto: CNI/Divulgação

O estado de calamidade pública que atingiu o Rio Grande do Sul, além das irreversíveis perdas humanas, trouxe também impacto econômico. Com mais de 67% dos municípios do Estado afetados, a indústria gaúcha ainda calcula os prejuízos em sua produção, bem como as consequências para as exportações.

“As perdas econômicas são inestimáveis no momento. Uma infinidade de empresas teve suas dependências completamente comprometidas. Além dos danos gigantescos de capital, os problemas logísticos devem afetar de forma significativa todas as cadeias econômicas do Estado”, afirma o presidente em exercício da Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), Arildo Bennech Oliveira.

Um estudo preliminar realizado pela UEE (Unidade de Estudos Econômicos) da Fiergs aponta que os 336 municípios atingidos pelas chuvas, conforme o Decreto estadual nº 57.603, de 5 de maio, correspondem a mais de 80% da atividade econômica do Estado.

Segundo o levantamento da UEE, os municípios afetados representam 80,3% do VAB (Valor Adicionado Bruto), 78,2% do VAB industrial, 86,4% dos estabelecimentos industriais, 87,2% dos empregos do setor, 89,1% das exportações da Indústria de Transformação e 83,3% da arrecadação de ICMS com atividades industriais.

Arildo Oliveira chama atenção para os graves problemas de infraestrutura a serem enfrentados, destacando que, em boa parte dos casos, não será apenas necessário realizar o trabalho de desobstrução, mas de reconstrução de estradas, pontes, vias férreas e até mesmo o principal aeroporto do Estado está com suas instalações comprometidas. Ele prevê que, como consequência inevitável ao caos instalado, muitos postos de trabalho deverão ser fechados se medidas excepcionais não forem implementadas pelos governantes.

Os locais mais atingidos incluem alguns dos principais polos industriais do Rio Grande do Sul, impactando segmentos significativos para a economia. Na Região da Serra, que emprega 115 mil pessoas na indústria, destaca-se a produção nos segmentos metalmeccânico (veículos, máquinas, produtos de metal) e móveis.

Já na Região Metropolitana, com 127 mil empregados no setor, estão os segmentos metalmeccânico (veículos, autopeças, máquinas), derivados do petróleo e alimentos. No Vale dos Sinos, que ocupa 160 mil industriários, encontra-se a produção de calçados. No Vale do Rio Pardo, a força está em alimentos (carnes, massas) e tabaco, enquanto no Vale do Taquari, alimentos (carnes), calçados e químicos.

Em função dessas dificuldades, a Fiergs, em audiência esta semana por vídeo com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, solicitou a adoção de medidas emergenciais de apoio a indústrias e trabalhadores atingidos. Entre outras sugestões, a entidade pede redução da jornada de trabalho e salário, suspensão temporária do contrato de trabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas e suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Leite mudou quase 500 normas ambientais em 2019; especialistas criticam gestão

8.mai.2024 às 23h00

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/05/leite-mudou-quase-500-normas-ambientais-em-2019-especialistas-criticam-gestao.shtml>

São Paulo

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), alterou em torno de 480 normas do Código Ambiental do estado em seu primeiro ano de mandato, em 2019. A medida, sancionada em 2020, acompanhou o afrouxamento da política ambiental brasileira incentivada, à época, pelo então ministro Ricardo Salles, do MMA (Ministério de Meio Ambiente), no governo Bolsonaro.

Agora, em meio às enchentes no estado, ambientalistas criticam a gestão de Eduardo Leite e apontam o governador como o articulador, junto à Assembleia Legislativa, do que chamam de desmonte das leis estaduais de proteção ambiental.

Em nota, o governo do RS diz que a mudança do código teve, como base, discussões que envolveram sociedade e instituições, como a Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental). O Executivo afirma ainda que as catástrofes climáticas são uma tendência mundial, com ocorrências mais frequentes e intensas, sendo assim, não atribuíveis à atualização da lei.

"A atualização alinhou a lei estadual à legislação federal. A modernização acompanhou as transformações da sociedade, tornando a legislação aplicável, priorizando a proteção ambiental, a segurança jurídica e o desenvolvimento responsável", diz, em nota.



O governador Eduardo Leite em sobrevoo de área alagada em Porto Alegre e Barra do Ribeiro (RS) em setembro de 2023 - Mauricio Tonetto/Mauricio Tonetto - 28.set.2023/Secom

O diretor científico e técnico da Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), Francisco Milanez, nega que a sociedade civil e entidades ambientalistas tenham participado da construção do novo código. Biólogo e pós-graduado em análise de impacto ambiental, ele afirma que as mudanças foram tomadas de forma unilateral, encabeçadas pelo governador.

PUBLICIDADE

Milanez conta que o antigo Código Ambiental levou quase dez anos para ser elaborado e a primeira tentativa de mudança, a pedido de Leite, era em regime de urgência, mas foi impedida pela Justiça. O processo então ocorreu 75 dias depois com a aprovação da Assembleia Legislativa.

A legislação original foi construída, segundo ele, em conjunto com as federações das indústrias e da agricultura, entidades ambientais e sociedade civil.

"O atual governador destruiu esse Código Ambiental. Nós pedimos debate com a sociedade, mas ele fugiu. Leite tem maioria na Assembleia Legislativa. O código era a maior obra-prima do consenso de um estado", critica o biólogo.

"No outro ano [2021], ele mudou a primeira lei de agrotóxicos do hemisfério sul do planeta [aprovada no começo dos anos 80]. Ele tirou o item mais importante dessa lei, que era o seguinte: nenhum agrotóxico pode ser licenciado no Rio Grande do Sul se não for licenciado no país de origem", ressalta. Milanez critica também a sanção do governador, neste ano, de lei que flexibiliza a construção de barragens e outros reservatórios de água dentro de áreas de proteção permanente. De acordo com o ambientalista, essa medida é preocupante por poder afetar o fluxo natural da água, o que pode gerar cheias de rios e chuvas mais concentradas.

"O Rio Grande do Sul foi pioneiro na legislação ambiental e na própria luta em prol do meio ambiente no Brasil. E agora está fazendo o pior papel possível. Nesses últimos anos, nós estamos pagando a conta da destruição ambiental e ela se dá por várias formas."

Para Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, rede de mais de cem organizações socioambientais, o desmonte vai além do governo estadual e da Assembleia Legislativa. Ele enfatiza a participação do Congresso Nacional no afrouxamento de políticas ambientais, com a contribuição de deputados federais e senadores eleitos pelo Rio Grande do Sul.

Astrini avalia que o Brasil vive duas ondas de prejuízos, uma delas na questão climática e a outra na mudança de legislação, que flexibiliza regras de proteção ambiental. Ele cita a liberação de construções em áreas que alagam e a eliminação de vegetação que poderia drenar a água e tornar o solo mais compacto.

"Temos autoridades no país que estão trabalhando no sentido contrário àquilo que deveria ser feito. São pessoas que fazem projetos de lei para incentivar o desmatamento, para diminuir a capacidade de fiscalização e investimento, para reduzir operações de campo, para liberar cada vez mais áreas que beneficiam a grilagem de terras", afirma.

Astrini dá como exemplo o projeto de lei 3.729/2004, aprovado em 2021 na Câmara dos Deputados, que flexibiliza normas e dispensa diversas atividades da obtenção do licenciamento ambiental, considerado um retrocesso por entidades ambientalistas. A proposta teve votação favorável de 22 parlamentares do Rio Grande do Sul, filiados aos partidos PL, PP, PDT, PSDB, MDB, Republicanos, Novo, Podemos e PSD.

"Existem projetos de lei de anistia para desmatadores e grileiros, projeto de lei que acaba com as demarcações de terras indígenas e coloca em revisão as já existentes no Brasil —lembrando que a terra indígena é a forma mais rápida de conter desmatamento. Existem PLs de liberação de mineração em unidades de conservação e para subverter o uso do Fundo Amazônia", enumera.

Para Astrini, com base em outros episódios climáticos recentes devastadores no Rio Grande do Sul, Eduardo Leite poderia ter sido exemplo na preparação para situações extremas, mas, na sua visão, ignorou os alertas de desastres e protagonizou a diminuição de proteção ambiental de áreas sensíveis.

"Se o governador não acreditar agora nessa questão de clima, eu não sei qual vai ser o momento. Porque o estado que ele governa sofreu em 2021 e 2022 duas secas extremamente severas, que trouxeram

prejuízos bilionários para a produção agrícola. E agora está sofrendo um período de chuva desde setembro do ano passado, quando já teve a primeira enchente muito grande", afirma.

Enchentes no Rio Grande do Sul: comissão da Câmara dos Deputados aprova projetos para prevenção de desastres

Por Redação O Sul | 8 de maio de 2024

<https://www.osul.com.br/enchentes-no-rio-grande-do-sul-comissao-da-camara-dos-deputados-aprova-projetos-para-prevencao-de-desastres/>

Rio Grande do Sul Enchentes no Rio Grande do Sul: comissão da Câmara dos Deputados aprova projetos para prevenção de desastres

Por Redação O Sul | 8 de maio de 2024

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (08), três projetos de lei voltados à prevenção de catástrofes climáticas. A análise dos itens ocorre em meio ao desastre ambiental no Rio Grande do Sul, que já deixou 100 mortos no Estado.

Um dos projetos aprovados nesta quarta é o PL 1450/15, de autoria do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) e relatoria de Pedro Aihara (Patriota-MG). O texto propõe a criação do Sinide (Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres) para emitir alertas antecipados de desastres no Brasil.

A matéria prevê que o Sinide ofereça informações atualizadas para prevenção, alerta, resposta e recuperação em situações de desastre em todo o território nacional. O banco de dados será mantido pela União e provido pelo Executivo nacional e pelas unidades federativas.

Por ser apreciado de forma conclusiva, o texto poderá ser encaminhado diretamente ao Senado, sem passar pelo plenário da Câmara.

Estelionato e falsidade ideológica

A comissão também aprovou o PL 965/19, que altera o Código Penal para aumentar de um a dois terços a pena do estelionato cometido para se beneficiar financeiramente do estado de calamidade pública. O texto é de autoria de Célio Studart (PV-CE) e teve relatoria do deputado Gilson Daniel (Podemos-ES). Além disso, a proposta aumenta em um terço a pena para quem se aproveitar do estado de calamidade pública para cometer o crime de falsidade ideológica. Durante a discussão do texto, deputados mencionaram os saques e furtos que têm ocorrido no Rio Grande do Sul em meio à mobilização para o resgate de pessoas desaparecidas e ilhadas.

“Ao chegar, roubam as pessoas que já não têm quase nada. Outros que roubam nas embarcações que estão indo ao socorro daquelas pessoas. É uma medida mais do que necessária e vai, pelo menos em tese na Lei Penal, coibir este tipo de atividade”, afirmou o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

Um terceiro projeto sobre o tema também foi aprovado na CCJ nesta quarta-feira. O PL 2958/19, de autoria de Aécio Neves (PSDB-MG) e relatoria de Gilson Daniel (PODE-ES), antecipa a pensão por

morte a dependentes de vítimas de desastres de grande proporção.

Chuvas no Sul

A Defesa Civil do Rio Grande do Sul informou, em balanço divulgado no início da tarde desta quarta-feira, que chegou a 100 o número de pessoas mortas em decorrência das chuvas que castigam o estado desde o início da semana passada. Há ainda 372 feridos e 128 desaparecidos.

Em todo o Estado, 1.456.820 pessoas foram afetadas em 417 municípios. Desse total, 163.720 estão desalojadas e 66.761 foram levadas a abrigos temporários.

--

Adaptação a eventos extremos é prioridade de força-tarefa do G20 para o clima

9.mai.2024 às 18h30

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/05/adaptacao-a-eventos-extremos-e-prioridade-de-forca-tarefa-do-g20-para-o-clima.shtml>

Adaptação a eventos extremos é prioridade de força-tarefa do G20 para o clima

Enchentes como as do RS podem se tornar frequentes, destacam especialistas que darão suporte técnico à presidência brasileira

A adaptação a eventos extremos será prioridade de uma força-tarefa contra mudanças climáticas convocada pelo governo federal para dar apoio técnico à presidência brasileira do G20, o grupo das maiores economias do mundo.

Planeta em transe

Mudanças climáticas são um dos três temas estabelecidos como prioritários pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante o período do país à frente do G20. Os outros dois são governança global e combate à fome e pobreza.

Além de presidir o G20 em 2024, o Brasil será o anfitrião em 2025 da 30ª edição da conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a COP30, que será realizada em Belém.



Inundação na cidade Eldorado do Sul (RS), na região metropolitana de Porto Alegre, registrada nesta quinta (9) - NELSON ALMEIDA/Nelson Almeida/AFP

Convocados pelo governo, 12 especialistas estão encarregados de fazer análises e recomendações de políticas públicas sustentáveis. A agenda busca transformações nos modos de produção e consumo para limitar o aumento da temperatura global em 1,5°C, como estabelecido no Acordo de Paris.

O relatório final apresentará diretrizes para planos nacionais de transição climática e orientações para refundar os marcos de financiamento para a transição verde, repensando papéis desempenhados por bancos de desenvolvimento, agentes privados e atores estatais.

As economistas Mariana Mazzucato, professora do University College de Londres, e Vera Songwe, secretária-executiva da comissão econômica para a África do Banco Mundial, coordenam o grupo de especialistas.

Diante da enchente histórica que está em curso em Porto Alegre e em diversas cidades do Rio Grande do Sul, integrantes do projeto afirmam que eventos extremos já se tornaram frequentes e que isso torna políticas de adaptação e mitigação urgentes.

"Os países precisam ir além de mitigar efeitos das mudanças climáticas, precisam conduzir uma verdadeira transição, com ênfase à adaptação", diz Arilson Favareto, coordenador do projeto pelo Cebap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), instituição responsável pela secretaria-executiva da força-tarefa de mudanças climáticas do G20.

Ele menciona a necessidade de transformações urgentes em três áreas: produção de alimentos com menor impacto na natureza, substituição de combustíveis fósseis por matrizes energéticas limpas, e a amplas adaptações dos sistemas urbanos. "Isso significa repensar todas as infraestruturas urbanas, de maneira adaptada ao clima. Isso inclui transporte, construção civil, para citar alguns casos."

Mudanças que, de forma geral, ainda aparecem timidamente no planejamento das principais cidades brasileiras, afirma Bianca Tavolari, também coordenadora do Cebrap na força-tarefa do clima.

Ela cita como exemplo negativo o fato de que cidades como São Paulo ainda excluam grande parte das vagas de garagens do cálculo da área construída de edifícios, o que na prática deixa o espaço destinado ao automóvel mais barato.

"Se a ideia é desincentivar o transporte individual motorizado e priorizar o investimento em transporte coletivo, basta pensar que temos normas que priorizam a locomoção por automóvel, prevendo [prédios] com vagas de garagem sem custo adicional", diz Tavolari.

--

Governo, Ministério Público e Polícia Civil investigam fake news sobre enchentes no RS

Por Redação O Sul | 9 de maio de 2024

<https://www.osul.com.br/governo-ministerio-publico-e-policia-civil-investigam-fake-news-sobre-enchentes-no-rs/>



(Foto: Pedro França/Agência Senado)

O governo do Estado, a Polícia Civil e o Ministério Público (MP) colocaram em curso ações para investigar, responsabilizar e punir os responsáveis pela disseminação de notícias falsas, as chamadas “fake news”.

As inundações no Rio Grande do Sul exigem uma resposta ágil e eficaz, mas a proliferação de informações inverídicas coloca em risco a efetividade das ações de resgate e auxílio.

Notícias e perfis falsos e golpes on-line proliferam nas redes sociais, atrapalhando o trabalho das equipes de salvamento e gerando instabilidade na população.

Foi criada uma força-tarefa de checagem e contestação de fake news. As informações são identificadas, monitoradas e apuradas por uma equipe de comunicação. Quando a checagem é concluída, os conteúdos são disponibilizados para grupos com a imprensa e nos perfis oficiais do governo nas redes sociais.

Mais de dez notícias falsas já foram desmentidas. Esse número segue subindo, dado o volume de informações sem procedência em circulação. Dentre elas, estão: que a Brigada Militar estaria cobrando

autorizações de voluntários para pilotar barcos e jet-skis; que presos de unidades prisionais do regime fechado de Charqueadas teriam sido soltos; que a Polícia Penal cobraria transferências de Pix para a colocação de tornozeleiras eletrônicas em apenados; e que 18 toneladas de insumos estariam trancadas em depósitos da Defesa Civil em Torres e Canoas; dentre outras.

Além disso, foi estabelecido um canal direto com a Meta, empresa responsável pelo Instagram, Facebook e WhatsApp, para avaliar e denunciar perfis que atuam na criação e amplificação de conteúdos falsos ou descontextualizados. A parceria tem como foco auxiliar no controle de publicações com dados incorretos que circulam desde o início das enchentes no Rio Grande do Sul.

“No meio de tanta solidariedade, aproveitadores usam da sensibilidade das pessoas para aplicar golpes e espalhar notícias falsas. Isso é lamentável. O governo e os órgãos da Segurança Pública e da Justiça estão unidos para identificar, denunciar e tomar as devidas medidas para que essas pessoas sejam punidas”, afirmou o governador Eduardo Leite.

A Polícia Civil conta com um canal para receber denúncias de notícias falsas. A população pode colaborar enviando informações para a delegacia on-line (delegaciaonline@pc.rs.gov.br) ou para o WhatsApp da corporação (51 98444-0606). As denúncias serão investigadas e, em caso de comprovação, os responsáveis serão punidos.

O governo gaúcho também articulou ações junto à Polícia Civil para que os responsáveis pela criação de informações equivocadas e de perfis falsos do governo sejam investigados e, em casos comprovados, responsabilizados.

A corporação já investiga oito casos de fake news relacionados às enchentes – como a exigência de nota fiscal para doações, multa a veículos de apoio ao salvamento, necessidade de licença para pilotagem de barcos e jet skis em operações de resgate e fiscalização de marmitas para desabrigados.

O chefe da Polícia Civil, delegado Fernando Sodré, afirma que a instituição está intensificando as investigações de fraudes digitais e fake news. “A divulgação de notícias falsas gera pânico social e preocupação”, destaca.

“Pedimos as pessoas que não encaminhem, mesmo que inocentemente, mensagens que não podem ser confirmadas. Muitas delas estão vinculadas a questões graves e preocupantes, mas sem origem verdadeira”, reforça o chefe da Polícia. “A divulgação de notícias falsas gera caos social.”

O MP também atua na linha de frente contra a desinformação. O órgão já derrubou perfis que propagavam informações falsas e busca responsabilizar os autores na esfera civil e criminal. O Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Saltz, aponta que a desinformação prejudica o trabalho das equipes de resgate e auxílio, dificultando o acesso da população a informações confiáveis.

“O Ministério Público vem acompanhando, desde o início, as fake news que prejudicam a atuação das forças do Estado e a ajuda aos cidadãos que tanto necessitam”, ressaltou o procurador-geral.

O combate à desinformação é fundamental para garantir que a população tenha acesso a informações confiáveis e para que o governo possa agir de forma eficiente na resposta à crise das inundações. A

colaboração entre os diferentes órgãos e a participação da sociedade civil são essenciais para combater as fake news e garantir a superação do desastre.

Lembre-se:

- * denuncie fake news à Polícia Civil: delegaciaonline@pc.rs.gov.br ou WhatsApp (51 98444-0606);
- * verifique a veracidade das informações antes de compartilhar;
- * siga os canais oficiais do governo e do MP para obter informações confiáveis.

--

Inundação atingiu 300 mil imóveis e 800 instalações de saúde no Rio Grande do Sul

10.mai.2024 às 23h00

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/inundacao-atingiu-300-mil-imoveis-e-800-instalacoes-de-saude-no-rs-indicam-dados-do-ibge.shtml>



Avenida Farrapos, em Porto Alegre, completamente alagada devido às chuvas - Daniel Marengo

10.mai.2024 às 23h00

São Paulo

- A inundação histórica provocada pelas recentes chuvas no Rio Grande do Sul alagou ao menos 303 mil edificações residenciais e 801 estabelecimentos de saúde em 123 cidades, indica análise da **Folha** baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Universidade Federal do estado (UFRGS).
- Além disso, ficaram submersos total ou parcialmente 682 unidades de ensino, 1.347 templos religiosos, 2.601 propriedades agropecuárias e mais 48 mil edifícios utilizados para outras finalidades, como lojas, bancos, prédios públicos ou comerciais e construções. Os dados se referem às áreas alagadas até a segunda-feira (6), após temporais no fim de semana passado.
- O cálculo foi realizado a partir da sobreposição entre as coordenadas geográficas do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), resultante do Censo 2022, e o mapeamento das enchentes realizado por cientistas do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH/UFRGS), com apoio da Faculdade de Arquitetura e pesquisadores voluntários.



Eldorado do Sul foi o município proporcionalmente mais afetado, com 81% dos moradores e 71% dos imóveis diretamente atingidos pela inunda  o. - ANSELMO CUNHA/3.mai.2024 - Anselmo Cunha/AFP

- Estimativa baseada nos dados preliminares de popula  o residente por setor censitário sugere ainda que cerca de 635,8 mil pessoas moravam nas áreas atingidas diretamente e podem ter perdido os seus imóveis ou bens materiais por consequência da eleva  o da   gua.
- O levantamento considera apenas as áreas inundadas, sem levar em conta outros desdobramentos graves das chuvas, como dificuldade de abastecimento, bloqueio de estradas e falta de luz ou comunica  o. Segundo o governo estadual, 437 municípios gaúchos foram afetados até esta sexta (10).
- De acordo com a análise da **Folha**, aproximadamente 84,5 mil edifica  es residenciais foram atingidas na capital Porto Alegre –os dados do CNEFE não diferenciam casas e prédios. Em seguida, aparecem as cidades de Canoas (65,7 mil), São Leopoldo (38,6 mil), Lajeado (13,5 mil) e Eldorado do Sul (13,4 mil).
- Em termos proporcionais, tr  s municípios tiveram mais da metade de seus endereços residenciais invadidos por água ou lama. O pior cenário    o observado em Eldorado do Sul, com 71% dos imóveis inundados de forma total ou parcial. As cidades de Estrela (57%) e Muçum (53%) completam essa lista.
- Vizinho a Muçum, o município de Roca Sales teve 43% de suas casas atingidas. Com a destrui  o sem precedentes, as áreas urbanas dessas duas cidades gaúchas precisarão ser reconstruídas em outros lugares.

- Outra preocupação imediata é com a rede ambulatorial e de assistência em saúde. De acordo com os dados do IBGE —que não incluem apenas hospitais e unidades de pronto-atendimento, mas também clínicas, consultórios e laboratórios, entre outros—, foram alagadas somente em Porto Alegre 257 edificações relacionadas ao setor.
- O presidente do Conselho Regional de Medicina (Cremers), Eduardo Neubarth Trindade, diz que não há como estimar o tempo e o investimento necessários para se recuperar toda a estrutura danificada.
- "Temos unidades funcionando de forma precária, sem poder fazer exames, consultas nem cirurgias. Teve hospital completamente inundado, onde se queimou todo o sistema elétrico, todos os computadores... Não é só baixar a água e reabrir. Há equipamentos perdidos que chegam a custar milhões de reais, e não se perderam quatro ou cinco, mas centenas desses equipamentos".
- Em termos gerais, a reconstrução será longa, com previsão de êxodos populacionais, já que as inundações se repetem em algumas cidades. O Rio Grande do Sul tem uma densa rede hidrográfica, com três grandes bacias, e sua localização geográfica também contribui para cheias, embora desde 1941 o estado não presenciasse uma inundações desse porte. Estudos indicam que as mudanças climáticas devem agravar ainda mais a tendência a enchentes no extremo Sul do país.
- Entre urbanistas, prepondera a ideia de que tanto a capital como as cidades mais atingidas, concentradas no Vale do Taquari, no Vale do Rio Pardo, na Serra Gaúcha e na região metropolitana, precisarão se reconstruir sob o alicerce do planejamento e da coordenação regional.
- "As bacias hidrográficas não respeitam divisões político-geográficas. O planejamento precisa ser regional, e precisa, de fato, haver planejamento. Fomos desconsiderados nas últimas décadas de forma absurda, apartados da discussão do plano de Porto Alegre, por exemplo", diz Luciana Miron, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS e integrante de um gabinete da mesma universidade que está desenvolvendo ações coordenadas de reconstrução.
- Ela defende que haja coordenação entre diferentes municípios e melhor gestão de crises climáticas no estado, "que serão cada vez mais frequentes". "O que não parecia crítico tornou-se crítico muito rapidamente. A sobrevivência e a qualidade de vida das pessoas podem ser afetadas numa velocidade incrível, é preciso detectar com precisão onde estão os focos de urgência."
- Em relação a Porto Alegre, o primeiro passo técnico do poder público, à medida que a água do Guaíba baixar à cota urbana aceitável, de 3 metros, deve ser a manutenção das comportas e o redimensionamento ou a substituição das bombas de escoamento. A avaliação é de Benamy Turkienicz, arquiteto e coordenador do Núcleo de Tecnologia Urbana da UFRGS.

- "O futuro imediato é este: manutenção da estrutura. É preciso ressaltar que nosso sistema de prevenção contra cheia no Guaíba é muito sofisticado. Se não fosse pela deficiência técnica ocasionada por falta de manutenção, não teríamos desastres que ocorreram pela inundação", afirma.
- A médio e longo prazo, ele defende uma adoção de planos urbanos criados sob a ótica de parâmetros de desempenho, associando modelos hidrológicos, geotécnicos, ambientais, de calor e ventilação. "Cada vez mais nós alargamos nosso perímetro urbano e aumentamos nosso custo de infraestrutura, destruindo os serviços ecossistêmicos."
- Na frente econômica, mais de 150 docentes assinaram nesta semana um manifesto para indicar medidas à reconstrução do estado. Eles culpam a falta de investimentos e o endividamento do Rio Grande do Sul a catástrofe.
- Destacam que, antes mesmo da enchente, o enfrentamento adequado dos efeitos derivados da crise climática, com base em estudos internacionais, deveria ser da ordem de R\$ 6 bilhões a R\$ 8,5 bilhões, vindos dos cofres públicos, e de R\$ 16 bilhões a R\$ 21,5 bilhões do setor privado. "É um patamar muito acima dos níveis recentes, que foram de apenas R\$ 1 bilhão ao ano, em média, entre 2015 e 2022, mensurados a preços de 2022", afirmam.
- A dívida do Rio Grande do Sul é apontada como um dos empecilhos ao investimento. Eles defendem, entre várias medidas, pontos como a suspensão e reestruturação das dívidas com a União, a criação do Fundosul, um fundo constitucional para mitigação de riscos climáticos para a região, revisão de políticas de incentivo fiscal e ações que promovam "maior conhecimento na sociedade sobre a gravidade da crise climática".
- "Os pequenos comerciantes, os produtores rurais têm créditos que não vão conseguir honrar. Muitas empresas foram destruídas, tem todo um efeito sobre o setor produtivo e os bancos que emprestam esse dinheiro... esse dinheiro não vai retornar", diz o economista André Moreira Cunha, um dos autores do documento.
- **METODOLOGIA**
- Para identificar os imóveis atingidos, a **Folha** utilizou as coordenadas geográficas do CNEFE, coletadas durante o Censo 2022. Os locais podem ser classificados como: domicílio particular ou coletivo; construção; estabelecimento agropecuário, religioso, de ensino ou de saúde; ou outras finalidades. No Rio Grande do Sul, foram registrados 6,5 milhões de endereços.
- Todos esses pontos foram sobrepostos ao mapa da inundação, traçado pelos pesquisadores da UFRGS a partir de dados do satélite Sentinel-2 captados no dia 6 de maio. Foram consideradas as áreas inundadas ou cobertas de lama.
- A partir daí, foi realizado um novo cruzamento para identificar o município e o setor censitário em que cada ponto alagado está inserido. Como o IBGE já divulgou os resultados preliminares de população residente por setor, foi possível estimar também o número de moradores.

- No caso dos setores inundados parcialmente, a distribuição geográfica dos imóveis residenciais foi utilizada para ponderar o percentual de habitantes atingidos.

--

Enchentes no RS: Cruz Vermelha Internacional está engajada aos esforços humanitários

Por Redação O Sul | 10 de maio de 2024

<https://www.osul.com.br/enchentes-no-rs-cruz-vermelha-internacional-esta-engajada-aos-esforcos-humanitarios/>



Logística de apoio tem Caxias do Sul como base de operações. (Foto: Divulgação/Cruz Vermelha)

Por meio de sua representação no Brasil, a Cruz Vermelha Internacional está mobilizada para atuar em meio à situação de calamidade enfrentada pelo Rio Grande do Sul por causa das enchentes. O comando nacional da instituição humanitária independente fundada na Suíça em 1863 decidiu concentrar em Caxias do Sul (Serra Gaúcha) a logística de recebimento e distribuição de donativos.

“Estamos acompanhando de perto a situação e mobilizando esforços para implementar ações de assistência”, ressalta o presidente nacional em exercício da entidade, Kleber Maia. Ele também reitera o compromisso da organização em enfrentar os desafios decorrentes do retorno da chuva ao Estado, contando para isso com voluntários no Rio de Janeiro (sede da entidade no País) e outros Estados.

“Em colaboração com os parceiros estratégicos como DHL, Eurofarma, Mercedes Benz e GM, estamos fortalecendo nossas operações logísticas para garantir a efetividade das ações, facilitando a entrega de ajuda nos pontos necessários”.

As ações foram definidas nesta semana, durante reunião entre o secretário-adjunto da Casa Civil, Gustavo Paim e o coordenador nacional de gestão de risco e desastre da Cruz Vermelha, Djair Soares. As equipes estão mobilizadas e atuando em diversas áreas, incluindo gestão de riscos e desastres, voluntariado, primeiros socorros, saúde, logística, restabelecimento de laços familiares, apoio psicossocial e cooperação internacional.

Um ônibus de saúde adaptado, equipado com consultórios e salas de procedimentos, foi deslocado até a base de operações na cidade gaúcha para oferecer suporte às demandas da tragédia climática. A permanência será de pelo menos três meses.

O local escolhido como “QG” é o campus da faculdade Anhanguera em Caxias do Sul, já utilizado pela entidade para ações na região. Isso inclui atividades humanitárias em zonas atingidas pelos temporais dos últimos meses.

“Após o resgate de mais de mil pessoas, o foco do Gabinete Avançado de Crise é a organização da estrutura de auxílio humanitário”, destaca o ajunto da Casa Civil, que organiza os trabalhos do colegiado na região. “A Cruz Vermelha vem complementar o trabalho que o Estado vem fazendo com a experiência dos voluntários.”

Djair Soares acrescenta: “Nosso papel será de reforço e ampliação ao que já está sendo desenvolvido pela filial municipal. Traremos nossa equipe de resposta nacional para atuar em gestão de risco e desastres, atendimento à saúde, atendimento aos abrigos e restabelecimento de vínculos familiares, além do apoio psicossocial”.

Expansão

Nesta semana, secretário-adjunto visitou o Centro de Comando instalado na Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Faria Lemos, em Bento Gonçalves, que coordena as operações de resgate, recebe e distribui donativos. Ele também esteve no aeroclube local, que serve de apoio a aeronaves de resgate e envio de mantimentos.

Paim percorreu, ainda, os Centros de Distribuições organizados no Ginásio Municipal de Garibaldi e no aeroporto de Caxias de Sul. Ambos já funcionam plenamente, não apenas recebendo doações de diversos Estados e municípios, mas também atendendo a demandas das cidades atingidas:

“O governo do Estado busca ficar mais perto das pessoas para resolver os problemas de maneira efetiva, atuando em várias frentes. Por isso, estamos no Aeroporto de Caxias e no Aeroclube de Bento Gonçalves pela facilidade do escoamento aéreo dos donativos, bem como na Anhanguera e em Garibaldi, pela questão terrestre”.